

UEM

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

TIAGO NUNES PINHEIRO

**EUSÉBIO DE CESARÉIA E A EDUCAÇÃO POR MEIO DO
MARTÍRIO**

TIAGO NUNES PINHEIRO

**MARINGÁ
2019**

2019

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ CENTRO
DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**EUSÉBIO DE CESARÉIA E A EDUCAÇÃO POR MEIO DO
MARTÍRIO**

TIAGO NUNES PINHEIRO

**MARINGÁ
2019**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**EUSÉBIO DE CESARÉIA E A EDUCAÇÃO POR MEIO DO
MARTÍRIO**

Dissertação apresentada por TIAGO NUNES PINHEIRO, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Terezinha Oliveira
Co-orientador: Prof^o. Dr^o. Rafael Henrique Santin

TIAGO NUNES PINHEIRO

**EUSÉBIO DE CESARÉIA E A EDUCAÇÃO POR MEIO DO
MARTÍRIO**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Terezinha Oliveira (orientadora) – UEM

Prof^o. Dr^o. Rafael Henrique Santin (co-orientador) – IFPR
(Palmas)

Prof^a. Dr^a. Conceição Solange Bution Perin – UNESPAR
(Paranavaí)

Prof^a Dr^a. Laís Boveto – UEM

Data de Aprovação

AGRADECIMENTO

A Deus por sua infinita bondade.

A minha esposa Danieli de Lima Inouye Pinheiro pela paciência e apoio, em todo momento e pela vida do nosso filho Max Inouye Pinheiro por encher minha vida de alegria com muito amor.

Aos meus pais Adilson Nunes Pinheiro e Edineia Matias Pinheiro, pelas palavras de incentivo, e por me ensinar os valores da vida.

A minha irmã Wérica Nunes Pinheiro de Matos e Luiz Antônio de Matos pelo incentivo e motivação.

A minha orientadora Professora Dra. Terezinha Oliveira e ao co-orientador Professor Dr. Rafael Henrique Santin, por me direcionar na busca pelo conhecimento e me ensinar sobre o comportamento humano.

Às professoras Dra. Conceição Solange Bution Perin e Dra. Laís Boveto pelas considerações durante a qualificação, como também por fazerem parte da banca examinadora.

Ao Secretário do Programa de Pós-Graduação em Educação Hugo Alex da Silva pela paciência e disposição, sempre com muito carinho e simpatia.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, por possibilitar minha pesquisa.

A Igreja Evangélica Avivamento Bíblico, ao Pastor Levino Gomes Filho, vice-presidente do Conselho Geral pelo apoio, e ao Diretor Geral de Cultura e Educação Cristã Professor Mestre Aloisio Tadeu Rodrigues da Silva e a Prof^a Especialista Maria das Graças Rocha R. da Silva, pelo apoio financeiro e por acreditar em minha formação.

Agradeço a Professora Janete Iris Felhaner Batista pela disposição e consideração no início do projeto. E ao Professor Eliu Ferreira pelas considerações e apoio.

E também a todos familiares e amigos que me ajudaram e acreditaram na minha formação, e ao grupo de pesquisa (GTSEAM) pelos debates e leituras que tem somado para nossa pesquisa.

RESUMO

Nossa dissertação de Mestrado, intitulada *Eusébio de Cesaréia e a educação por meio do martírio*, tem como objetivo analisar as questões educacionais propagadas pelas narrativas sobre o martírio contidas na *História eclesiástica* de Eusébio de Cesaréia. Segundo Frangiotti (2000), esse autor, mais conhecido como pai da história da Igreja em razão de sua famosa obra *História eclesiástica*, foi responsável pelo registro da trajetória histórica da Igreja, desde o tempo de Jesus até sua própria época. Pretendemos investigar os aspectos que constituem seu ideal de cristão ideal e, de certa maneira, sua estratégia de convencimento por meio do martírio. Suas narrativas sobre o martírio relacionam-se à grande crise política e econômica no final do século III e início do século IV, marcada pela anarquia militar, pelas invasões bárbaras, pelos problemas da economia, pela escravidão e pelos embates contra o cristianismo. Em meio à crise, o cristão via no martírio a oportunidade de ser purificado e de tornar evidentes suas virtudes. Além da obra *História eclesiástica* do Bispo de Cesaréia, analisamos obras de autores mais atuais que discorreram sobre o assunto e o contexto da época pesquisada, como Gibbon (2008); Grimal (1993); Nunes (2018), entre outros. O tema é analisado em três capítulos. No primeiro, abordamos as questões contextuais da crise ocorrida no Império Romano; no segundo, analisamos as concepções do paganismo e do cristianismo sobre as perseguições e o martírio; por fim, no terceiro capítulo, discorreremos sobre a estratégia pedagógica do martírio contida na *História eclesiástica*. Inserimos a pesquisa no campo da História da Educação porque entendemos que, na referida obra *História eclesiástica*, a educação ultrapassa o espaço institucional. Esclarecemos que, em termos metodológicos, seguimos os trilhos da História Social, fundamentados nas concepções teóricas debatidas no GTSEAM- Grupo Transformações Sociais e Educação na Antiguidade e Medievalidade. Portanto, pautamo-nos principalmente nas contribuições da *Escola dos Annales* para a história e a historiografia. Além disso, utilizamos a obra *História da civilização na Europa*, de François Guizot, e o livro *A evolução pedagógica*, de Émile Durkheim.

Palavras-chave: História da educação. Eusébio de Cesaréia. Martírio. *História eclesiástica*.

ABSTRACT

Our Master's dissertation entitled Eusebius of Caesarea and education through martyrdom, aims to analyze the educational issues propagated by the narratives about martyrdom contained in the ecclesiastical history of Eusebius of Caesarea. According to Frangiotti (2000), the author better known as the father of the history of the Church because of his famous literary work *Ecclesiastical History*, was responsible for recording the historical trajectory of the Church since time of Jesus until his own time. We intend to investigate the aspects that constitute his idealized Christian ideal and, in a way, his strategy of convincing through martyrdom. His narratives on martyrdom are related to the great political and economic crisis in the end of third century and early fourth century, marked by military anarchy, barbarian invasions, problems in the economy, slavery, and strife against Christianity. In this vision, in the midst of crisis, the Christian saw in martyrdom the opportunity to be purified and to make evident his virtues. In addition to the work of the Bishop of Caesarea, we analyze the works of the most current authors who treat about the subject and the context of the time studied, such as Gibbon (2008); Grimal (1993); Nunes (2018), among others. The theme is analyzed in three chapters. In the first moment we will approach the contextual issues of the crisis that occurred in the Roman Empire; in the second, we analyze the conceptions of paganism and Christianity about persecution and martyrdom; and finally, in the third chapter, we discuss the pedagogical strategy of martyrdom contained in ecclesiastical history. We insert the research in context of the History of Education, because we understand the aforesaid ecclesiastical work education goes beyond institutional space. We clarify that, in methodological terms, we follow the paths of Social History, based on the theoretical conceptions debated in the GTSEAM - Social Transformations Group and Education in Antiquity and Medievality. Therefore, we are mainly guided by the contributions of the Annales School for history and historiography. In addition, we use François Guizot's *The History of Civilization in Europe*, and Émile Durkheim's *The Evolution of Teaching*.

Key words: History of education; Eusebius of Caesarea; Ecclesiastical History.

1. INTRODUÇÃO

Nosso objetivo geral na pesquisa foi estudar o martírio como um princípio pedagógico dos homens do século IV, quando o cristianismo se colocava como um modelo educativo destinado a restaurar a ordem imperial, prestes a ruir. Em termos específicos, procuramos analisar como o bispo de Cesaréia divulgou e manteve forte a religião cristã em meio a tantas perseguições. Por meio de suas narrativas, ele detalhava os suplícios dos cristãos martirizados. A fonte principal da pesquisa foi a obra *História eclesiástica* de Eusébio de Cesaréia (260-339), composta por dez livros que nos informam sobre os primórdios do cristianismo, bem como sobre os embates políticos, sociais e religiosos de então.

Considerando tais objetivos, precisamos apresentar alguns apontamentos sobre a vida de Eusébio de Cesaréia e sobre a trajetória desse bispo que ficou conhecido, segundo Frangiotti¹ (2000), como pai da História da Igreja. Eusébio de Cesaréia foi autor de várias obras, como *A vida de Constantino; A preparação evangélica*, em 20 livros, dos quais restam apenas 10 livros, e a já citada *História eclesiástica*, na qual ele deixou registrados os acontecimentos dos primeiros séculos da Era Cristã.

Conforme Frangiotti (2000), as informações contidas na própria *História eclesiástica* permitem afirmar que o historiador Eusébio de Cesaréia nasceu na Palestina, na cidade de Cesaréia, entre 260 d.C. e 269 d.C., ou seja, entre o período da perseguição de Valeriano I (258-260) e o do reinado de Galiano (264-265). No entanto, Nascimento (2009) e Oliveira (2005) consideram que, mesmo não sendo possível precisar, Eusébio teria nascido por volta do ano 260 d.C.

Como as considerações da historiografia são baseadas, principalmente, nas indicações da própria obra de Eusébio de Cesaréia, destacamos uma passagem em que o próprio autor nos informa que se tratava do período de sua contemporaneidade. No livro VII, capítulo 26, § 3, o bispo de Cesaréia

¹Neste trabalho, usaremos a *História eclesiástica* da coleção Patrística, editada pela Paulus com 508 páginas, divididas em 10 livros. A edição contém uma breve introdução e também comentários da vida e da obra de Eusébio de Cesaréia, de autoria de Roque Frangiotti, Doutor em Teologia. As versões em português foram elaboradas pelas Monjas Beneditinas do Mosteiro Maria Mãe de Cristo, de São Paulo.

menciona: “Agora, em seguida a estas narrativas, queremos também transmitir aos pósteros a história de nossa geração”.

Cesaréia era a capital da Judeia. Tinha sido fundada durante o Império Persa, mas recebeu esse nome após sua reconstrução, sob o comando de Herodes (73-04 a.C.), que governou a Judeia de 37 a.C. a 4 d.C. Cesaréia se transformou em uma capital helenística, com palácios, prédios de banhos públicos, mercados, anfiteatros, um verdadeiro centro de comercialização (BARNES, 1981).

Não sabemos se a família de Eusébio de Cesaréia era cristã ou pagã. Entretanto, ao escrever a *História eclesiástica*, o bispo demonstrou que tinha muito conhecimento da cultura clássica antiga. Segundo Nascimento (2009), é provável que ele seja filho de uma família de posses, já que pôde dedicar sua vida ao estudo.

Ele teve oportunidade de conhecer a escola de Orígenes² (185-254 d.C.), na qual se reuniam mestres de diversas áreas do saber. Em 311, no decorrer de uma grande perseguição, o Bispo Pânfilo de Cesaréia foi encarcerado e executado por defender a união entre o Estado romano e a Igreja cristã – o que se tornaria um dos sustentáculos de Constantino em seu longo reinado (OLIVEIRA, 2005). Pânfilo foi, segundo a *História eclesiástica*, mestre e amigo de Eusébio de Cesaréia, que, após sua morte, deu continuidade a seus escritos sobre a Igreja.

Por ser historiador e pelo fato de a história não ter registrado nada sobre seus pais, irmãos ou qualquer de seus antepassados, e dado que quis agregar a seu nome o de Pânfilo, fazendo-se chamar Eusébio de Pânfilo, levou o patriarca Fócio a concluir que Eusébio fora escravo e depois liberto de Pânfilo. Na verdade, conforme o próprio Eusébio diz em sua *História Eclesiástica (HE)* VII, 32-35, e depois são Jerônimo no *De viris illustribus*⁸¹, Pânfilo fora tão-somente amigo e mestre de Eusébio (FRANGIOTTI, 2000, p.5).

Logo após a morte de Pânfilo, Eusébio de Cesaréia fugiu para Tiro e depois para o Egito, onde foi capturado. Em 311, Galério publicou o édito de pacificação e Eusébio, em liberdade, voltou para a Palestina e começou a se

² Orígenes Adamânico provavelmente nasceu em Alexandria, em 185 D.C. e morreu em Tiro, no ano 254 D.C. Seu primeiro mestre na fé foi seu próprio pai. Na escola, seus mestres foram Clemente de Alexandria, e, provavelmente, Amônio Saccas (CHAMPLIN, 2008).

posicionar contra as acusações de Hiérocles, governador da Bitínia, que falava contra os cristãos (FRANGIOTTI, 2000).

Depois da morte de Pânfilo, Eusébio se tornou bispo de Cesaréia e se propôs a continuar o legado de seu mestre. Mesmo tendo o compromisso sacerdotal de dirigir sua diocese, ele não interrompeu suas pesquisas (FRANGIOTTI, 2000).

É fundamental acrescentar que ele foi testemunha da perseguição de Diocleciano (303-311). Ele conviveu, por exemplo, com a destruição de igrejas, com o assassinato de cristãos na Palestina, na Fenícia e na Tebaida do Egito, bem como com a queima de bíblias sagradas, deixando uma narrativa histórica desses acontecimentos.

Em 335 d.C., juntamente com os bispos de Tiro, voltou para Jerusalém, para a cerimônia de edificação da basílica do Santo Sepulcro. Em seguida, foi a Constantinopla para a cerimônia dos trinta anos do governador Constantino, tendo recebido a incumbência de ser orador na homenagem ao Imperador (FRANGIOTTI, 2000).

Com o objetivo de rebater as acusações dos pagãos, o próprio Imperador Constantino teria pedido para Eusébio escrever *Vita Constantini*. Essa obra, mais elogiosa do que biográfica, foi terminada somente depois da morte do Imperador (FRANGIOTTI, 2000)

Segundo Frangiotti (2000), esse escritor e bispo foi considerado pela tradição posterior como o primeiro a registrar historicamente os eventos relacionados ao cristianismo. Ele próprio considerava a *História eclesiástica* como uma obra única.

Um fato que contribuiu significativamente para sua formação foi sua inclusão na escola e na biblioteca de sua cidade, o que lhe ofereceu a possibilidade de se tornar professor, sábio e intelectual e, assim, colaborar para a história primitiva da religião cristã.

Além disso, sua vivência entre judeus, cristãos e pagãos oriundos de grandes cidades da época o auxiliou a dar identidade e conformação a uma teoria cristã. Para Eusébio de Cesaréia, era necessário colocar os cristãos em evidência. Por isso, destacava imagem do supliciado e as virtudes do mártir, facilitando a compreensão dos leigos.

Segundo Nascimento (2009), ele viveu e escreveu em um momento de amplas mudanças políticas e de debates religiosos, investindo seu tempo acadêmico na defesa da teologia cristã e na luta pelo reconhecimento do movimento cristão como estrutura política do Império Romano.

Como pesquisador, o bispo de Cesaréia leu tanto a literatura profana quanto a cristã e elaborou extratos e sumários de tudo o que conhecia. Por meio de seus escritos, podemos ter uma dimensão dos três primeiros séculos do cristianismo. Amparado pelo Imperador Constantino, ele desenvolveu a ideia de império cristão, tornando-se bispo aliado do Estado (FRANGIOTTI, 2000). Na introdução elaborada pelas monjas beneditinas, encontramos a informação de que as pesquisas do Bispo de Cesaréia

[...] trouxeram luzes sobre a Igreja dos primeiros séculos, sem as quais bem pouco saberíamos daqueles primeiros tempos do cristianismo. Por essa razão, Duchesne escreve: Se Eusébio não tivesse, com uma diligência sem igual, investigado as bibliotecas palestinas, onde Orígenes e o bispo Alexandre haviam recolhido toda a literatura cristã dos tempos antigos, nossos conhecimentos sobre os três primeiros séculos da Igreja se reduziram a bem pouca coisa. Graças a ele nós nos encontramos em condições, sem dúvida, de não lamentar o naufrágio desta literatura, mas ao menos de poder apreciá-la sobre notáveis destroços (FRANGIOTTI, 2000, p. 09).

O fato é que Eusébio, com sua erudição, trabalhou para o enriquecimento da biblioteca fundada por Orígenes na Cidade de Cesaréia. Estudou diversas ciências, como história, geografia, teologia, e, certamente por esse motivo, Constantino o favoreceu (FRANGIOTTI, 2000). Podemos afirmar que ele admirava Constantino, pois, em suas obras, encontramos elogios enaltecedores da figura imperial, que era apresentada como intermediária da vontade do Deus cristão.

Flávio Valério Constantino governou o Império entre os anos de 306 a 337 e, tornando-se o primeiro Imperador cristão, colocou fim às perseguições contra os cristãos e apoiou o crescimento do cristianismo no Império, não apenas com contribuições financeiras, mas também com a utilização de seu poder político para a supressão de dissensões internas da Igreja.

Segundo Gibbon (2008), a conversão de Constantino à religião cristã foi alvo de controvérsias no Império Romano, mas, nos estudos atuais, essa

mudança religiosa é entendida como uma estratégia política para reestruturar um Império em ruínas. Dessa maneira, podemos entender o motivo pelo qual Constantino era tão admirado e elogiado por Eusébio de Cesaréia: como Imperador ele poderia apoiar o cristianismo na tentativa de reestruturar o governo.

Eusébio de Cesaréia, com suas narrativas, contribuiu diretamente para dar uma nova identidade à história da Igreja. No decorrer da pesquisa, ao analisar essas narrativas, deparamo-nos seu interesse em relatar detalhes das mortes dos inimigos da fé como consequência divina. Abordaremos esse assunto no decorrer desta dissertação.

Ele entendia que a sociedade em que vivia era uma entidade provida de sentidos³, por isso, os martírios dos corpos aparecem como elementos fundamentais para demonstrar as virtudes, sendo, portanto, cruciais para a religião cristã. Rodriguez (1983) menciona que a morte em público é uma valorização do mártir, dado que muitas seriam as testemunhas. Dessa maneira, o mártir era enaltecido, tornando-se um símbolo de esperança para sociedade romana que vivenciava diversas crises.

Para analisar essa questão, definimos alguns recortes em nosso estudo. Em primeiro lugar, as perseguições aos cristãos no decorrer da Anarquia Militar (235 a 284) e as consequências da crise do Império Romano. Em segundo, as perseguições movidas por Diocleciano (284 a 305), especificamente os martírios narrados na *História eclesiástica*. Daremos destaque especial ao contexto do final do século III, quando se manifestaram as crises no Império romano, e ao século IV, quando Eusébio de Cesaréia procurava convencer os cristãos com as narrativas do suplício dos mártires.

É consenso entre os pesquisadores que a formação do homem na Antiguidade é muito estudada, mas, averiguando os sites da Capes⁴ e da

³ Para Eusébio de Cesaréia, cada atitude no martírio tinha um sentido educativo, ou seja, cada aspecto vivenciado naquela sociedade tinha um sentido e, nesse sentido, o corpo do mártir era ressignificado.

⁴ Na pesquisa no portal de periódicos da Capes, buscando assuntos nas áreas de História e Educação, encontramos os seguintes artigos e dissertações:

BRANDÃO, Sílvia Sgroi. **Perseguições e martírio na História eclesiástica**: análise dos escritos de Eusébio de Cesaréia.

SILVA, Eliton Almeida da. **Identidade na antiguidade tardia**: considerações sobre a perspectiva de Eusébio de Cesaréia quanto à Identidade dos cristãos no Século IV d.C.

Drake, Harold. **O significado de salvação na História eclesiástica de Eusébio de Cesaréia**.

SciELO⁵, não encontramos nenhuma pesquisa a respeito da proposta de Eusébio de Cesaréia de formar o homem segundo o princípio do martírio: em suas narrativas, o transgressor cristão, exemplarmente penalizado pela ordem pagã, tornava-se, para os defensores da fé cristã, corpo sagrado. A morte era um terrível castigo para os governantes do Império e para muitos povos e, justamente por esse fator, Eusébio de Cesaréia aproveitou as tragédias para narrar didaticamente as glórias dos mártires em nome da causa cristã.

Com o objetivo de manter a religião cristã, perseguida pelo Império Romano, e convencer o máximo de pessoas possível a adotá-la, Eusébio de Cesaréia utilizou os testemunhos edificantes dos cristãos que foram perseguidos e morreram por persistir na religião cristã. Assim, transformou o cristão martirizado em um elemento didático para Igreja cristã, que enfatizava a fé em um único Deus e se recusava a adorar os deuses do império.

O primeiro aspecto que se destaca em sua apresentação do martírio é a grande divulgação ou propagação do nome de Jesus, tendo em vista que muitos passaram a saber de Jesus por meio dos mártires que seguiram seus exemplos. Outro aspecto é o convencimento em massa, já que o suplício foi um importante recurso para o enaltecimento da bravura dos cristãos.

No oitavo livro da *História eclesiástica*, Eusébio de Cesaréia relatou as perseguições aos cristãos, principalmente aos mártires, comandadas em 303 por Diocleciano, observando que tais fatos eram dignos de notas. Ele associou o início da última perseguição ao desregramento da conduta dos cristãos, considerando-a como uma punição divina:

Nós nos invejávamos, Injuriávamos mutuamente, e quando havia oportunidade, pouco faltava para que nos combatêssemos com as armas, ou com as lanças das palavras; os chefes em desavença com os chefes, o povo contra o povo. A maldita hipocrisia e a dissimulação haviam atingido o mais alto grau de malícia. Então, como habitualmente, o juízo de Deus, que governava com suavidade e medida, era protelado (ainda se reuniam as assembléias). Foi

⁵Na pesquisa realizada no portal da SciELO, buscando assuntos na área de História e Educação, encontramos:

Prinzivalli, Emanuela. **Senso de tempo e nascimento do pensamento histórico no cristianismo desde suas origens até Eusébio de Cesaréia.**

SANTOS, Fernando Pereira dos. **Os fazeres da história:** de Eusébio de Cesaréia a Gomes Eanes de Zurara.

entre os irmãos que pertenciam ao exército que começou a perseguição.

8§Com certa insensibilidade, descuidávamos de tornar a divindade propícia em nosso favor. Agíamos como ateus, julgando não constituírem nossos interesses objeto de solicitude e vigilância divina e acumulávamos as maldades, umas sobre as outras. Os pretensos pastores, desdenhando as normas da piedade, lançavam-se apaixonadamente em mútuas contendas; nada mais faziam que entregar-se as disputas, ameaças, invejas, inimizades e ódios recíprocos; ambicionavam ardorosamente o poder, qual tirania (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História Eclesiástica*, L.VIII, c.1, § 7 e 8)⁶.

Assim, entendemos que, para o bispo, o mau comportamento dos cristãos ocasionou a ira de Deus e as perseguições promovidas em sua contemporaneidade. Certamente, ele não relacionou os mártires com esses comportamentos, mas direcionou a culpa a todos cristãos.

Sua análise do comportamento dos mártires está relatada em nossa fonte principal de pesquisa: a *História eclesiástica* de Eusébio de Cesaréia. Essa obra, resultante de 25 anos de pesquisa histórica, contém profundos detalhes de amor a Jesus. Nos primeiros sete livros, Eusébio de Cesaréia narra a vida de Jesus, dos apóstolos e dos primeiros cristãos até o ano 323 d.C., tendo como cenário a Anarquia Militar que caracterizou os governos dos Imperadores Décio⁷ e Valeriano (Livros VI e VII). Já os livros de oito a nove referem-se à perseguição de Diocleciano, iniciada em 303 e concluída em 308, à de Galério no Oriente até o Edito de Tolerância de 311 e à morte de Maximiano em 313. No décimo livro, ele descreve a vitória de Constantino sobre Licínio e a unificação do Império (323).

Além dessa fonte principal, utilizamos outros textos fundamentais, como os de Silva e Mendes (2006), Champlin (2008), Grimal (1993), Alföldy (1989) e Rostovtzeff (1961).

Em sua *História eclesiástica*, Eusébio de Cesaréia narrou os acontecimentos desde Jesus até os seus dias, pois acreditava ser este o método de convencimento para seu público. Os detalhes de sua narrativa são essenciais: a virtude de cada mártir é descrita com minúcia, a fim de promover

⁶ A partir desta referência, todas as vezes que mencionarmos a obra *História eclesiástica*, a mencionaremos com as siglas H.E.

⁷ “Foi imperador romano entre 249 e 251 D.C. Também foi soldado e administrador. Aderira à antiga fé pagã, e deu início a uma perseguição sistemática contra os cristãos, com a ideia de extingui-los totalmente” (CHAMPLIN, 2008, p.27).

a esperança de vida eterna. Perguntamos, no entanto: com efeito, o que significavam tais afirmações para a religião pagã do Império Romano; quais as vantagens dessas ações para a sociedade do século IV; qual o sentido de utilizar as histórias dos mártires como recurso pedagógico?

Inserindo nossa pesquisa na área de História da Educação, trabalhamos com a hipótese de que, ao utilizar o martírio como recurso pedagógico, Eusébio de Cesaréia propôs um ensino que rompia com os ideais religiosos do Império Romano.

Ao mesmo tempo, seguimos os trilhos da História Social, perspectiva teórica adotada pelo grupo de pesquisa ao qual estamos vinculados, o Grupo de Pesquisa 'Transformações Sociais e Educação na Antiguidade e Medievalidade' (GTSEAM), liderado pela professora Dra. Terezinha Oliveira.

A História Social desenvolveu-se com a Escola dos *Annales*, grupo de intelectuais reunidos pela revista fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch em 1929.

Marc Bloch (2001) entendia a história como a experiência dos homens no tempo. Para ele, o historiador deve investigar os significados das ações dos homens no contexto histórico e no espaço-tempo, considerando que, em suas múltiplas dimensões, o presente é marcado pelo passado e pelo futuro. Dessa maneira, o autor desconstrói a ideia de que a história é uma ciência do passado e defende que, antes de qualquer coisa, ela é uma ciência dos homens no tempo.

Para Marc Bloch, o objeto da história são os homens. "São os homens que [a história] quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça" (BLOCH, 2001, p. 54). Entretanto, o objeto de pesquisa dos historiadores não é somente os homens: é também o tempo e a duração. Assim, o tempo se desenrola, sem pausa nem ruptura e se modifica a todo momento.

Para os que seguem os princípios teóricos da História Social, o homem em sociedade é um fenômeno complexo que deve ser cuidadosamente estudado. Por este motivo, os idealizadores dos *Annales* inauguraram uma estratégia interdisciplinar, cujo objetivo é compreender a história do passado por meio das diferentes ciências.

Dessa maneira, analisamos o que estava ocorrendo na sociedade em que Eusébio viveu visando compreender como e por que surgiu a estratégia pedagógica de convencimento por meio do martírio.

Quanto à exposição dos resultados da pesquisa, no primeiro capítulo, abordaremos as crises do Império Romano, discutindo algumas situações que desestruturaram o governo e de certa maneira toda sociedade. Assim, trataremos da situação econômica, da escravidão, da Anarquia Militar e das invasões bárbaras. Além disso, ainda no primeiro capítulo, analisaremos o surgimento das religiões cristã e pagã e suas crenças e ideais.

Em meio ao grande sofrimento advindo da falta de recursos, das constantes ameaças dos bárbaros e de outros agravantes que colocavam as famílias em perigo, o povo romano começou a questionar as constantes mudanças de deuses do império e, evidentemente, o próprio governo romano. Essa situação favoreceu o crescimento do cristianismo, que se apresentava como uma religião que oferecia liberdade e esperança de felicidade eterna.

No segundo capítulo, trataremos das concepções pagã e cristã. De um lado, os pagãos questionavam os problemas enfrentados pelo Império, acusando os cristãos por esses problemas porque não ofereciam sacrifícios aos deuses. Do outro, os cristãos, perseguidos e, muitas vezes, mortos em virtude de sua fé, almejavam o martírio como forma de exaltação dos valores que defendiam. Ao analisar as concepções cristã e pagã relacionadas às perseguições e aos martírios, enfatizaremos o modo como Eusébio de Cesaréia empregava o martírio como um ideal religioso e como recurso didático para convencer os homens da 'verdade' cristã.

No terceiro capítulo, analisaremos mais detalhadamente a questão do martírio na obra de Eusébio de Cesaréia, abordando especificamente a narrativa sobre o martírio de Orígenes. Destacaremos que a educação, conforme ele pensava, tinha como alvo um povo formado, em sua maioria, por camponeses e cidadãos iletrados. A fim de entendermos as etapas do martírio como estratégia pedagógica, analisaremos seis aspectos da construção do martírio e sua divulgação: a divulgação de Jesus, a bravura dos mártires, a presença dos espectadores durante o processo de punição, a luta contra a tentação de se manter vivo, o significado da flagelação dos mártires como uma

dádiva para os fiéis, a exaltação das virtudes dos cristãos e o culto às relíquias como última etapa pedagógica do martírio.

Em síntese, procuraremos mostrar que Eusébio tinha como ideal converter o máximo possível de pessoas a algo que ele entendia ser um bem maior do que ele e do que seus contemporâneos.

2. CRISES NO IMPÉRIO ROMANO

Neste primeiro capítulo, utilizamos, principalmente, as obras de Edward Gibbon (2008), Pierre Grimal (1993), Alessandro Barbero (2010) e Michael Rostovtzzff (1961). Contaremos também com outras obras de apoio, como a de Norman Champlin (2008), *Enciclopédia de teologia e filosofia bíblica*, e a de Silva e Mendes (2006), *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*, dentre outras.

Segundo Grimal (1993) e Gibbon (2008), o Império Romano enfrentou no século IV um período de decadência⁸, também conhecido como Antiguidade Tardia e Baixo Império. Muitos são os fatores que colaboraram para isso; por exemplo, o declínio de vários imperadores, a Anarquia Militar⁹, as invasões dos bárbaros, o crescimento da religião cristã, a crise da escravidão e a consequente crise econômica.

Os anos iniciais do século IV foram decisivos na história da Igreja cristã, para o mal e para o bem, seja pela grande perseguição que poderia extingui-la seja pela publicação de um edito em favor da ascensão e da estruturação do cristianismo.

Em primeiro lugar, a comunidade cristã experimentou a última e mais violenta perseguição geral de sua história, aquela movida por Diocleciano¹⁰ em 303 (LENZENWEGER, 2006).

Iremos abordar esse assunto no próximo capítulo, mas, por ora, é importante relatar que, em 284, Diocleciano matou o assassino de Numeriano e foi proclamado seu sucessor pelo exército da Ásia Menor. Um ano mais tarde, em 285, após o desaparecimento de Carino, coimperador e irmão de Numeriano, o senado reconheceu Diocleciano como a dignidade imperial (CHAMPLIN, 2008).

⁸Champlin (2008) menciona que o século IV é considerado um período de decadência por causa das crises políticas e econômicas e das invasões bárbaras.

⁹“O termo **Anarquia Militar**, o mais utilizado na historiografia concernente ao período, indica a situação do Império em termos políticos. A maioria absoluta dos imperadores foi escolhida de forma rápida, pelas legiões estabelecidas nas fronteiras, para substituir governantes mortos nos campos de batalha, em guerras travadas contra vários invasores” (SILVA; MENDES, 2006, p. 185-186, grifo do autor).

¹⁰ Imperador romano entre 284-305 D.C. Temendo a força da Igreja cristã, ele promoveu a última grande perseguição contra os cristãos, que só chegou ao fim no governo de Constantino (CHAMPLIN, 2008).

A partir desse século, o Império Romano iniciou uma fase de declínio e decadência que acabou resultando na fragmentação de sua parte ocidental. A crise econômica e política levou ao fim da parte ocidental do Império, pois, somando-se à chegada dos germânicos, oportunizou a ocupação do território por esses povos.

Em 306, em um cenário de grandes turbulências que resultaram na abdicação de Diocleciano, Constantino, o Grande, assumiu o governo apoiando-se no testamento do pai e no poder do exército. Consideramos importante discorrer sobre esse Imperador, que herdou e restabeleceu a organização administrativa e financeira de Roma, dando sobrevida ao Império por mais um tempo até sua ruína.

Em sua *História eclesiástica*, especificamente nos Livros IX e X, Eusébio de Cesaréia discorreu sobre o Imperador Constantino. Entender as ações desse Imperador é fundamental para nossa análise porque tanto ele quanto Eusébio acreditavam na tentativa política de restaurar o Império Romano.

Imperador romano cujas datas foram 280 e 337 D.C. Era filho de Constâncio Cloro. Foi, sucessivamente, Cezar e Augusto da Gália, um soldado competente, e, acima de tudo, um governante construtivo. Sua mãe foi Helena. De 292 a 305 D.C., ele residiu na corte de Dioclesiano, presumivelmente a fim de educar-se; na realidade, porém, ele era mantido ali a fim de que suas atividades fossem circunscritas. Após a abdicação de Dioclesiano, Constantino fugiu da corte imperial para juntar-se ao seu pai, que se tornaria Augusto. Quando seu pai faleceu no ano seguinte (306 D.C.), Constantino foi designado Augusto, mediante o testamento de seu pai e o poder do exército, que se manifestou favorável a ele. Na Gália, os cristãos simpatizavam com ele, devido ao tratamento racional que lhes conferia. Seu poder aumentou em face da vitória militar que obteve sobre Maxêncio, na batalha da ponte Mílvia, por motivo da qual obteve total autoridade em Roma. A caminho da batalha, ele teria recebido uma visão da cruz com as palavras por cima da mesma: *in hoc signo vinces* (Com este sinal vencerás). No ano de 313 D.C., com a ajuda de Licínio, ele expediu o célebre Edito de Tolerância, por meio do qual a cristandade obteve o favor imperial, com a consequente cessação das perseguições (CHAMPLIN, 2008, p. 879).

Na citação de Champlin (2008) observamos que, em 313, em Milão, Constantino e Licínio expediram o célebre Edito de Tolerância¹¹, segundo o qual, os cristãos obtinham o favor imperial, tendo seus templos e outros bens imóveis devolvidos. Com isso, o Imperador Constantino reconheceu a religião cristã como lícita.

Segundo o documento, o Império Romano seria neutro em relação ao credo religioso, acabando oficialmente com toda perseguição sancionada, especialmente contra o cristianismo. Por meio de sua aplicação, foram devolvidos os lugares de culto e as propriedades que tinham sido confiscadas dos cristãos e vendidas em praça pública. O Edito deu ao cristianismo (e a todas as outras religiões) o estatuto de legitimidade, comparável com o paganismo e, com efeito, desestabilizou o paganismo como religião oficial do Império Romano e dos seus exércitos.

Fica evidente que o Império Romano estava vivendo um momento de grandes mudanças e que os desafios para se manter aumentavam. Segundo Roux (2009), a construção do Império Romano foi resultado de guerras, as quais contribuíram para a ruptura do sistema anterior. Isso significa que, durante toda a história do Império, não houve paz plena, apenas momentos em que a atividade militar passou ao segundo plano porque o foco eram assuntos internos, como o cristianismo e as pestes.

Consideramos necessário analisar os problemas advindos do século III, como a Anarquia Militar, as invasões dos bárbaros, a situação econômica, a escassez de escravos e o crescimento do cristianismo: tais problemas colaboraram para que Eusébio de Cesaréia tomasse a iniciativa de formar o homem ideal de sua época por meio dos exemplos dos mártires.

2.1. A Anarquia Militar e as invasões bárbaras

O primeiro aspecto histórico a ser considerado na análise do século III é a Anarquia Militar, também conhecida como período dos imperadores-

¹¹ O Édito de Milão, promulgado a 13 de junho de 313 pelo Imperador Constantino (306-337), assegurou tolerância e a liberdade de culto para os cristãos, alargando-a para todo o território do Império Romano (CHAMPLIN, 2008, p. 879).

soldados. Em face da grande instabilidade que marcou esse período, a prioridade dos imperadores era fortalecer o exército.

Segundo Gonçalves (*apud* SILVA; MENDES, 2006), após o assassinato de Comodo, em 192 d.C., ocorreram várias sucessões no governo. O primeiro sucessor foi Septímio Severo. Depois de várias tentativas dos nobres e do exército, ele foi aclamado pelas tropas da Panônia, tendo sido aprovado em Roma pelo Senado. Dando início à dinastia dos Severos, ele adotou uma série de medidas que favoreceram o exército, tanto para evitar a oposição ao seu governo quanto para fortalecer as fronteiras do Império.

Durante o período da Anarquia Militar, os imperadores eram escolhidos pelos exércitos e precisavam de dinheiro, mais do que de qualquer outra coisa, para manter esse apoio. Evidentemente, a única maneira de conseguir os recursos era aumentando os impostos, especialmente sobre os proprietários de terras (ROSTOVTZEFF, 1961).

Nas guerras e nos constantes direcionamentos das tropas, armas e meios de transportes, as provisões eram indispensáveis. Se o Estado não tivesse esses recursos, eles teriam que ser retirados de outras fontes, o que significava sobrecarregar o povo com impostos. Por isso, os impostos aumentaram no século III, assim como as requisições extraordinárias para atender ao exército, situação que se tornou comum durante as crises (ROSTOVTZEFF, 1961).

Segundo Rostovtzeff (1961), as exigências do Imperador e das tropas não eram apresentadas diretamente ao povo contribuinte, mas aos responsáveis que recolhiam os impostos e os repassavam ao Estado. Os responsáveis por recolher os impostos deviam prestar contas das coletas integrais, independentemente do que ocorresse (ROSTOVTZEFF, 1961).

Nesse cenário, o exército adquiriu um grande poder, de forma que seus chefes se tornaram senhores do Império. Procurando tirar o máximo proveito, o exército colocava no poder pessoas que pudessem oferecer vantagens em seus salários, maiores doações e a impunidade para maltratar os concidadãos, especialmente nas cidades ricas.

Gonçalves (*apud* SILVA; MENDES, 2006, p. 186) apresenta cinco características comuns do governo no período da Anarquia Militar:

a) eram aclamados pelos legionários estacionados nas fronteiras, na procura por bons generais capazes de rechaçar as invasões e proteger os limites do Império; b) ficaram pouco tempo no governo; c) acabaram morrendo pelas mãos dos invasores ou por revoltas dentro das tropas insatisfeitas com suas estratégias de combate; d) raramente conseguiam indicar seus sucessores; e) dificilmente tinham tempo de imputar uma característica própria ao seu governo, que não fosse a mera necessidade de todos demonstrarem serem bons combatentes e de terem sido escolhidos pelos legionários.

Durante esse período, os sucessivos governos enfrentaram uma crise constante de ordem política, militar e econômica, o que tornou quase impossível uma solução para o Império. Politicamente, o que enfraquecia os governantes eram as intervenções das legiões de fronteiras, como também as constantes lutas civis e a dificuldade em deixar um sucessor.

Silva e Mendes (2006) destacam ainda que, diante de tantas invasões nas fronteiras, era comum a morte dos imperadores, o que enfraquecia o poder romano. Essa situação favorecia que a sucessão se fizesse por meio das fileiras do exército, isto é, o escolhido para suceder ao trono era sempre um homem favorecido pelo exército, que se comprometia com as 'pautas' militares.

Não há, por exemplo, maior dificuldade em conceber que a morte sucessiva de tantos imperadores tivesse afrouxado os laços de vassalagem entre o monarca e o povo; que todos os generais de Filipe estivessem dispostos a imitar o exemplo de seu senhor; e que o capricho dos exércitos, havia tanto habituados a mudanças radicais, frequentes e violentas, pudesse a qualquer momento colocar no trono o mais obscuro de seus companheiros de arma [...] (GIBBON, 2008, p. 106).

Observamos que o poder do exército sobre o próprio Imperador colocou o Império em colapso. A política romana não era mais fortalecida e nem as estratégias de governo, ampliadas.

Além do problema da sucessão, os imperadores tinham dificuldade para conter as invasões dos bárbaros nas fronteiras, missão que muitas vezes lhes custava a vida. Eles podiam ser mortos pelas mãos dos bárbaros ou pelo próprio exército romano quando suas atitudes não agradavam aos compatriotas e companheiros de guerra.

Portanto, continuar no governo era um desafio. Com tantos ataques nas fronteiras, muitos desses imperadores não chegaram a pisar em Roma durante

seu governo e, por isso, não tiveram tempo de solicitar que sua ascensão fosse ratificada pelos senadores. A sucessão de imperadores em tão pouco tempo tornou difícil estabelecer soluções positivas e construtivas para o Império (GONÇALVES *apud* SILVA; MENDES, 2006).

Alessandro Barbero (2010), em sua obra *O dia dos Bárbaros*, menciona que no século III, em um período de cinquenta anos, sentaram no trono imperial 22 imperadores e quase todos tiveram fins trágicos. No século IV, apesar das tentativas de Diocleciano e de Constantino para reestruturar a sociedade romana, duas situações colaboraram diretamente para a ruína do Império: o anseio do exército em aclamar um general como imperador e os ataques nas fronteiras (BARBEIRO, 2010).

Em suma, a crise do período anterior se intensificou com as constantes invasões, ocasionando mais despesas, o que resultou no acirramento da crise econômica.

Os bárbaros tinham um caráter belicoso, era preciso castigá-los frequentemente, pois nunca aprendiam a lição; afinal, eles eram os bárbaros. Passado apenas em breve período da derrota, eles de novo criavam coragem, entravam em territórios romano, atacavam fazendas, roubavam os escravos e o botim; os imperadores então precisavam intervir, organizando expedições punitivas [...] (BARBERO, 2010, p. 26).

Segundo Barbero (2010), os imperadores romanos precisavam agir rapidamente contra os invasores, caso contrário o Império sofreria mais ataques. No entanto, as ações punitivas contra os bárbaros não foram suficientes para impedir novos ataques.

Depois do século II, as ações dos povos germânicos, que não cessavam de atacar as fronteiras do Império Romano, foram as responsáveis pela ampliação da crise. Segundo Champlin (2008), os germânicos eram povos diversos que habitavam as regiões ao norte da Europa (principalmente onde hoje fica a Alemanha) e sempre travaram lutas contra os romanos.

Os romanos chamavam os germânicos de 'bárbaros' porque suas práticas culturais não eram as mesmas. A cada ano, as incursões germânicas se intensificavam e, invadindo as cidades e comprometendo as principais rotas

comerciais, eles colaboravam diretamente para o aprofundamento da crise romana.

Segundo Barbero (2010), os grandes centros produtores de grãos foram saqueados, levando a população a abandonar esses locais. Com a redução de produção e o comprometimento das rotas comerciais, o desabastecimento das cidades foi inevitável.

2.2. A economia e os escravos

Acerca da economia, o Império Romano tinha muitos recursos, principalmente na agricultura, cujos itens principais eram: trigo, vinho, azeite entre outros artigos de comércio. As guerras e as invasões bárbaras ocasionaram sérios problemas no sistema de produção e distribuição desses itens.

O povo não percebia as riquezas do Império, pois, diferentemente da nobreza, os pobres não eram beneficiados por elas. Apesar das vantagens econômicas oferecidas pelo Império, os nobres eram responsáveis por assegurar a estabilidade do sistema social, ou seja, manter a ordem em conformidade com a vontade imperial (GRIMAL, 1993).

É notável que mudanças econômicas começaram a ocorrer e que os problemas de Dioclesiano permaneceram na época de Constantino, ou seja, mantiveram-se as situações críticas do século III. O Imperador, seus familiares e oficiais viviam de maneira opulenta. A nobreza, em geral, era a grande proprietária de terras no Império. Abaixo dos nobres, havia os negociantes e os especuladores, homens bem-sucedidos nos negócios e, geralmente, ricos. Contudo, os que tinham alguma propriedade estavam desaparecendo juntamente com seus familiares por causa das guerras, das invasões e das doenças. Quando sobreviviam, perdiam-se em meio aos pobres das grandes cidades ou integravam a população rural, praticamente serva do Estado ou dos grandes senhores (ROSTOVTZEFF, 1961).

Rostovtzeff (1961) afirma também que a escravidão, uma importante instituição da civilização romana, começou a perder importância econômica. Já não se encontravam escravos na agricultura ou no comércio com a mesma frequência de antes: na época da crise do Império, os escravos tornaram-se

empregados domésticos nas casas dos ricos e nobres (ROSTOVTZEFF, 1961). Além disso, a preocupação dos Imperadores mantinha-se em duas vertentes: manter-se no poder e conter os ataques nas fronteiras.

Depois do auge do Império nos dois primeiros séculos da Era Cristã, no século III, os romanos enfrentaram uma grande dificuldade. Muitos fatores, alguns dos quais já mencionados neste estudo, reuniram-se para que um dos maiores impérios do mundo antigo viesse a ruir.

O fato é que o Império Romano dependia de um vasto número de escravos para manter sua economia. Tais escravos eram provenientes das regiões conquistadas por Roma e serviam nas grandes propriedades, cuidando do abastecimento da sociedade romana. Assim, a falta de escravos acarretou grande dificuldade para economia romana, pois implicou a diminuição de produção agrícola e, conseqüentemente, a redução na arrecadação de impostos.

As guerras do século III também repercutiram na diminuição do número de escravos. Com isto, a falta de mão-de-obra causou queda na produção de alimentos, gerando sérios problemas para os romanos. Grimal (1993) acrescenta que as propriedades começaram a ser arrendadas, ou seja, a base econômica agrícola dos romanos passou a ser a pequena propriedade e, assim, as pequenas unidades de produção tornavam a utilização de escravos desvantajosa.

Logo, a fome passou a fazer parte do cenário de várias cidades do Império Romano, trazendo caos e intensificando a crise. Junto à fome, a sociedade romana encarava outro problema: a peste, que matou muitas pessoas.

Segundo Rezende (2009), a peste, oriunda do Egito (provavelmente varíola ou sarampo), rapidamente se espalhou pela Grécia, pelo norte da África e pela Itália nos anos de 251 a 266 d.C. A peste chegou a matar 5.000 pessoas por dia. São Cipriano, bispo de Cartago, deixou a seguinte descrição da doença:

Iniciava-se por um fluxo de ventre que esgotava as forças. Os doentes queixavam-se de intolerável calor interno. Logo se declarava angina dolorosa; vômitos se acompanhavam de dores nas entranhas; os olhos injetados de sangue. Em muitos doentes, os pés ou outras partes atingidas pela gangrena,

destacavam-se espontaneamente. Alquebrados, os infelizes eram tomados de um estado de fraqueza que lhes tornava a marcha vacilante. Uns perdiam a audição, e outros a visão. Em Roma e em certas cidades da Grécia, morriam até cinco mil pessoas por dia (SÃO CIPRIANO *apud* REZENDE, 2009, p. 77).

Eusébio de Cesaréia afirmava que, na época, a guerra tinha sido substituída pela peste:

1§ Depois disso, tendo a peste substituído a guerra, na proximidade da festa, Dionísio novamente se entretém por carta com os irmãos, denotando os sofrimentos da epidemia nestes termos:

2§ O presente pode não parecer aos demais homens um tempo de festa. Não é, de fato, para eles, nem o que celebramos, nem outro qualquer. Não me refiro aos tristes, mas até aos que talvez estivessem especialmente repletos de alegria. Agora, na verdade, é só lamentação, todos enlutados; os gemidos ressoam na cidade por causa da quantidade de defuntos e dos que morrem diariamente (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História Eclesiástica*, L.VII, c.22, § 1 e 2).

Nessa situação, com mortes por causa da peste e da fome, o Império Romano se desestruturava. Ou seja, o poder econômico de um dos maiores impérios da Antiguidade estava prestes a desabar.

Segundo Silva e Mendes (2006), uma proposta de solução para a desestruturação do Império e para as constantes invasões foi a descentralização do governo. A ideia desse novo sistema de governo foi pensada pelo Imperador Diocleciano¹², que ascendeu ao poder por força das tropas. Ele teria instituído o regime da Tetrarquia, dando início ao Dominato¹³. A respeito do novo sistema implantado por Diocleciano, Rostovtzeff afirma:

O poder autocrático do imperador, chamado a decidir todas as questões que afetassem o Estado mundial, mostrara-se incompetente para governar e defender o império, sobretudo nas emergências. Por esse motivo, várias províncias haviam tentado cortar os laços com o Estado e viver independentemente, sob o governo de imperadores próprios. Reconhecendo que um só governante não podia defender e

¹²Caio Aurélio Valério Diócles *Diocleciano governou o Império Romano de 284 a 305*.

¹³Dominato foi uma entidade política fundada em uma dinâmica particular de interação entre o Estado e a sociedade. Desenvolveu-se como uma estratégia reguladora da grave instabilidade política e tinha como finalidade gerir pressões externas e dissensões internas (SILVA; MENDES, 2006).

impor a ordem a todo o Estado e desejando também preservar o princípio de unidade, Diocleciano idealizou um sistema artificial, pelo qual o poder imperial se dividia, sem contudo sacrificar a identidade do Estado. Ele introduziu, como instituição permanente, o governo conjunto que existira antes, em várias épocas. Transferiu o controle da região ocidental do império para uma autoridade, por ele mesmo nomeada: Valério Maximiano, um de seus generais mais capazes. Já não havia, portanto, um Augusto único no império, e sim dois. A fim de assegurar a sucessão, cada um deles adotava um líder militar que fosse capaz de governar e proteger o Estado. Os filhos adotivos recebiam o título de **César** e cabia-lhes suceder os governantes em caso de morte ou incapacidade provocada pela velhice. Entre esses quatro administradores dividia-se o governo do Estado. Cada um deles tinha capital própria, exército, administração e um assistente principal, na pessoa de um prefeito pretoriano (ROSTOVTZEFF, 1961, p. 265-266, grifo do autor).

Observamos que, mesmo com as mudanças, o sistema político romano mantinha suas bases, ou seja, o poder político continuava centrado na figura do Imperador, considerado o 'melhor dos melhores'. Com o tempo, surgiu uma mudança mais significativa: o Imperador deixou de ser o 'primeiro cidadão' para se tornar 'senhor', até mesmo com traços divinos.

Os romanos encontraram muitas línguas, religiões e culturas diferentes entre os povos que conquistaram. O Império Romano, aos poucos, absorveu essas crenças estrangeiras, incluindo a adoração de dirigentes políticos. As províncias orientais tinham por costume prestar culto a seus dirigentes vivos. Os egípcios pensavam que os faraós descendiam do deus sol, enquanto os gregos cultuavam seus grandes guerreiros que haviam morrido. Alexandre Magno estabeleceu para si próprio um culto em Alexandria. Os selêucidas da Síria e os ptolomaicos do Egito adoravam esta tradição, chamando a si próprios de deuses que viviam na terra. Desde que o poder de Roma começou a substituir esses monarcas, a adoração a Roma (deificação do estado romano) começou a suplantar seus cultos (PACKER; TENNEY; WHITE JR., 2006, p. 75).

Observamos também que, para manter a tradição da adoração a Roma e ao Imperador, como sinal de lealdade, promoveu-se a recusa da religião cristã. Na tentativa de reorganizar o Império e castigar os que desobedeciam às ordens do governo, implantou-se uma acirrada perseguição aos cristãos.

Observamos ainda que o Imperador Diocleciano recrutava os povos mais atrasados para servir nos exércitos e que os mais valorizados eram os

germanos, que não se incluíam entre os súditos de Roma. Quanto mais o soldado renegasse seus antigos costumes, mais valor ele tinha para o Império Romano (ROSTOVTZEFF, 1961).

Com essas mudanças na estrutura do poder, o recrutamento para o exército cresceu significativamente. Rostovtzeff (1961) afirma que o exército do Império Romano, nessa época, provavelmente dobrou de tamanho, tendo o número de oficiais aumentado na mesma proporção.

Os povos mais pobres do Império acabaram sofrendo mais nesse processo, especialmente em razão da crescente necessidade de o Estado arrecadar mais taxas e impostos. A situação geral da economia de Roma já era preocupante, principalmente em razão das guerras civis e de outros problemas remanescentes do século III. Com as mudanças constantes de imperador, além das taxas normais sobre a terra e dos lucros obtidos pelos que exerciam qualquer comércio ou profissão, uma taxa a mais seria cobrada: a *annona*, criada para sustentar os soldados e oficiais. Assim, mantimentos e mais mantimentos deveriam ser fornecidos pelo povo, ou seja, o Império só decaía (ROSTVTZEFF, 1961).

Enfim, a falta de recursos e as diversas ameaças nas fronteiras faziam com que muitos buscassem refúgio nas crenças, a fim de obter o favor dos deuses pagãos ou do Deus cristão.

2.3. A religião: cristianismo e paganismo

A religião cristã teve origem no judaísmo, no auge do Império Romano. Em princípio, a maioria da população cristã era da religião judaica, mas, com o proselitismo¹⁴, o cristianismo começou a se distinguir do judaísmo. Nesse processo, cristãos e judeus passaram a perceber suas diferenças e a discutir suas divergências.

O termo judaísmo deriva-se de Judá. O cativo assírio marcou o fim do reino norte, Israel (cerca 722 A.C.); e isso deixou Judá em ascendência, porquanto o reino do sul (Judá) permaneceu

¹⁴Forma de persuadir os que pertencem a um grupo religioso a mudar de posição e aderir a um grupo diferente. O termo, às vezes, é contrastado com 'evangelização', que é o ato de convencer pessoas de uma determinada religião a intensificarem seu compromisso com a própria religião e seus rituais (ERICKSON, 2011, p. 160).

intacto como nação por cerca de mais de cento e cinquenta anos. Mas, então, veio o cativo babilônico (cerca de 586 A.C.), que pôs fim temporariamente ao reino de Judá. Passados setenta anos, voltou à palestina em remanescente, composto quase inteiramente de pessoas pertencentes a tribo de Judá. Para todos os propósitos práticos, pois, Judá tornou-se a nação de Israel. E, então, os termos judeus e israelita tornaram-se intercambiáveis. Isto posto, o termo judaísmo veio a designar tudo quanto diz respeito a Israel. A história judaica, a sociedade judaica, a sua forma específica de governo (a teocracia), e as crenças e costumes religiosos, fazem parte do que se chama judaísmo. No que concerne a fé religiosa, o judaísmo é uma palavra que se refere àquele sistema que se tornou a religião que deu origem ao cristianismo e que também forneceu muitos elementos ao islamismo (CHAMPLIN, 2008, p. 613).

Muitos judeus justificavam e defendiam seus antigos costumes e sua religiosidade baseando-se em Abraão e outros e criticavam os seguidores de Cristo, acusando-os de heresias.

Nos primeiros séculos, o cristianismo não era proporcionalmente excepcional, ou seja, não tinha muitos adeptos. Na realidade, no princípio, o cristianismo era mais uma corrente espiritual oriunda do judaísmo e, embora diferente, mantinha relações bastante estreitas com sua matriz religiosa (SILVA, 2006).

Segundo Silva e Mendes (2006), os cristãos eram considerados adeptos de uma religião exótica, sendo confundidos com os gnósticos. A cada dia, eles eram acusados de muitas transgressões, tornando-se odiosos para as pessoas adeptas de outras religiões.

Segundo Champlin (2008), o termo cristianismo surgiu no século II para designar a religião que se desenvolveu por meio da pessoa de Jesus Cristo e apareceu pela primeira vez vista nos escritos de Inácio¹⁵. A religião cristã começou com os ensinamentos de Jesus, o Cristo, encarnação do Logos de Deus (CHAMPLIN, 2008).

A cultura romana antiga concebia o cristianismo como uma mera divisão herética de fé judaica. Porém, a narrativa de Lucas e Atos foi escrita para demonstrar que o cristianismo era uma entidade por si mesma, um avanço espiritual em relação

¹⁵Ignatius of Antioch, Inácio bispo de Antioquia da Síria entre 68 e 100 ou 107, era discípulo do apóstolo João, e sucessor do Apóstolo Pedro na igreja em Antioquia.

ao judaísmo, e não um mero fragmento do judaísmo, criado por motivos de disputas teológicas [...] (CHAMPLIN, 2008, p.974).

Para entender a trajetória de uma religião cujos mártires permaneciam convictos mesmo diante dos suplícios que sofriam, é fundamental conhecer o significado de Deus, de homem e os princípios éticos da concepção cristã.

O conceito original de 'Deus' cristão tem origem nas crenças judaicas do teísmo¹⁶ e da esperança messiânica. Esse 'Deus' era apresentado como um ser infinitamente justo, santo, poderoso, amoroso e bom. Entretanto, diferentemente do que acontecia no judaísmo, no qual era considerado capitão de um exército, no cristianismo ele se torna "Pai universal" (CHAMPLIN, 2008, p. 975).

A religião cristã começou a falar de um Deus como um pai que se interessava por todos os homens e cujo projeto de redenção¹⁷ abarcaria toda a humanidade. Inspirados pelo amor incondicional de Deus, os cristãos deveriam manifestar amor por todos os homens, independentemente de raça ou de qualquer outra distinção – o que os diferenciava dos judeus, cujas crenças ensinavam a proteger preferencialmente os judeus. A concepção cristã era, portanto, um meio propício para o crescimento de uma religião pautada na existência de um Deus como 'Pai universal'.

Quanto ao sentido de homem na estratégia pedagógica de convencimento desenvolvida por Eusébio de Cesaréia, pautamo-nos na análise do mestre Tomás de Aquino.

O homem, depois do pecado, precisa da graça para maior número de obras do que antes dele, mas não de mais graças. Pois, antes do pecado precisava da graça, e era essa a necessidade principal dela, para alcançar a vida eterna. Mas depois, precisa da graça também para remissão do pecado e sustentáculo da fraqueza (TOMÁS DE AQUINO, *Suma teológica*, I, q. 95, a. 2, sol.)

Segundo Tomás de Aquino, o homem, antes do pecado, era uma criatura que necessitava da graça para a vida eterna, agindo conforme a

¹⁶ "Crença em um Deus pessoal" (ERICKSON, 2001, p.187).

¹⁷ "O Homem é uma criatura caída, embora originalmente criada por Deus. A redenção consiste no retorno do homem ao estado primitivo, impecável" (CHAMPLIN, 2008, p. 975).

vontade de Deus. Entretanto, depois da desobediência e da escolha por comer do fruto proibido, o homem passou a necessitar de remissão.

Segundo o cristianismo, a humanidade, apesar de estar em uma posição desfavorável diante de Deus, tem a oportunidade da remissão, o que se explica pela morte de Jesus, que veio para redimir o homem do pecado e da morte. Contudo, a primeira condição para a vida eterna era reconhecer Jesus como filho de Deus e viver até a morte como cristão.

Dessa maneira, na concepção cristã é inadmissível adorar a uma criatura, pois a religião cristã, como teísta, acredita no Deus uno. Por esse motivo, muitos pagãos se irritavam, considerando os cristãos como inimigos do Império.

Os princípios éticos do cristianismo também estão enraizados no judaísmo. Por exemplo, no Novo Testamento, os dez mandamentos são mencionados diversas vezes como os ensinamentos bíblicos: queda do homem, necessidade de redenção, promessa de vida eterna conforme a conduta de cada um, ameaça de julgamento contra os impenitentes. Estas são ideias do judaísmo e do cristianismo (CHAMPLIN, 2008).

Naturalmente, Jesus não foi apenas um rabino judeu. Ele espiritualizou a lei, fazendo o mal esconder-se até mesmo nos motivos dos homens, e não se externalizar apenas em atos cometidos. Isso posto, o adultério agora não consiste apenas no ato, mas até no pensamento, segundo se aprende em Mateus 5:28. O homicídio agora não é apenas o ato, mas é também o ódio que lhe dá a força, como se pretende em Mateus 5:21,22. A fórmula reiterada de Jesus: **Ouviste o que foi dito aos antigos... Eu, porém, vos digo...**, sem dúvida foi uma maneira pela qual ele alertou os seus ouvintes ao fato de que ele não somente era algum intérprete autorizado da lei, mas era a própria Autoridade, que podia manifestar-se independentemente e acima da lei. Jesus foi o novo Moisés, - que trouxe à luz um novo código moral (CHAMPLIN, 2008, p. 975-976, grifo do autor).

Champlin afirma que Jesus, como filho de Deus, veio para ser o próprio exemplo de virtude e também a própria autoridade. Assim como Moisés, o 'filho de Deus' veio para ser o novo representante da Lei. Seu objetivo era trazer esperança e direção aos considerados 'perdidos'.

Eusébio de Cesaréia, na *História eclesiástica*, enfatizava que o cristianismo é uma conduta de vida, um verdadeiro ideal de comportamento,

uma forma de honrar a Deus. Para o bispo de Cesaréia, tal conduta de vida poderia significar esperança para o Império Romano, pois favorecia a conversão da sociedade, levando-a a adorar a Deus, independentemente da situação.

§ 4 Mas se somos evidentemente novos e este nome de cristãos, novo na verdade, é conhecido a pouco entre as nações, nosso gênero de vida e nosso comportamento segundo os ensinamentos da piedade não foram recentemente inventados por nós. Foi, por assim dizer, desde a primordial criação dos homens que os amigos de Deus de outrora, por conhecimento natural os tiveram conforme vamos demonstrar.

§ 5 O povo dos hebreus não existe há pouco, mas é respeitável diante de todos por sua antiguidade e geralmente conhecido. A tradição oral e escrita entre eles relata que outrora viveram homens, raros e pouco numerosos, contudo eminentes pela piedade, pela justiça e pelas demais virtudes, uns antes do dilúvio, outros depois, como os filhos e descendentes de Noé, e certamente Abraão, que os filhos dos hebreus se gabam de ter por chefe e ancestral.

§ 6 Não incorreria em erro quem desse o apelativo de cristãos, se não pelo nome, ao menos pelas ações a todos aqueles cuja justiça é atestada, remontando de Abraão até o primeiro homem.

§ 7 Efetivamente, este nome significa que os cristãos, através do conhecimento e ensinamento de Cristo, se distinguem por prudência, justiça, força de caráter e virtude, coragem e piedosa confissão de um só e único Deus supremo. Tudo isso, aqueles varões não buscaram com menor zelo do que nós (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica*, L. 1, c. 4, § 4 a 7).

Como historiador, Eusébio de Cesaréia buscou na longevidade da existência a legitimação de seu povo e a crença no passado. A grande ligação entre o cristão e o hebreu não estaria na linhagem, mas no comportamento, na prática de virtudes, como a prudência, a bondade, a justiça, e, especialmente, na crença em um Deus único, em contraste com os romanos (OLIVEIRA, 2012).

Em seus escritos, Eusébio demonstrou que o cristianismo deve ser rememorado, ou seja, a força do cristianismo está na história, que é a ciência dos homens no tempo. Como afirma Marc Bloch (2001), por natureza, o tempo é contínuo, não para, não pausa, mas se modifica constantemente. Na *H.E.* o bispo de Cesaréia afirma que a história atesta a religião cristã e que, de certa maneira, as ações dos homens no tempo colaboram para a memória do

cristianismo. Ou seja, como afirma Marc Bloch, o cristianismo é uma religião histórica.

É interessante observar que, a partir do ano 249, o cristianismo começou a exercer um papel fundamental na política romana. Seu crescimento chamou a atenção dos nobres, principalmente do Imperador Décio, que, governando de 249 a 251, se propôs a acabar com a religião cristã. Assim, esta começou a sofrer uma perseguição que há tempo não vivenciava.

No governo do Imperador Décio, o Império Romano vivia uma grave crise militar e a missão era voltar às tradições e fortalecer a lealdade aos deuses. Entretanto, nesse período, o cristianismo já contava com um número significativo de fiéis que não adoravam os deuses do Império. O governo não podia tolerar que um grupo se recusasse a tais práticas, pois o entendimento dos dirigentes era de que todos deveriam sacrificar aos deuses para obter ajuda divina.

Segundo Rostovtzeff (1961), diante da turbulência que marcava o Império naquele momento, a religião cristã passara por um crescimento significativo, especialmente nas províncias ocidentais do Império e em algumas zonas ocidentais do Mediterrâneo, contrariando as ameaças e as decisões do Estado. Este estava focado em superar a crise por meio do fortalecimento das fronteiras contra a invasão dos bárbaros.

Desde Décio, por um período aproximado de 50 anos, o cristianismo se desenvolveu significativamente,

Com o passar do tempo, o cristianismo, embora não fosse absolutamente hostil ao Estado em geral, tornou-se, mesmo assim, em consequência da atitude adotada pelas autoridades, contrário ao governo do império. No conflito que se seguiu, a Igreja teve uma parte puramente passiva, mas o ordálio só lhe deu forças. Desenvolveu e aperfeiçoou sua organização, produzindo alguns homens notáveis pela energia e dedicação, muitos dos quais perderam a vida, enquanto os sobreviventes continuavam realizando persistentemente o trabalho de governar a sociedade universal. Ao mesmo tempo, os cristãos procuravam tornar a doutrina inteligível, acessível e aceitável não só ao povo sem cultura como às classes mais esclarecidas (ROSTOVITZEFF, 1961, p. 282).

Grimal (1993) e Rostovtzeff (1961) utilizam o termo superioridade para distinguir o cristianismo das ideologias da época, algumas das quais foram

fundamentais para a escolha de Constantino. Giordani (1994) menciona que a pregação da imortalidade, a salvação e a caridade vieram ao encontro das vontades da população romana, que estava preocupada com as crises e com diversas mudanças de deuses pagãos.

Todas estas religiões, entretanto, embora também pretendessem apresentar uma mensagem de salvação e de imortalidade, não poderão competir com as ideias sublimes do cristianismo. Nada havia nelas que se assemelhasse a caridade cristã pregada com tanta ênfase por S. Paulo. Só o cristianismo atingia o interior da alma e produzia a renovação total, gerando o novo homem, de que fala o apóstolo das Gentes. Esta renovação interior e total do espírito é que explica a resistência persistente dos cristãos diante das ameaças e das torturas (GIORDANI, 1994, p. 347).

O cristianismo estruturava-se a cada dia, com base nas testemunhas e atitudes deixadas por Jesus e seus apóstolos. Segundo Giordani (2002), a religião cristã priorizava a capacitação dos fiéis, procurando mantê-los sempre no propósito da religião, independentemente das torturas ou da morte.

Eusébio de Cesaréia fez menção ao martírio de Orígenes, mostrando como ele se fortaleceu com a palavra de Cristo:

5§ Quais e quão grandes foram os sofrimentos de Orígenes durante a perseguição, como ele encontrou uma saída, enquanto o maligno demônio com todo o seu exército atacava-o à vontade e contra ele lutava empregando todo o seu poder e todos os seus artifícios e investia particularmente contra ele de preferência a todos os que então eram combatidos; quais e quantos foram os suplícios que Orígenes suportou por causa da palavra de Cristo, cadeias e torturas corporais, suplícios pelo ferro, suplícios nas profundezas das prisões; como, durante numerosos dias, teve os pés nos cepos até o quarto buraco e foi ameaçado de ser lançado ao fogo; como corajosamente enfrentou tantas outras provas infligidas pelos inimigos, qual o resultado de tudo isso, pois o juiz se empenhava zelosa e absolutamente por não lhe tirar a vida; finalmente, quantas palavras deixou, repletas de idéias proveitosas para os necessitados de reconforto — tudo isso as inumeráveis cartas que escreveu abrangem de modo simultaneamente verídico e exato. (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica*, L. VI, c.1, § 5).

Nos relatos deixados por Eusébio Cesaréia, observamos que, pelas histórias das principais testemunhas, como Orígenes, os cristãos estavam

sendo preparados para momentos difíceis. A cada dia, com a mensagem deixada pelos inúmeros mártires, o cristianismo se expandia.

Veyne (1982) observa que a religião cristã prejudicava a religião pagã, porque esta era mais exigente em cobranças que provedora de curas, era procurada mais pela estabilidade comercial, entre outras petições do Império. Para restaurar o culto pagão, os imperadores se focavam na imposição e não na exposição dos méritos de tal religião. Todavia, para o autor, alguns pontos explicam o crescimento dos cristãos e, ao mesmo tempo, revelam as repressões que eles sofriam.

Em primeiro lugar, a ideia de igualdade entre os homens, defendida pelos cristãos, punha em xeque a estrutura da sociedade romana pautada na escravidão. Em segundo lugar, os cristãos se opunham a oferecer culto aos deuses dos pagãos e ao Imperador.

Para a religião Cristã, o que distingue os homens entre si são os hábitos adquiridos no decorrer a vida. Embora todos fossem iguais perante Deus, só poderiam desfrutar da eternidade os que seguissem os passos de Jesus, o Cristo. Paulo de Tarso afirma: “Não há judeu nem grego, escravo ou livre, homem nem mulher, pois todos são um em Cristo Jesus” (Gálatas 3, 28).

Segundo Paulo de Tarso, para os cristãos não existe homem maior ou menor, independentemente de sua situação na sociedade. Para o cristianismo, todos são criaturas de Deus, com iguais oportunidades de desfrutar da eternidade.

Acreditamos que essa crença na igualdade dos homens trouxe grandes problemas internos para o Império Romano, pois não adorar o Imperador e os deuses pagãos era uma afronta ao governo.

É importante mencionar que esse foi um ideal que Eusébio de Cesaréia defendeu: a igualdade entre os homens. Embora o sistema político não o aceitasse, por motivos religiosos e econômicos, os cristãos utilizavam esse ideal para a divulgação religiosa, mesmo sendo ameaçados, torturados e mortos.

Apesar das perseguições, os cristãos continuavam realizando seus cultos em casas ou em locais subterrâneos, conhecidos como catacumbas. Segundo Gibbon (2008), mesmo sendo perseguido, o cristianismo não deixou de crescer. Pelo contrário, enquanto os imperadores se ocupavam em deter os

bárbaros e conter a crise, a religião cristã conquistou adeptos em todas as camadas sociais, inclusive na família imperial.

No ano 248 d.C., Cipriano¹⁸, professor de retórica e orador famoso, tornou-se bispo de Cartago. Ele não se conformava com a divisão vivenciada na Igreja cristã e começou a pregar sua unificação. Esse fato colaborou para o crescimento da Igreja.

O imperador romano Décio perseguira os cristãos, e alguns negaram a sua fé. Décio não procurava fazer mártires, porque sabia que o martírio simplesmente chamava mais a atenção para o cristianismo. Em vez de matar os cristãos, os torturava, na esperança de que dissessem 'César é Senhor'. Os que se rendiam e proferiam essa declaração passaram a ser conhecidos como lapsi. Embora não tivesse sofrido por causa de sua fé, Cipriano não conseguia suportar a divisão. Acreditava que os cristãos dedicados deveriam passar pela penitência para provar sua fé. A penitência era composta de um período de tristeza verdadeira, depois do qual a pessoa poderia participar novamente da ceia do Senhor. Depois de o penitente ter 'cumprido seu tempo', ele compareceria diante da congregação vestido de saco e coberto de cinzas para que os bispos pronunciassem o perdão (CURTIS; LANG; PETERSEN, 2003, p. 32).

O posicionamento do bispo Cipriano no concílio de Cartago foi fundamental para o contínuo crescimento da Igreja, apesar das perseguições sofridas pelos cristãos e das rebeliões que promoviam. A *Unidade da igreja*, obra principal de Cipriano, tornou-se famosa em todo império e colaborou para o vasto crescimento da religião.

No ano de 251, Cipriano convocou o concílio de Cartago e leu *Unidade da Igreja*, seu trabalho principal, que teve profunda influência sobre a história da Igreja. A Igreja, conforme argumentou, é uma instituição divina —a noiva de Cristo— e pode haver uma noiva. Somente na Igreja as pessoas poderiam alcançar a salvação; fora dela, há somente escuridão e confusão (CURTIS; LANG; PETERSEN, 2003, p. 32).

Direcionada para unidade, a religião cristã espalhou-se com mais força, tornando-se um sério problema para o governo romano, já que seus ideais de

¹⁸ "Viveu nos anos 200-258 d.C. Foi um dos maiores eclesiásticos do século III D.C. Nasceu em Cartago, de família nobre e rica [...] Tornou-se bispo de Cartago e líder do clero cristão do Norte da África. Foi martirizado na época do Imperador Valeriano" (CHAMPLIN, 2008, p.745).

fé iam contra os costumes sociais, religiosos e costumes econômicos dos pagãos. Embora o bispo Cipriano tivesse proposto a unidade da religião cristã, existiam sempre os problemas e as controvérsias, mesmo depois de 380 d.C., quando o cristianismo se tornou a religião oficial do Império Romano.

O principal desafio do cristianismo era com o governo de Roma, cujos parâmetros os cristãos não aceitavam, como, por exemplo, escravidão e a adoração aos deuses. Com isso, a religião cristã acentuava a crise que estava instalada no governo.

Por fim, o cristianismo tinha uma particularidade que o tornava único no mundo: essa religião era também uma Igreja, uma crença exercendo autoridade sobre aqueles que dela compartilhavam, apoiada sobre uma hierarquia, um clero superior em natureza ao laicato num quadro geográfico. Lado a lado com o amor, com o ascetismo e com uma pureza desinteressada por este mundo cá de baixo, a psicologia dos cristãos incluirá também o gosto pela autoridade (VEYNE, 1982, p. 27).

A religião cristã se fortaleceu com a palavra de convencimento e com os ideais espiritualistas. Um desses ideais era de que a maior recompensa não estava no mundo terreno e sim na vida eterna.

As religiões oficiais do Império, segundo Veyne (1982), não tinham uma organização completa como a religião cristã, em que a autoridade e o amor eram centralizados como objetivo de paz eterna. Dessa maneira, o paganismo romano acabava sendo ofuscado pelo crescimento do cristianismo.

É de fundamental importância analisar as religiões e os ritos praticados no Império Romano para entender melhor os embates religiosos contra os cristãos, o que teria influenciado, em grande medida, as grandes perseguições. Começamos por expor o conceito e a origem da palavra 'pagã'. Champlim (2008), em sua *Enciclopédia de Bíblia, teologia e filosofia*, afirma:

Essa palavra pode ser um simples sinônimo de Nações. Porém, em um sentido mais restrito, o termo adquire reverberações religiosas e culturais depreciativas. Um dos usos da palavra é aquele que declara pagãos todos quantos não seguem as grandes fés monoteístas, o judaísmo, o islamismo e o cristianismo. Por outro lado, os judeus podem considerar pagãos aos seguidores de todas as outras religiões; e nisso serem secundados por islamitas e cristãos.

Segundo o uso cristão primitivo, um pagão era alguém envolvido na adoração idólatra. A raiz dessa palavra é latina, *pagus*, país, de onde se derivou a ideia de algo cru e não-civilizado, que contraste com os cidadãos sofisticados. Porém, modernamente, esse vocábulo quase sempre tem reflexos religiosos. Os cristãos antigos usavam o termo latino *paganus*, (interiorano), aludindo àqueles que se recusam a converter-se ao cristianismo, e permaneciam em suas religiões idólatras, grega ou romana. Talvez o termo fosse usado a princípio, pelos cristãos, em um sentido religioso decido ao fato de que os habitantes das áreas rurais durante muito tempo estiveram infensos à mensagem do evangelho, pelo que foram deixados no paganismo, ao passo que, nas cidades, o cristianismo obteve desde o começo fortes centros de expressão (CHAMPLIM, 2008, p. 10).

Vemos também que, segundo Veyne (1982), o paganismo, diferentemente do cristianismo, não tinha força de conquista¹⁹ e de enquadramento²⁰. Existiam, de maneira esparsa, em toda parte, templos de Mercúrio e Ísis. Muitas pessoas, entre todas as divindades existentes, tinham por Ísis uma piedade particular, mas não existia a Igreja de Ísis, nem um clero devoto a ela. O fato é que a estrutura que a religião cristã estabeleceu era diferente das praticadas anteriormente. A religiosidade dos pagãos era de livre adoração, qualquer um podia abrir um templo ao deus que escolhesse (VEYNE, 1982).

Em nossa pesquisa, verificamos ainda que a religião oficial de Roma era pagã, adorar aos deuses do Império significava honrar o Imperador. Somente em 391 d.C., o paganismo deixou de ser a principal religião do Império. Segundo Rosa (2006), os romanos, no modo como se viam, consideravam-se os mais religiosos dos povos. Até um importante historiador da Antiguidade, Tito Lívio²¹, que retomou um diálogo do passado romano a partir do século de

¹⁹ Para Veyne, a força do paganismo estava no governo; este é que permitia sua existência, sem que houvesse uma estratégia para seu crescimento, diferentemente do cristianismo, que a cada dia se estruturava, tanto territorialmente quanto em seus métodos de convencimento.

²⁰ Veyne afirma que o paganismo vivia em constantes mudanças, por causas dos diversos Imperadores que direcionaram o governo, dificultando os ajustes e o crescimento religioso pagão.

²¹ Tito Olívio nasceu por volta de 59 a.C., em Pádua (hoje atualmente Itália), tendo sido um importante historiador da Antiguidade. Sua obra principal é História de Roma (*Ab Urbe condita libri*) que conta a história de Roma desde sua fundação (por volta de 753 a.C.) até a morte do imperador romano Nero Cláudio Druso (9 a.C.) (CHAMPLIN, 2008).

Augusto, acreditava que a conquista do mundo pelos romanos se deu por causa de um escrupuloso cuidado nas relações com os deuses.

Pierre Grimal discorre sobre a iniciativa de Augusto e de Agripa, os quais deram continuidade à política de Cezar na restauração de cultos. Segundo ele:

Uma vez alcançada a vitória e sem esperarem pela reorganização das finanças, Augusto e Agripa prosseguiram a política de Cezar, entregando-se, desta vez, sobretudo, aos edifícios sagrados, aos santuários que a antiguidade tornava tão veneráveis quanto frágeis. Muitos não passavam de ruínas. Assim, o templo de Júpiter Ferentino, no Capitólio, não tinha tecto. Foi Ático, o amigo de Cícero, quem advertiu o príncipe. Ático era epicurista. Assim, não acreditava na intervenção das divindades nos assuntos dos homens, embora não deixasse de pensar que o respeito pelo sagrado era essencial em toda a comunidade humana. O sentimento que o animava tornou-se inteligível, para nós, através dos versos de Horácio, que nos ensinam que a negligência do sagrado é sinal de uma perversão da moral, que anuncia o declínio das cidades, a perda progressiva da sua alma. O que os deuses dão aos homens não é uma sucessão de milagres, mas uma inspiração contínua que os leva até ao eterno. Augusto compreendeu. A restauração dos antigos santuários era um imperativo moral, essencial para a sua própria política que tendia a reformar os costumes, a restabelecer os valores de antiguidade. Assim, é muito longa a lista dos santuários que mandou construir ou restaurar. Roma está coberta de templos, de capelas, de santuários de toda espécie. Cada um deles evoca os tempos antigos, quando as virtudes dos cidadãos faziam a grandeza do Estado (GRIMAL, 1993, p. 78).

Iniciativas como a de Augusto levam-nos a entender como eram importantes para os romanos os cultos e as tradições. É evidente que eles prezavam sua manutenção, principalmente no tocante às religiões. Rostovtzeff (1961) reflete sobre o valor que os romanos davam aos deuses:

Um calendário oficial de festas, estabelecido mais ou menos na época em que Roma foi fundada, é a principal fonte de nosso conhecimento do assunto. Essas festas são ou puramente agrícolas ou puramente militares. Têm lugar de destaque nesse calendário o culto de Jupiter, o Grande deus, guardião da civilização e do Estado, e de Marte, que personifica as potências hostis da região inculta perto de Roma, as montanhas, florestas e seus perigos. Após a união de romanos e sabinos no monte quirinal, surgem alguns deuses destes últimos, como por exemplo, Quirino, o Marte sabino. As noções romanas da divindade são em geral do tipo primitivo e não mostram a rica imaginação criadora dos gregos. Seus deuses

eram personificações abstratas dos poderes amigos ou hostis ao homem, menos humanos e mais remotos do que os deuses gregos. Mesmo nas épocas primitivas o governo determinava o ritual para os principais deuses, cujo culto, assim controlado, tornou-se mera cerimônia, definida com rigor e precisão. (ROSTOVTZEFF, 1961, p. 40).

Para as famílias, a religião era menos formal. Dedicava-se toda a honra ao chefe da família, que personificava o poder criador e a vida da família. Os ancestrais eram adorados e, de maneira espiritual, permaneciam vivos na casa, sendo necessário cultuá-los com diversos ritos (ROSTOVTZEFF, 1961). Evidentemente, os romanos eram focados nas superstições ritualísticas das tradições familiares. Contudo, algumas modificações começaram ocorrer com o passar do tempo, e o principal fator foi o desenvolvimento das plebes vindas de vários lugares.

Um aspecto duplo é, portanto, observado na religião romana. Os imigrantes plebeus das cidades helenizadas do Lácio desenvolveram o comércio e a indústria, trazendo consigo alguns cultos, alguns gregos, mas adotados pelos latinos, outros latinos modificados pelos gregos. Todos os novos deuses estavam ligados ao comércio e à indústria, e para eles foram erguidos templos, perto do Tibre ou no Aventino, o monte plabeu. A mais antigas destas divindades é Hercules ou Héracles, que protege o comércio e a vida dos negócios – seu altar ficava no mercado de gado; em seguida vinha Minerva, deusa latina que guarda certos traços da antiga Atena da Grécia [...]. Ao mesmo tempo desenvolve-se uma religião, peculiar às famílias patrícias – as famílias etrusco-latinas que havia dominado no reinado de monarcas etrusco. E assim Roma como qualquer cidade-estado do mundo antigo, passa a ter um centro religioso e Acrópole própria no Capitólio, onde se localizou o templo consagrado à trindade Júpiter Ótimo Máximo, Juno e Minerva. O templo foi construído em estilo etrusco, e o aspecto externo do ritual era etrusco – mas não os deuses em si (ROSTOVTZEFF, 1961, p. 41).

Rostovtzeff (1961) reflete também sobre os princípios filosóficos, dos quais o estoicismo era o mais difundido na era de Augusto. O estoicismo era, por assim dizer, mais flexível, adaptando-se facilmente às novas condições, ou seja, as doutrinas estoicas eram mais lógicas e fáceis de dominar. É necessário acrescentar, ainda, que o ideal estoico era a 'ataraxia', o equilíbrio perfeito da alma. Se o homem atingisse esse ideal, não temeria a morte.

Pobres e ricos sofriam choques de tal severidade que não podiam encontrar facilmente a paz na ataraxia abstrata dos estóicos: por muitos anos, todo cidadão enfrentara quase diariamente a perspectiva de morte violenta. Por isso, o pensamento dos homens voltara-se para o mistério da vida futura, e eles buscavam na filosofia e religião uma respostas às suas perguntas. O estoicismo, porém, era mudo. Não é de surpreender, portanto, que grande número de pessoas se inclinasse para o neopitagorismo, com sua escatologia mística e a preocupação da vida futura. Ligadas a êle havia correntes exclusivamente religiosas, de origem grega, e pouco influenciadas pela filosofia: refiro-me aos mistérios eleusinos, que se confundiam cada vez mais com as doutrinas órficas e nos quais a revelação de uma vida futura era tão destacada. A decoração de muitos túmulos romanos do período augustano, posteriormente, mostra a influência das idéiasneopitagóricas e órficas. Virgílio foi o mais típico e talentoso intérprete da alma de sua época, e é importante notar como sua poesia está saturada de fantasias escatológicas, inspiradas nessas fontes. Nem é de surpreender que muitos se sentissem atraídos pela astrologia, com suas pretensões a ciência, sua doutrina da simpatia universal e pelas possibilidades que oferecia de desvendar o futuro (ROSTOVTZEFF, 1961, p. 185).

Apesar de o estoicismo ter ficado mudo, como afirma Rostovtzeff, não deixou de exercer grande influência sobre as religiões da época romana. Suas concepções acerca da morte, ou da preparação para o fim da vida terrestre, emergiram em uma época violenta, em que a possibilidade da morte era constante para os homens. Contudo, segunda Rosa (*apud* SILVA 2006), apesar das influências filosóficas, os romanos dedicavam-se a cumprir os rituais, conforme a vontade e a ordem imperial.

Uma característica da religião do Império Romano era a ênfase aos ritos e à sua minuciosa execução, mais do que nos deuses e mitos. Essa era uma prática ritualística em domínios sacerdotais, que conduziam todos os rituais e faziam uma devida negociação com o mundo divino, garantindo o sucesso nas guerras (ROSA *apud* SILVA; MENDES, 2006)

Gradativamente, as adorações foram tomando grandes proporções e as reverências e as tradições eram sempre levadas em consideração. Logo, o comportamento humano, as ações de importantes homens no Império, passaram a ser representados em estátuas e outras formas artísticas, gerando, inclusive, adoração, tal como se fazia aos deuses. Rosa afirma:

[...] rituais de vários tipos eram uma parte crucial nas interações entre deuses e homens na religião romana. Rituais marcavam todos os eventos públicos e celebrações; alguns deles podem ser classificados como ocasiões religiosas propriamente ditas – festivais anuais, a realização e o cumprimento dos juramentos, os aniversários das fundações de templos, etc. (ROSA *apud* SILVA; MENDES, 2006, p. 141).

A religião fazia parte das políticas de Roma, acompanhando o Império em todos os períodos. Cada decisão tornava-se um ritual cujo objetivo central era conservar a paz entre deuses e homens.

Garantir os ritos representava a certeza da manutenção da sociedade como a queriam: ordenada e segura. Ao respeitar as regras de comportamento, como o respeito aos deuses, sobretudo em seus espaços, ao curvar-se sob autoridade dos rituais, o cidadão garantia a ordem social, e a paxdeorum e as práticas que acarretavam a transgressão à ordem vigente podiam a sociedade ao caos e à desagregação. A concórdia entre homens e deuses é a garantia da ordem romana (ROSA *apud* SILVA; MENDES, 2006, p. 141).

Na mesma obra, a autora discorre sobre uma nova ideia de reverência, conhecida como 'culto imperial'. Datada entre o fim da República e o início do Império, essa forma perdurou por alguns séculos até Constantino.

A novidade foi o desenvolvimento do chamado 'culto imperial' no final da república e do início do império. Tanto o caráter deste culto como a história de seu desenvolvimento são altamente controversos. Alguns estudiosos acreditavam que uma nova força religiosa se impusera mesmo que uma nova religião teria sido criada. Esta ideia tem de ser tratada com um certo ceticismo. Primeiro, porque não temos informações que demonstrem que o culto fora organizado, e muito menos imposto, a partir do centro imperial (BICKERMAN, E. J:1973; PRICE, S. R. F: 1984); havia variações locais em grande número, com o sem o consentimento central. Em segundo lugar, é difícil avaliar o quão nova ou controversa seria a inovação; em muitas áreas do Império, o culto ao soberano era algo tradicional (ROSA *apud* SILVA; MENDES, 2006, p. 141).

Com as reverências e os sacrifícios ao Imperador, surgiram alguns atritos entre os que cultuavam o Imperador e os monoteístas, judeus e cristãos, que não aceitavam adoração a deuses. Tais atritos, no entanto, não representavam graves tensões. Os judeus sacrificavam em favor do Imperador e não para o Imperador, já os cristãos, recusavam-se a participar de qualquer

sacrifício. O Imperador colocava seus altares próximo ao tribunal do magistrado que ouvia as causas. Na perspectiva do Império, os sacrifícios ao soberano eram provas da lealdade a Roma (ROSA *apud* SILVA; MENDES, 2006).

Tais observações acerca das tradições e dos ritos pagãos do Império Romano nos permitem compreender suas crenças em linhas gerais. Por conseguinte, podemos salientar que a fé no Imperador não era novidade no século III ou IV, mas consistia em uma antiga tradição, oriunda de outras regiões.

Em suma, observamos que, no cenário de grandes crises abordado neste capítulo, a sociedade romana entre o fim do século III e o início do século IV sofria com problemas de diversas naturezas, inclusive morais e religiosos. Uma pergunta, em particular, despertou nossa reflexão a respeito dos conflitos em torno das religiões pagã e cristã: por que os romanos não conseguiam se defender de tantos ataques inimigos na fronteira? A decadência de Roma diante de seus inimigos representava a insatisfação dos deuses pagãos com a resistência dos cristãos em cultuá-los ou um castigo do Deus cristão contra os costumes romanos? Algo teria rompido a *pax deorum* e os cristãos foram apontados como culpados por romper a relação entre os homens e suas divindades, já que se negavam a cultuar os deuses pagãos, razão pela qual foram perseguidos (GONÇALVES *apud* SILVA; MENDES, 2006).

Certamente, a resposta para tais perguntas direciona nosso olhar para a crise que os romanos, um dos maiores Impérios da época, estavam sofrendo. Com diversas dificuldades de manter um imperador, unificar o exército, manter o número de escravos, a política do Império se tornou cada vez mais propensa à queda.

3. CONCEPÇÕES PAGÃS E CRISTÃ

Como mencionamos no capítulo anterior, existiam significativas diferenças entre cristãos e pagãos no que se refere às crenças e aos rituais religiosos, o que os colocava em confrontos inevitáveis. Eusébio de Cesaréia registrou alguns desses conflitos em textos que assinou com nomes de outros pensadores reconhecidos na época, como Flávio Josefo, Tertuliano, Fílon e Tácio, a fim de que seus escritos, por serem de sua autoria, não fossem rejeitados pelo público de então.

Consideramos que as perseguições aos cristãos até o século IV d.C. constituíram momentos críticos da História da Igreja. Quanto a isso, é significativo que esse período tenha sido conhecido na história como a 'era dos mártires'.

1§ O imperador César Marco Aurélio Antonino Augusto, Armênio, soberano pontífice, tribuno do povo pela décima quinta vez, cônsul pela terceira vez, à assembléia da Ásia, saudações.

2§ Estou bem ciente de que os próprios deuses cuidam de que tais homens não escapem ao castigo, pois a eles, e não a vós, compete punir os que recusam adorá-los.

3§ Fortificais as opiniões daqueles que inquietais, acusando-os de ateísmo. Denunciados, preferem visivelmente morrer por seu próprio Deus a viver. Assim são vitoriosos, ao sacrificar a vida antes que obedecer ao que deles quereis exigir (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica*, IV, 13, § 1, 2, 3).

Neste capítulo, faremos um esboço histórico dessas perseguições, centrando-nos na memória dos mártires como testemunhas eternas do amor de Cristo e da Igreja cristã. Além disso, refletiremos sobre como os romanos (por meio da ordem imperial) foram capazes de perseguir, torturar, ridicularizar e matar em nome da fé pagã.

Eusébio de Cesaréia, em sua *História eclesiástica*, enfatizou que todos os que fossem contra a fé cristã sofreriam as piores consequências. Nesse sentido, o Bispo de Cesaréia valorizou e enalteceu o martírio dos apóstolos, considerando-o como modelo de fé a ser seguido por todos cristãos.

§1Conhecemos, sem dúvida, os que dentre eles se ilustraram na Palestina, mas conhecemos também os de Tiro, na Fenícia. Quem não se admiraria ao ver as inumeráveis chicotadas, e sob os golpes, a paciência dos atletas da religião, verdadeiramente maravilhosa e logo após os flagelos, o combate contra as feras

devoradoras, os ataques de leopardos, diversos ursos, javalis, touros enfurecidos pelo aguilhão de ferro e fogo e diante de todas essas feras, a espantosa capacidade de suportar destes heróis? (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica*, VIII, 7, § 1).

O público presente no decorrer do martírio ficava surpreso com o comportamento dos cristãos, pois os supliciados ficavam parados diante dos ataques. Segundo Champlin (2008), o martírio era frequente naquela época, sendo comum ver os condenados suplicar pela vida, correr ou se defender. No entanto, isso não ocorria com os mártires cristãos.

§2Nós próprios assistimos a estas cenas, verificando a presença e a ação manifesta nos mártires do poder divino de nosso Salvador Jesus Cristo, a quem prestavam testemunho. As feras devoradoras não ousavam, durante muito tempo, tocar os corpos dos amigos de Deus, nem mesmo aproximar-se, mas era contra os outros, a excitá-las de fora com alguma provocação, que elas se arrojavam. Os santos atletas, sozinhos, nus, agitavam as mãos para atrair as feras (pois assim tinham ordem de fazer), mas não eram absolutamente tocados. Se por vezes lançavam-se contra eles, retidas por certa força divina, recuavam (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica*, VIII, 7, § 2).

Para Eusébio de Cesaréia, Deus não permitia que os animais atacassem os cristãos; era como se os animais pudessem entender o que os pagãos não entendiam sobre a religião cristã e as virtudes dos mártires. Ao analisar a *H.E.* entendemos que o mártir cristão demonstrava para o Império Romano o que significava ser um cristão ideal, que seguia até à morte os princípios e as virtudes de sua fé.

O autor destacava a resistência dos jovens diante de tanta atrocidade e mencionava o caso de um rapaz de menos de 20 anos. Frangiotti (2000) se refere a esse exemplo e afirma que, mesmo sob tortura, o garoto permanecera de braços estendidos em forma de cruz enquanto rezava para sua divindade, convicto da dor e do sofrimento do mártir que estava prestes a ser.

O bispo de Cesaréia também abordou outro acontecimento, durante o qual ursos, leopardos e touros foram lançados sobre jovens cristãos. Relatou que nenhum dos animais atacava os cristãos, pois eram impedidos pelo poder divino, mas isso não aconteceu com os pagãos eventualmente presentes que estavam desprotegidos do poder do Deus cristão.

Conforme seu relato, depois de variadas provas, os jovens foram degolados pela espada e os corpos, em vez de ser sepultados, foram jogados ao mar para evitar que os cristãos os tomassem como relíquias. No entanto, ele destaca que o martírio desses jovens foi um exemplo que enalteceu o propósito de convencer para o cristianismo. Segundo Frangiotti (2000), ao ser narrado na *História eclesiástica*, esse exemplo deu conteúdo à própria memória da cristandade, conservando a memória dos mártires.

Analisaremos as perseguições e martírios narrados na *História eclesiástica* com o propósito de explicitar como essas práticas foram relevantes para direcionar os homens no ‘apagar das luzes’ do Império Romano. Sabemos que as instituições que até aquele momento garantiam a sobrevivência da sociedade ocidental estavam em colapso e que algum ideal (que levasse à unidade do Império) deveria ocupar seus lugares. É provável que Eusébio de Cesaréia acreditasse que esse ‘ideal’ poderia ser a Igreja cristã.

3.1. As perseguições aos cristãos no Império Romano entre os séculos I e III

No decorrer de sua obra, Eusébio de Cesaréia aborda desde a perseguição contra Jesus e seus apóstolos até o momento em que Nero responsabilizou os cristãos pelo incêndio de Roma, em 64 d.C. Apesar das perseguições e dos martírios, os cristãos não adotavam uma posição de hostilidade declarada à autoridade romana. Tertuliano²² manifestava-se contra os cultos imperiais, mas permaneceu fiel à pregação de Paulo de Tarso²³, para quem o poder do imperador era (ou deveria ser) legitimado por Deus (SILVA; MENDES, 2006).

Apesar do monoteísmo e da rejeição aos cultos pagãos, os cristãos não adotavam, de modo geral, uma posição de hostilidade declarada à autoridade romana. Mesmo Tertuliano, um dos mais ferozes críticos do culto imperial, permaneceu fiel à tradição estabelecida por Paulo segundo a qual o poder do imperador era delegado por Deus, o que exigia dos cristãos

²²Segundo Champlin (2008), Tertuliano nasceu em 155 d.C., na província romana da África, na cidade de Cartago, e morreu em 222. Filho de pais pagãos, tornou-se bem versado em filosofia, direito e literatura, antes de se converter à religião cristã. [...] Tertuliano deixou uma marca na história da Igreja e aderiu à teologia ocidental, tendo influenciado outros a fazer o mesmo.

²³ Todos devem se sujeitar às autoridades do governo, pois não há autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram ordenadas por ele (ROMANOS, 13,1).

obediência estrita à ordem romana. [...]É certo que nem todos os cristãos se conformavam aos ensinamentos de Paulo, como comprovam algumas comunidades espirituais – as gnósticas²⁴, por exemplo – que, seduzidas por uma miragem escatológica, pregavam o fim dos tempos e o retorno iminente de Cristo, acontecimento que coincidia com a derrocada do próprio Império Romano [...] (SILVA, 2006, p. 244)

Grimal (1993) se refere a algumas situações que contribuíram para a perseguição, mencionando a veiculação de cartas de acusação que Frontão²⁵, o mestre do Imperador Marco Aurélio (121-180 d.C), reuniu contra os cristãos:

Há tantos profetas e taumaturgos que andam de cidade em cidade! Assim, quando Paulo e o companheiro Barnabé, em Listo, na Ásia Menor, fazem um milagre, restituindo a um enfermo a faculdade de andar, a multidão vê nos dois homens a encarnação de Zeus e Hermes e quase sacrifica um boi em sua honra. O povo, nesta mesma Ásia, não se comportara de maneira diferente em relação a Apolônio de Tiana. Havia sempre lugar, no paganismo desse tempo, para novas formas de culto. Mas é precisamente isso que os cristãos não podem aceitar. A sua intransigência neste ponto será uma das mais homogêneas e secretas (não era admitida qualquer pessoa) do que as que congregavam os fiéis das outras religiões dão lugar a calúnias. Já no tempo dos Antoninos são acusados de se reunirem, de noite, em refeições durante as quais sacrificam crianças, que depois comem. Tudo isso, sem dúvida, porque, recusando os ritos tradicionais do paganismo, se abstêm com um horror ostensivo, de consumir a carne das vítimas sacrificadas, quando, entre si, se entregam a refeições rituais (GRIMAL, 1993, p. 129).

Tais calúnias, segundo o autor, reforçavam a ideia de que o cristianismo era uma religião incorreta perante o governo imperial. Segundo Grimal, os suspeitos eram obrigados a comparecer diante do governador ou do prefeito de Roma e, aceitando fazer sacrifícios aos deuses pagãos, provar que não eram cristãos. Se persistissem na religião cristã, eram executados.

²⁴ Palavra grega que significa conhecimento ou cognição. Por causa das associações que aparecem na literatura, com frequência 'gnosis' é considerada um sinônimo de conhecimento esotérico ou gnosticismo. Porém, esse vocábulo também tem um sentido cristão. No contexto do gnosticismo, a gnosis é o caminho para salvação, um tipo especial de conhecimento (CHAMPLIN, 2008).

²⁵ "Sobre Marco Cornélio Frontão pouco se sabe. Tanto sua data de nascimento (c. 90/95), quanto a data da sua morte (c. 166) e quase toda a cronologia de sua vida são imprecisas. Natural de Cirta (atualmente Constantina, na Argélia), cidade da província romana da Numídia, no Norte de África, foi descendente de uma elite romanizada. Recebeu alguma formação em Alexandria, estabeleceu-se em Roma sob a orientação do filósofo Atenódoto e do rector Dionísio, e terminou sua educação como advogado e orador talentoso" (PEREIRA, 2014, p.17).

Segundo Silva (2006), as decisões imperiais em relação aos cristãos eram geralmente provocadas pelos habitantes e lideranças das províncias. A primeira consulta²⁶ teria ocorrido em 110-111, quando Plínio (61-114 d.C.), governador da cidade de Ponto, solicitou ao Imperador Trajano (53-117 d.C.) um direcionamento de como proceder diante das acusações de cristianismo. Foi orientado a tratar caso a caso, punindo somente aqueles que se recusassem a negar sua fé e a sacrificar aos deuses romanos.

Os casos de perseguição aos cristãos eram geralmente instigados pelo povo local, especialmente pela plebe, ou seja, nem sempre o cristianismo era um problema de Estado, pois o Império estava ocupado com as invasões barbaras. Somente em 249, sob o governo de Décio (201-251), é que os cristãos passaram a ser encarados como um problema de Estado, o que coincidiu com a necessidade de este reafirmar as bases simbólicas de sua autoridade (SILVA *apud* SILVA & MENDES, 2006).

Décio colocou o povo contra um inimigo comum, os cristãos. Em razão de suas crenças, principalmente seu monoteísmo, estes se tornaram alvo fácil de punição, sendo associados aos que se negavam a prestar culto às divindades pagãs e ao imperador, o que era um desrespeito ao Império (SILVA; MENDES, 2006).

Segundo Gonçalves (2006, p.186), Décio comandou uma das maiores perseguições aos cristãos, responsabilizando-os pelos problemas que assolavam o Império Romano.

Após a morte de Décio, a sucessão imperial se torna bastante confusa, com a irrupção da disputa entre Treboniano Galo, Voluciano e Emílio Emiliano sem que, no entanto, a inquietação do Estado romano para com o cristianismo tivesse sido superada, pois, [...] Treboniano Galo pretendia prosseguir com as hostilidades contra os cristãos. Em 253, ascende Valeriano, um senador ilustre que logo associa ao poder seu filho, Galienom na qualidade de Augusto. Ao contrário do que se observa sob o governo de Décio, Valeriano adota medidas destinadas exclusivamente aos cristãos. Em 257, numa conjuntura de acirramento das ameaças bárbaras e persa, incluindo a queda da Dura Europos e Antioquia nas mãos de Sapor I, Valeriano dirige uma epistola (carta) aos governadores de província determinando que os membros do clero cristão

²⁶ Segundo Silva (2006), o Imperador foi consultado pela primeira vez em 110-111 para resolver a situação dos que desobedeciam ao Império praticando a religião cristã.

sacrifiquem aos deuses de Roma diante do Tribunal, sob pena de exílio, e proibindo a reunião dos cristãos nas igrejas e cemitérios [...] (SILVA *apud* SILVA; MENDES, 2006, p. 249).

Os autores estudados nos mostram que, durante a Anarquia Militar²⁷, entre 235 e 284, existiram governos²⁸ nos quais as perseguições aos cristãos tinham se tornado mais intensas, inclusive com a prática cada vez mais frequente de execuções públicas. Esse foi um período de recrudescimento das perseguições:

Um dos resultados mais evidentes da sucessão de reveses políticos que se propagaram no decorrer da Anarquia Militar foi, sem dúvida, o enfraquecimento da imagem do imperador e da crença na grandeza e eternidade de Roma, o que levava os contemporâneos a indagar sobre as razões pelas quais os deuses não teriam intercedido em favor dos romanos. Num contexto como esse, era mais do que previsível que um ou mais grupos fossem apontados como responsáveis pelas calamidades do Império, razão pela qual os cristãos não tardaram a ser tomados como bodes expiatórios (SILVA *apud* SILVA; MENDES, 2006, p. 247).

Como destaca Gonçalves (2006), durante a Anarquia Militar, os homens conspiravam para chegar ao poder, inclusive assassinando o imperador do momento com a ajuda de seus aliados do exército. Alguns desses imperadores procuraram restaurar a tradição romana ancestral, o *mos maiorum*²⁹, exigindo, entre outras coisas, que toda a sociedade voltasse às antigas práticas pagãs.

²⁷O período conhecido como Anarquia Militar foi resultado das disputas entre os generais romanos pelo trono, pois, como não existia a hereditariedade, os critérios para a sucessão não eram claros. Normalmente, o imperador indicava seu sucessor, mas nem sempre os generais eram de acordo. Dessa forma, as disputas internas criaram uma situação na qual os imperadores não tinham força política e as conspirações e golpes de Estado tornavam-se frequentes.

²⁸ Segundo informações contidas em Champlin (2008) e Grimal (1993), os imperadores que atuaram durante a Anarquia Militar romana e suas respectivas datas de governo foram: Maximino I Trácio (235 d. C.-238 d. C.), - Gordiano I e II, Balbino e Pupieno (238 d. C.), Gordiano III (238 d. C.-244 d. C.), Filipe I, o Árabe (244 d. C.-249 d. C.), Décio (249 d. C.-251 d. C.), Treboniano Galo (251 d. C.-253 d. C.), Emiliano (253 d. C.), Valeriano (253 d. C.-260 d. C.), Galieno (253 d. C.-268 d. C.), Macrino, os usurpadores Quietos (260 d. C.-261 d. C.) e Auréolo (268 d. C.), Cláudio II o Gótico (268 d. C.-270 d. C.), Aureliano (270 d. C.-275 d. C.), Tácito (275 d. C.-276 d. C.), Probo (276 d. C.- 282 d.C.), Caro (283 d. C.), Numeriano (283 d. C.-284 d. C.) e Carino (283 d. C.-285 d. C.).

²⁹ Champlin (2008) informa que o *mos maiorum*, geralmente traduzido como costume ancestral, referia-se às leis não escritas da Roma Antiga: princípios consagrados, modelos comportamentais e práticas sociais que afetavam todos os aspectos da vida privada, política e militar de então. Certamente, a lei escrita era a base da prática legal e da jurisprudência romana, mas todos recaíam no *mos maiorum* em casos de dúvida ou de ruptura. Os oradores também invocavam a prática tradicional romana para confirmar seu argumento.

Entre os imperadores que restabeleceram a tradição romana e, por consequência, aprofundaram a perseguição aos cristãos, destacam-se Décio (240-251), Valério (253-260) e Diocleciano (285-306). Segundo Gonçalves (2006), a justificativa utilizada para essa perseguição religiosa era de ordem política, ou seja, eles consideravam que os cristãos eram uma ameaça ao Império. Afinal, os cristãos se recusavam a oferecer culto aos deuses oficiais e aos imperadores, o que era considerado um ato de impiedade, prejudicial à ordem imperial.

Entretanto, mesmo no contexto desfavorável de perseguição, os cristãos cresciam em número e se organizavam e muitos dentre eles se destacavam por defendiam sua religião mesmo que pudessem perder a vida por isso.

Com o passar do tempo, o cristianismo, embora não fosse absolutamente hostil ao Estado em geral, tornou-se mesmo assim, em consequência da atitude adotada pelas autoridades, contrário ao governo do império. No conflito que se seguiu, a Igreja teve uma parte puramente passiva, mas o ordálio só lhe deu forças. Desenvolveu e aperfeiçoou sua organização, produzindo alguns homens notáveis pela energia e dedicação, muitos dos quais perderam a vida, enquanto os sobreviventes continuavam realizando persistentemente o trabalho de governar a sociedade universal. Ao mesmo tempo, os cristãos procuravam tornar a doutrina inteligível, acessível e aceitável não só ao povo sem cultura como às classes mais esclarecidas (ROSTOVTZEFF, 1961, p. 282).

Logo após a morte do Imperador Décio em um combate contra os godos, Treboniano Galo³⁰ (206-253 d.C.) assumiu o governo, liderou o Império entre 251 e 253 e não priorizou a perseguição aos cristãos porque as invasões se apresentavam como uma ameaça mais urgente. Galo morreu em combate e seu sucessor, Emiliano, ficou no poder por alguns meses em 253 até ser morto em batalha. Nesse período, as invasões, a epidemia prolongada de peste

Por sua própria natureza, ele era o conceito central do tradicionalismo romano. Ir contra o *mos maiorum* poderia ser complicado, pois, como o elo social de Roma, ele era protegido pela geração mais velha, que geralmente ocupava o poder político e econômico na esfera pública e o poder social na esfera privada do lar.

³⁰Caio Víbio Treboniano Galo serviu

o imperador Trajano Décio como general, que lhe confiou a superior missão estratégica de sustentar as violentas e devastadoras incursões que os godos faziam na Trácia, região a nordeste da Gécia, entre 248 e 251. Logo

depois da morte do imperador Décio no campo de batalha, no ano de 251, Treboniano foi aclamado Imperador pelas legiões (CHAMPLIN, 2008).

bubônica, bem como a crise econômica³¹ acabaram por justificar as perseguições aos cristãos, que passaram a ser considerados responsáveis também por todos esses acontecimentos.

Em 257, o trono foi ocupado por um senador chamado Valeriano³², que manteve as perseguições. Os cristãos que insistissem em sua fé, negando os costumes pagão, seriam mortos (SILVA, 2006)

No governo de Valeriano (200-260), todos os soldados e senadores que desobedecessem a ordem de rejeitar a fé cristã teriam seus bens confiscados; os funcionários do Império, além da expropriação de bens, seriam encaminhados ao trabalho forçado. Com o Édito de Valeriano, muitos bispos, padres e diáconos se tornaram mártires. Segundo Gibbon (2008), essa política implacável contra os cristãos atingiu toda a estrutura da Igreja, ameaçando sua existência.

Segundo Eusébio de Cesaréia, no início de seu governo, Valeriano (200-260) era mais tolerante com os cristãos, mas essa tolerância foi se esgotando com as sucessivas crises do Império e a crescente influência de um chefe das sinagogas do Egito.

3§Mas há duas atitudes que causam pasmo em Valeriano. Principalmente considere-se a atitude primitiva, como era amável e benévolo para com os servos de Deus. Efetivamente, nenhum dos imperadores precedentes fora tão bem disposto e acolhedor para com eles; até mesmo os imperadores de que se dizia terem abertamente se tornado cristãos não os atendiam com a intimidade e amizade manifestas que Valeriano inicialmente demonstrou, pois a sua corte se enchia de homens piedosos e era uma igreja de Deus.

4§Mas seu mestre, chefe das sinagogas dos magos do Egito, persuadiu-o a se desembaraçar deles. Empenhou-se, de um lado, em matar e perseguir os homens inócuos e santos, quais adversários e obstáculos a seus encantamentos inteiramente infames e abomináveis. De fato, eles são e eram capazes, por sua presença, seu olhar e até mesmo apenas com o sopro e o som da voz, de arruinar os artifícios dos demônios malignos. Doutro lado, aconselhou-o a realizar iniciações impuras, práticas criminosas de feitiçaria, cerimônias religiosas reprovadas pela divindade, degolar crianças infelizes, sacrificar

³¹ É fundamental mencionar que a crise econômica se instalou no Império Romano pela falta de escravos e de produtos, pela destruição das estradas e pelas invasões bárbaras. Todos esses aspectos caracterizam a crise romana.

³²Foi imperador romano de 253 até 260, durante a crise do terceiro século. Seu título completo era Imperador César Públio Licínio Valeriano, Pio, Afortunado, Invicto, Augusto (CHAMPLIN, 2008).

filhos de pais miseráveis, rasgar as entranhas dos recém-nascidos, cortar e retalhar criaturas de Deus, como se isso pudesse tornar feliz alguém (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica*, VII,10 § 3,4).

Para Eusébio de Cesaréia, somente um cristão verdadeiro poderia prosseguir com retidão, sem a influência de outros. Embora o imperador Valeriano fosse bom para os cristãos, foi corrompido e passou a persegui-los, tudo pela influência do chefe das sinagogas do Egito, um importante líder “[...] cujos deveres consistiam em dirigir a adoração que ali se efetuava, selecionando aqueles que haviam de iniciar as orações e as leituras [...]” (CHAMPLIN, 2008, p. 421).

No verão de 260, Valeriano foi capturado pelas tropas de Sapor e, tornando-se cativo dos sassânidas³³, foi por eles executado. Durante seu cativeiro, os cristãos experimentaram um período denominado de ‘pequena paz da Igreja’. Assim, o cristianismo cresceu consideravelmente e, por meio das obras de caridade, destacou-se na sociedade romana, assumindo uma função praticamente institucional no Império (SILVA, 2006).

Com a morte de Valeriano, seu filho Galieno (218-268) assumiu o Império e ficou no poder até 268, quando foi morto por suas próprias legiões. Assim como Galo, ele não priorizou as perseguições aos cristãos por causa das constantes invasões nas fronteiras do Império.

Após sua morte, ascendeu ao poder Cláudio II (213-270), mais conhecido como o Gótico, por causa de sua vitória contra os godos. Seu governo durou apenas 2 anos, pois, em 270, foi morto pelos próprios godos, sendo sucedido por Aureliano (214/215-275).

No decorrer de seu governo, Aureliano se preocupou em proteger a cidade de Roma e, para isso, mandou construir uma nova muralha. Entre suas ações como governador, ele prosseguiu com cultos ao *Sol Invictus*, representado pelo olho que tudo vê, ilumina, aquece e protege, como menciona Jones e Pennick (1999).

³³Champlin (2008) menciona que o Imperio Sassânida foi o último Império Persa pré-islâmico (224–651). Sucedeu ao Império Parta e foi reconhecido como uma das principais potências da Ásia Ocidental e Central, juntamente com o Império Romano/Bizantino, por um período de mais de 400 anos. Foram os Sassânidas uns dos inimigos do Império Romano, que sempre intentavam contra os romanos, invadindo e destruindo as estradas.

Aureliano permaneceu como Imperador até 275, tendo perseguido os cristãos por alguns meses porque o culto do *Sol Invictus* era renegado por eles. No entanto, mais uma vez, por causa das invasões, a perseguição não perdurou.

Entretanto, no ano 284 d.C., as perseguições foram retomadas. Nesse ano, em consequência das intrigas e dos assassinatos ocorridos no século III, o poder imperial foi assumido por Diocleciano (244-305), que enfrentou os mesmos problemas enfrentados pelos imperadores que o antecederam. Seu primeiro desafio foi a existência de outro imperador legítimo, o filho de Caro (230-283), Carino (x-285), cujo irmão Numeriano (x-284) fora assassinado. Segundo Silva (2006), Carino não estava disposto a dividir o poder imperial com Diocleciano, desencadeando uma guerra, no decorrer da qual acabou sendo executado por seus próprios soldados.

Segundo Silva (2006), com seu amplo programa de reformas, cujo objetivo era garantir a governabilidade do Estado romano, Diocleciano foi responsável por muitas execuções. Como pagão convicto, ele assumiu o poder em um momento crítico e tinha como fim recuperar a dignidade do Império.

Um das suas estratégias para reorganizar a antiga ordem romana foi a otimização³⁴ da administração do Império e o fortalecimento do culto imperial segundo o paganismo romano, por meio do qual a figura do Imperador se tornaria cada vez mais mística. Nesse momento, os cristãos já estavam espalhados pelo Império e se apresentavam de maneira bem organizada, com uma hierarquia estruturada, prontos a negar o culto pagão e reafirmar suas próprias crenças. Como consequência, em fevereiro de 303, Diocleciano não só retomou a política de perseguição ao cristianismo inaugurada por Décio e Valeriano, como a tornou ainda mais violenta (SILVA, 2006).

Segundo Grimal (1993, p. 130-131),

[...] Diocleciano decidiu reconstruir o Império segundo uma nova estrutura, acompanhado por um novo colega, que recebeu o título de Augusto, enquanto reservava para si mesmo o epíteto de Jovius, que o ligava a Júpiter, e para o colega Maximiniano o de Herculus. Esta tentativa de conferir à

³⁴ Segundo Silva (2006), Diocleciano tinha como objetivo aprimorar e fortalecer o sistema governamental do Império Romano por meio do fortalecimento religioso e do estabelecimento de representantes de seu governo em todas as regiões.

instituição imperial, no quadro do paganismo, a sua dimensão religiosa – muito abalada desde o fim dos Severos, devido às usurpações militares que se haviam sucedido durante a maior parte do século – fez renascer os velhos argumentos contra os cristãos. Não é a sua recusa obstinada de participar no culto dos deuses que é a causa de todos os males? Se queremos que o Império retome todo seu vigor, é preciso exterminar estes infiéis. Consequentemente, por ordem do imperador, são confiscados os seus vasos sagrados, os locais de culto são destruídos, os membros do clero detidos.

De fato, Diocleciano retomava uma mitologia de realeza já exposta, no tempo de Trajano, por Díon de Prusa, no seu discurso sobre a monarquia. Reencontrava ao mesmo tempo a simbólica de Cómodo, que gostava de se identificar com Hércules e, sobretudo, a antiga fé na onipotência de Júpiter, origem e garantia do imperium. Mas esta restauração da religião imperial, baseada na teologia pagã, não podia ser duradoura. Era demasiado tarde. A religião cristã adquirira já um grande peso no Império [...].

No primeiro Édito³⁵ de 303, Diocleciano determinou a retirada de cristãos de cargos públicos, do exército e de qualquer função administrativa do Império. Em outro Édito, também de 303, ele ordenou a destruição de igrejas e a queima de livros sagrados. Eusébio de Cesaréia se posicionou em relação a isso:

1§Todas essas coisas, efetivamente, se realizaram em nossa época, quando vimos com nossos próprios olhos as casas de oração completamente arrasadas, de alto a baixo, as Escrituras divinas e sagradas entregues ao fogo no meio de praças públicas, os pastores das igrejas dissimulando-se vergonhosamente aqui e ali ou capturados ignominiosamente e insultados pelos inimigos; quando, segundo outra palavra profética: **Foi espalhado o desprezo sobre os príncipes, e ele os fez vagar por lugares ínvios e não andar pelos caminhos** (SI106,40) (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica*, VIII, 2, § 1, grifo do autor).

Além desses dois éditos que atingiam de maneira individual e institucional os cristãos, Diocleciano produziu um terceiro no mesmo ano, investindo contra os sacerdotes e diáconos e culpando os cristãos pelo

³⁵ Para Érickson (2011), Édito é uma figura legal originada na Roma antiga, sendo publicada pelo pretor no início do ano de seu mandato. Nesses Éditos, os pretores deixavam públicos os negócios que tinham sua autoridade e também a forma como deviam funcionar sob sua jurisdição.

incêndio³⁶ (303 d.C) que atingiu o palácio imperial de Nicomédia. Sobre esse assunto, Eusébio salienta:

4§ No décimo nono ano do reinado de Diocleciano, no mês de Distros (que os romanos denominam março), na proximidade da festa da Paixão do Salvador, por toda a parte foram afixados os editos imperiais que ordenavam arrasar as igrejas até os alicerces e jogar as Escrituras ao fogo. Proclamavam cassados os que estavam em função e privados da liberdade os que se achavam a serviço de particulares, se permanecessem fiéis a sua profissão de cristãos.

5§ Tal foi o primeiro edito contra nós; pouco tempo depois, apareceram outros editos, ordenando primeiro que se pusessem no cárcere por toda a parte os chefes das Igrejas; logo em seguida, que se utilizassem todos os meios para forçá-los a sacrificar (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica*, VIII, 2, § 5, 6).

Em 304, foi promulgado o quarto Édito³⁷ obrigando todos os cristãos do Império a sacrificar animais e dirigir libações aos deuses pagãos. Esse Édito é considerado o mais importante no contexto de perseguição aos cristãos, pois abrangeu uma grande porção territorial, incluindo as terras da Mauritânia Tebaida, Egito, África e Palestina.

³⁶ No ano 303, o imperador Diocleciano culpou os cristãos de terem incendiado o palácio de Nicomédia, mas, segundo a *H.E.*, a acusação era falsa: seu objetivo era continuar com as perseguições. Lactâncio (1982) acusou Galério (250-311) de ter iniciado o fogo para culpar os cristãos e, assim, incitar Diocleciano a promulgar o quarto edito de perseguição.

³⁷ Segundo pesquisas feitas em Champlin (2008), *H.E.* (2000), Gibbon (2008) e Rosa (*apud* SILVA; MENDES, 2006), os quatro editos foram idealizados pelo Imperador Diocleciano: os três primeiros no ano 303 d.C. e o quarto em 304 d.C.. Ambos são apresentados como os Editos de Diocleciano, que fazia dos cristãos alvos de perseguição.



Figura 1 - Mapa Geológico do Império Romano, século IV.
Fonte: Império Romano (2019).

Estudando a questão, percebemos que tal perseguição era entendida pelos romanos como uma consequência negativa das atitudes dos cristãos em relação às políticas do Império. Para os romanos pagãos, fazer oferendas e ser devotos aos deuses eram ações de cunho político: assegurara paz e a prosperidade do Império. Venerar os deuses pagãos era um ato político; deixar de fazê-lo era ultrajante para a religião e para a política. Portanto, para o povo não cristão, as perseguições eram consideradas justas porque seriam uma forma de garantir o bem do Império.

Para o bispo de Cesaréia, no entanto, perseverar na fé cristã e correr o risco de ser perseguido e morto significava um 'ato de força'. Não se tratava de uma resistência pela resistência, de uma 'teimosia política' qualquer, mas sim de mostrar, pelo martírio, um exemplo de virtude para inspirar os cristãos. Por isso, ele enaltecia o martírio como um caminho virtuoso a ser seguido e admirado e atribuía a última perseguição ao desregramento da conduta dos cristãos: Deus os estaria punindo para educá-los, isto é, para demonstrar que uma mudança comportamental era necessária:

7§ Nós nos invejávamos, Injuriávamos mutuamente, e quando havia oportunidade, pouco faltava para que nos

combatêssemos com as armas, ou com as lanças das palavras; os chefes em desavença com os chefes, o povo contra o povo. A maldita hipocrisia e a dissimulação haviam atingido o mais alto grau de malícia. Então, como habitualmente, o juízo de Deus, que governava com suavidade e medida, era protelado (ainda se reuniam as assembléias). Foi entre os irmãos que pertenciam ao exército que começou a perseguição.

8§Com certa insensibilidade, descuidávamos de tornar a divindade propícia em nosso favor. Agíamos como ateus, julgando não constituírem nossos interesses objeto de solicitude e vigilância divina e acumulávamos as maldades, umas sobre as outras. Os pretensos pastores, desdenhando as normas da piedade, lançavam-se apaixonadamente em mútuas contendas; nada mais faziam que entregar-se as disputas, ameaças, invejas, inimizades e ódios recíprocos; ambicionavam ardorosamente o poder, qual tirania (Eusébio de Cesaréia, *História eclesiástica*, VIII, 1, § 7, 8).

Ao analisarmos a obra de Eusébio de Cesaréia, percebemos essa associação entre o mau comportamento dos cristãos e o desencadeamento da ira de Deus, materializada na perseguição dos imperadores romanos. No entanto, o autor não relaciona os mártires a esses comportamentos reprováveis; pelo contrário, eles seriam exemplos para o conjunto dos cristãos; estavam sendo punidos em honra de todos os cristãos negligentes que não eram exemplos de virtude. Dessa forma, todos os mártires teriam, por assim dizer, uma semelhança com o próprio Cristo.

Paulo de Tarso, na Carta aos Coríntios, reiterava que os cristãos deviam ser imitadores de Jesus, em virtude, na relação com Deus e com próximo e na morte. Essa ideia de seguir o exemplo de Cristo fica explícita na concepção que o bispo de Cesaréia desenvolve na *H.E.*: ele a considera como prioridade na construção do cristão ideal. Jesus, na concepção do cristianismo, é um ser ideal que, durante o martírio e antes de sofrer qualquer suplício, demonstra amor a Deus e ao próximo.

Tendo analisado essas questões acerca da perseguição religiosa no final do Império Romano, faremos, a seguir, algumas reflexões sobre o martírio dos cristãos e sobre a forma como a tradição religiosa pagã aplicou as penalidades sobre os cristãos que insistiam em suas crenças.

3.2. O martírio na obra de Eusébio de Cesaréia

Em primeiro lugar, consideramos fundamental analisar o conceito de mártir. Na *História eclesiástica*, Eusébio de Cesaréia explica que o mártir é importante para a construção do ideal cristão. Para Erickson (2011, p.122), o mártir é “Originalmente, aquele que dá testemunho da verdade religiosa; no sentido posterior do termo, aquele que sela esse testemunho com a morte”

Norman Champlin afirma que,

Os mártires mostram que há algo pelo que viver, que transcende a esta vida física, e por causa do que a vida física pode ser razoável e seguramente sacrificada, visto que estamos esperando a vida eterna vindoura. [...] Os mártires vivem certa qualidade de vida, e não morrem violentamente, em defesa de alguma causa. A vida dos mártires caracteriza-se pela dedicação suprema à causa que defende [...] (2008, p. 147).

A vida do mártir é simbolizada pelo objetivo que defende, ou seja, pelos princípios, pressupostos e dogmas que caracterizam a religião que, para eles, seria a única verdadeira – no caso de Eusébio de Cesaréia, a religião cristã. O martírio cristão, a morte em favor da difusão do ideário cristão, passou a ter sentido à medida que foi se tornando um forte testemunho dessa crença: morrer para defender a fé cristã passou a ser considerado um ato divino, exemplar, educativo e, por fim, também político.

Os cristãos tornaram-se um problema para o Estado e para o paganismo porque, dada a simplicidade de seu modo de vida e a facilidade com que conseguiam dialogar com uma multidão que, muitas vezes, sentia-se ignorada, eles conquistavam muitos adeptos para a nova religião. O martírio, nessa perspectiva, funcionava como um ato final de desprezo pelo mundo material, isto é, quando a pessoa era cristã, considerava que valia a pena morrer pela causa da fé cristã, uma vez que, assim, se poderia obter um lugar no paraíso eterno prometido por Deus.

1§Ora, em muitas regiões, a perseguição contra nós aumentou de tal modo que Plínio Segundo (o Jovem), muito ilustre entre os governadores, impressionado com a multidão dos mártires, escreveu ao imperador a respeito da quantidade dos que sofriam a morte pela fé. Simultaneamente, informou que nada

encontrara em suas ações de ímpio ou de oposto às leis. Somente, eles se levantavam antes do amanhecer para cantar hinos a Cristo, como a um Deus. Rejeitavam o adultério, o homicídio e os crimes odiosos da mesma espécie, e tudo faziam de acordo com as leis (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica* III, 33, §1).

Na concepção cristã, os mártires não temiam a morte; faziam dela um último sacrifício, sendo lembrados mais por sua morte do que por suas vidas. Logo, eram identificados pela coragem e apontados como exemplos a ser seguidos.

Eusébio valorizava os mártires, engrandecia suas virtudes e reiterava que a vitória seria da Igreja, ou seja, que tudo estava sendo realizado com um propósito. Ser mártir não apenas representava o ideal de glorificação da morte, mas também expressava o legado de um comportamento virtuoso.

Para entender esses argumentos, podemos retomar as ideias de Sêneca (4 a.C.- 65 d.C.), para o qual a vida é uma preparação para a morte. Segundo o filósofo romano, em sua obra *Sobre a sobriedade da vida*, muitos vivem esbanjando, sem propósito, diferentemente dos mártires. Destacamos que esse filósofo, que sistematizou as concepções do estoicismo, influenciou o desenvolvimento do cristianismo.

Quantos não terão esbanjado tua vida, sem que percebesse o que estavas perdendo; o quanto de tua vida não subtraíram sofrimentos desnecessários, tolos contentamentos, ávidas paixões, inúteis conversações, e quão pouco não te restou do que era teu! Compreendes que morres prematuramente. Qual é pois o motivo? Vivestes como se fósseis viver para sempre, nunca vos ocorreu que sois frágeis, não notais quanto tempo já passou; vós o perdeis, como se ele fosse farto e abundante, ao passo que aquele mesmo dia que é dado ao serviço de outro homem ou outra coisa seja o último. Como mortais, vos aterrorizais de tudo, mas desejais tudo como se fósseis imortais [...] (SÊNECA, *Sobre a Sobriedade da Vida*, I, 3 § 2, 5).

Aproveitar cada momento, sem desperdiçar o que realmente é importante, este era o ponto principal para Sêneca. O apego às coisas desnecessárias e materiais seria prejudicial ao homem, especialmente diante da fragilidade e do pouco tempo de vida; cada momento de vida devia ser

aproveitado e valorizado, com sabedoria³⁸. Dessa maneira, observamos que viver sem propósito seria sem proveito, o que não era o caso daquele que, até seus últimos suspiros, se entregava à causa, como o mártir.

Sêneca argumentava que muitos já estavam mortos por conta de suas más escolhas. Referia-se, por exemplo, aos vãos prazeres da carne, às desavenças, à perda de tempo com coisas insignificantes, ao fato de o homem se considerar imortal diante da fragilidade humana. Na passagem citada, Sêneca se refere ao desperdício da vida, à ausência de um saber maior, de um verdadeiro ideal. É essa exaltação de um bem maior que encontramos no mártir da *História eclesiástica*. Ao exaltar o santo sacrifício da vida, por meio do martírio, Cesaréia exaltava, a nosso ver, os mesmos propósitos de Sêneca.

Com esse ideal, Eusébio de Cesaréia apresentava um objetivo de vida claro aos cristãos: a redenção/felicidade seria o reino celestial. Para ele, os mártires morreriam para restabelecer a ordem política, para que a Igreja assumisse poder junto ao Imperador.

No final do século III e início do IV, esse ideal maior era apresentado como um prolongamento da paixão de Cristo. Para que se chegasse a essa concepção, foi necessário que surgissem elementos simbólicos que ressignificassem a vida, o sofrimento, a dor e a morte, ou seja, que, de certo modo, modificassem a valorização negativa dos mártires pelas autoridades do Império, segundo a qual os cristãos eram infratores desprezíveis.

O martírio tornou-se tão importante para a Igreja que o batismo pelo sangue revestiu-se de um aspecto mais glorioso do que o batismo pelas águas: significou uma entrega total, sem restrição. Ou seja, o batismo pelo sangue consumia o corpo, impedindo o homem de pecar novamente, tornando o martírio ainda mais purificador que o batismo na água. A morte do cristão expressava uma entrega por meio do sofrimento corpóreo, do amor e da devoção a Deus. Dessa perspectiva, o mártir se transformaria em incentivo para que os outros fossem tão virtuosos como ele. Eusébio enfatizou que morrer como mártir era uma bem-aventurança, pois significava deixar uma

³⁸ Para Sêneca, o homem sábio é aquele que busca o conhecimento durante a vida, ou seja, a sabedoria é o conhecimento. Eusébio de Cesaréia identifica como homem sábio aquele que busca seguir os exemplos de Cristo em virtude. Ou seja, a sabedoria para o bispo de Cesaréia é baseada no cristão ideal.

semente por meio do sangue supliciado aos cristãos. Ter um objetivo de vida e morrer por uma verdadeira causa seria um ato de fé e de virtude.

Compreendemos que a conversão dos cristãos à prática do martírio conferia ao cristianismo um caráter diferente do de outras religiões romanas. A morte passou a ser significativa para o cristianismo: foi por meio da morte e da ressurreição de Jesus Cristo que a propagação da religião cristã teve início. Não podemos deixar de destacar, também, que foi pela morte, pelo suplício dos mártires, que o cristianismo venceu, de certa maneira, as sucessivas perseguições (HAMMAN, 1990).

É, pois, em face desses acontecimentos que entendemos que Eusébio de Cesaréia propôs um ideal que levasse os cristãos ao triunfo na sociedade de então. Essa ideia está mais evidente na seguinte passagem de sua H.E.

15 § Juliano; sofria de gota e não podia ficar de pé, nem andar; foi conduzido com dois outros que o carregavam. Um deles logo renegou, mas o outro, que tinha o nome de Cronião e o sobrenome de Eunous, e o velho Juliano confessaram o Senhor; montados em camelos, foram levados através de toda a cidade que, como o sabeis, é muito grande, enquanto eram chicoteados; finalmente, cercados de todo o povo, foram queimados com cal viva.

16 § Um soldado achava-se junto deles enquanto eram levados e opunha-se aos injuriadores. Entretanto, esses gritavam, e o assaz valoroso cavaleiro de Deus, Besas, foi conduzido ao tribunal; depois de se ter assinalado na grande luta em prol da piedade, teve a cabeça cortada.

17 § Outro ainda, natural da Líbia, Macário, verdadeiramente feliz pelo nome e a bênção de Deus, depois que o juiz lhe fez longa exortação em prol da apostasia, não se deixou convencer e foi queimado vivo. No seguimento destes, Epímaco e Alexandre, tendo permanecido por muito tempo nas cadeias e suportado mil sofrimentos, pentes de ferro e flagelos, foram também regados com cal viva.

18 § Com eles, quatro mulheres e a santa virgem Amonarião, que o juiz torturou por muito tempo com muito insistência, porque ela declarara previamente que nada haveria de proferir do que ele lhe mandasse, manteve a promessa e foi conduzida à morte. Quanto às outras, a veneranda anciã Mercúria, e Denise, mãe de muitos filhos, mas que os não havia preferido ao Senhor, o juiz teve vergonha de as torturar ainda sem resultado e ser vencido por mulheres; morreram pela espada, mas sem passar pela provação das torturas, porque Amonarião, que havia combatido em primeiro lugar, as suportara por todas elas (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica*, VIII, 4, § 15,16,17,18).

O martírio era considerado uma entrega de vida e uma esperança de salvação. Contudo, seu objetivo não estava limitado a tal ideal, nem somente à manutenção da memória dos que morreriam pela causa de Cristo, estendia-se também à preservação do martírio do salvador na memória do cristão.

Eusébio de Cesaréia contribuiu diretamente para a construção de uma nova identidade na história da Igreja e para a construção do cristão ideal, como se depreende das narrativas contidas na *H.E.* Dentre as questões que surgiram no decorrer da pesquisa, destacamos o interesse do autor em relatar os detalhes das mortes dos inimigos do cristianismo, como consequência divina, assunto este que abordaremos no próximo capítulo.

Ele apresenta a morte como um elemento fundamental para todo cristão, destacando cada virtude do mártir e, conseqüentemente, os detalhes da consumação do supliciado. Conforme Rodrigues (1983) ao ser morto publicamente, evidencia-se a valorização simbólica da morte.

Na *História eclesiástica*, o corpo é uma marca da vida social, mostrando os embates do tempo e suas transformações. É fundamental observar que cada sociedade produz as marcas dos conflitos ocorridos em seu interior, como afirma Sant'Anna (2001). Nessa perspectiva, Eusébio discorre tanto sobre o cristão virtuoso quanto sobre as atitudes desregradas dos pagãos.

Para o bispo de Cesaréia, morrer por Cristo era um desejo dos cristãos convictos. Já, para os romanos, o martírio não tinha esse significado: a morte como expiação dos pecados surgiu nos embates da época, em contradição com o ideal romano.

[...] o mártir, [...] transgressor cristão, que foi exemplarmente penalizado pela ordem pagã e que assume, para seus iguais, a condição de elemento sagrado. Ele é, pois, um elemento ressimbolizado, visto que, para a tradição romana, trata-se do condenado, do desviante que deve ser execrado, ao passo que, para os cristãos, o mesmo indivíduo, por meio do suplício infligido pelos pagãos, assume a conotação de santidade. Desse modo, o fenômeno do martírio comporta, segundo nossa hipótese, uma ressignificação por parte do cristianismo dos suplícios deflagrados sobre o corpo do cristão durante a perseguição, pois cada ação executada sobre o corpo do cristão assume significados distintos. O significado atribuído pelo poder imperial é o de degradação e dano daquele que está sendo executado. Afinal, trata-se de um traidor da tradição romana, o qual não reconhece os deuses e ignora a influência destes na vida cotidiana, além de descumprir as determinações

imperiais. Já para os cristãos, a dor e o sofrimento dos mártires assumem a conotação de ação purificadora, uma vez que a tortura e a morte infligidas sobre seu corpo são processadas como parte de um ritual ascético, ou seja, de elevação espiritual (NASCIMENTO, 2009, p. 12-13).

Segundo Rosa (2006, p.139), as crenças dos romanos eram focadas nos rituais e em sua correta execução:

[...] Ninguém duvida de que rituais de vários tipos eram uma parte crucial nas interações entre deuses e homens na religião romana. Rituais marcavam todos os eventos públicos e celebrações; alguns deles podem ser classificados como ocasiões religiosas propriamente ditas – festivais anuais, a realização e o cumprimento dos juramentos, os aniversários das fundações de templos, etc. Outros, como seculares – as eleições, as assembleias [...]

Para os romanos, a morte poderia ser adiada, desde que o homem conseguisse a paz com os deuses. Segundo Edward Gibbon (2008), em sua obra *Declínio e queda do império romano*, o martírio era destinado aos inimigos do Império e servia para manter o favor dos deuses nas guerras.

Na *História eclesiástica*, tanto os mártires quanto os importantes líderes da Igreja eram destacados pois o objetivo do autor era tratar da oposição e da luta cristã contra os pagãos e os judeus. Os mártires se tornaram forças representativas do cristianismo, pois passaram a ser vistos e admirados como heróis e santos. Nesse sentido, essas figuras foram cruciais para a disseminação de uma ideia, independentemente de ser religiosa ou não.

[...] nas execuções sumárias descritas por Eusébio segue um repertório de representações sociais cultivadas desde os tempos lendários de Roma, quando cada execução encerrava um significado simbólico que emanava do trato recebido pelo corpo dos supliciados até se produzir a morte. [...] Contudo, a morte, assim como a dor, também desempenha, nesse contexto, funções significativas, visto que ambas são utilizadas como elementos capazes de propagar mensagens de poder e de controle para toda a população do Império (NASCIMENTO, 2009, p. 74-75).

A narrativa dos mártires era uma estratégia pedagógica de Eusébio na construção de um modelo de virtude, era uma maneira de formar a sociedade por meio da tragédia. Como afirma Oliveira:

Em Eusébio de Cesaréia [...] os cristãos precisam ser formados a partir dos exemplos dos mártires, porque as condições nas quais as relações eram tecidas não possibilitavam que os homens aprendessem e se convertessem ao cristianismo por outro caminho que não o da tragédia. Aliás, a tragédia se convertera em condição de futuro, pois, quem morria na condição de mártir, certamente ganharia o reino do céu, logo a felicidade eterna (OLIVEIRA, 2012, p.14)

Além dos mártires, Eusébio destacava a figura do imperador Constantino, o unificador do Império Romano e primeiro Imperador que se tornou cristão. Na *História eclesiástica*, Constantino era considerado o enviado de Deus.

Ao mesmo tempo em que enaltecia Constantino, o autor fazia questão de deixar registrados detalhes das tragédias ocorridas com os imperadores que o antecederam, vítimas da ira de Deus contra os perseguidores. Essas histórias são apresentadas nos Livros VIII e IX da *História eclesiástica*. Um exemplo é sua narrativa do que ocorreu com Galério (250-311 d.C.), um dos imperadores pagãos que perseguiu cristãos durante seu governo:

§1[...] quando a graça divina e celeste nos visitou com sua benevolência misericordiosa, então os imperadores atuais, os mesmos que outrora nos haviam combatido, mudaram de opinião de forma extraordinária e adotaram outra atitude. Com editos favoráveis e mandamentos pacíficos, extinguiram o incêndio da perseguição que largamente se estendera.

§2Não houve motivo humano algum a ocasionar tal alteração: nem a compaixão dos príncipes, por assim dizer, nem sua filantropia. Longe disso! Pois diariamente, desde o começo até então, eles inventavam penas cada vez mais numerosas e duras contra nós; e ainda descobriam novos suplícios sempre diferentes, por meios mais variados. A vigilância da divina Providência, porém, fez-se manifesta, em primeiro lugar reconciliando-se com o povo, e logo perseguindo o autor de nossos males. Atingiu-o o castigo de Deus, que principiou no corpo e estendeu-se em seguida, até o seu íntimo (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica*, VIII, 16 § 1, 2).

Para o Bispo de Cesaréia, Deus interviu em favor dos cristãos, castigou os inimigos do cristianismo e enalteceu os virtuosos que persistiam em seguir a religião cristã. O imperador Galério, por exemplo, sofreu a ira de Deus por ter afligido o cristianismo:

§4 Com efeito, de repente brotou um abscesso nas partes mais escondidas do corpo; depois uma úlcera profunda com fístula, e esses males incuráveis corroeram-lhe as entranhas, onde formigava uma quantidade enorme de vermes; elas exalavam um cheiro pestilento. Toda a corpulência resultante da gula e que antes da moléstia comportava dobras de excessiva gordura, pôs-se a apodrecer e oferecia aos circunstantes um espetáculo intolerável e assustador.

§5Dentre os médicos, uns não puderam de forma alguma suportar o estranho e intenso mau cheiro, e foram degolados; outros, impotentes para aliviar todo esse inchaço, para o qual não restava possibilidade de salvação, sem compaixão foram mortos (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica*, VIII, 16, § 4, 5).

Segundo o autor, todo o sofrimento de Galério foi causado por Deus, que se irou com a perseguição aos cristãos. Diante de tantos problemas e temendo morrer daquela maneira, o Imperador promulgou o Édito (311 d.C.) de Tolerância, para se ver livre da ira do Deus dos cristãos. No oitavo Livro, Eusébio de Cesaréia menciona que Galério, “[...] se viu livre de suas dores por um breve tempo antes de morrer” (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica*, VIII, apêndice 1), provavelmente em virtude da sua mudança de postura em relação aos seguidores de Cristo.

É importante ressaltar que, na *História eclesiástica*, a morte é apresentada de duas perspectivas distintas. Primeira, a morte do Imperador que perseguia os cristãos seria um castigo de Deus em favor de seu próprio povo. Segunda, a morte de um cristão em razão de sua fé seria, na verdade, um suplício purificador: elevaria a pessoa à condição de mártir e, portanto, de exemplo para outros cristãos. A natureza da morte e o destino do morto dependeriam, portanto, da vida pregressa e das circunstâncias da morte.

Para demonstrar essa dupla natureza da morte, Eusébio de Cesaréia apresentou com detalhes o suplício de Policarpo (69-155 d.C.):

§36 Tendo proferido o Amém final da oração, os encarregados da fogueira acenderam o fogo e enquanto brilhava uma grande chama, vimos um prodígio, nós a quem foi dado ver, e que fomos preservados para anunciar aos pósteros estes eventos.

§37 Ora, o fogo tomou o aspecto de uma abóbada, como uma vela de navio enfunada pelo vento, e envolveu em círculo o corpo do mártir. Ele, no meio, não se assemelhava a carne queimada, mas era qual ouro e prata purificados no crisol (cf.

Sb 3,6). E aspirávamos um perfume tão forte como incenso ou outro aroma precioso.

§38 Finalmente, os malvados, vendo que o corpo não podia ser consumido pelo fogo, ordenaram ao carrasco que se aproximasse e o atravessasse com o punhal.

§39 Ele o fez e jorrou tal quantidade de sangue que o fogo se apagou. A multidão ficou admirada da grande diferença entre os incrédulos e os eleitos, aos quais pertencia também este admirável varão, em nosso tempo mestre apostólico e profético, o bispo da Igreja católica de Esmirna. Toda palavra proferida por sua boca, efetivamente, cumpriu-se e haverá de se cumprir (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica*, IV, 15 §36, 37, 38, 39).

Na concepção do autor, os mártires, na qualidade de seres virtuosos, não mereciam tais crueldades, mas morreram pelos erros³⁹ que todos os cristãos cometiam.

§5Podia-se ainda ver outros (eram cinco ao todo), jogados diante de um touro furioso. Este, com os chifres, lançava para cima os outros, os pagãos, que se adiantavam e, depois de os ter dilacerado, deixava-os semimortos. Após se ter precipitado, furioso e ameaçador, contra os santos mártires, somente deles não conseguia aproximar-se; batia as patas e sacudia os chifres para cá e para lá. Mas quando, excitado com ferro em brasa, respirava furor e ameaça, era puxado para trás pela Providência divina, de sorte que jamais exerceu contra eles violência alguma; então lançaram outras feras.

§6Mas, por fim, após estas terríveis e variadas provas, todos foram degolados pela espada e em vez de serem depositados em túmulos, foram entregues às ondas do mar (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica*, VIII, 7, §5, 6).

De um lado, ele apresentava o sofrimento e a morte do mártir cristão como um bens preciosos e, de outro, considerava a morte de um pagão como castigo divino por suas condutas deploráveis. Dessa forma, em suas narrativas, sem ser contraditório, o autor adotava uma didática na qual a conduta do fiel se contrapunha às atitudes reprováveis dos inimigos de Cristo.

Segundo Rosa (*apud* Silva, 2006), Eusébio de Cesaréia sabia que politicamente o cristianismo era fundamental para estabilizar o Império Romano e essa oportunidade tinha surgido com imperador Constantino. Pôde, assim,

³⁹É fundamental destacar que o 'erro' mencionado nesse parágrafo se refere à religião pagã e judaica. Ao tratar da religião pagã, o erro dos cristãos seria, por influência dos costumes pagãos, negligenciar os princípios da religião cristã. Ao tratar do judaísmo, os cristãos erravam quando eram favoráveis às calúnias e, para não sofrer, negavam ser cristãos.

valorizar o cristão martirizado como exemplo de virtude e esperança para todos do Império.

O fato é que Eusébio teve conhecimento de seu contexto e, em sua obra, expôs seus posicionamentos acerca das mudanças pelas quais sua sociedade estava passando. Para tanto, fundamentou-se em outras obras, contemporâneas dele ou mais antigas, fornecendo informações sobre a sociedade, a religião e a política da época. A nosso ver, fica evidente seu interesse pela ajuda imperial na unificação da Igreja e que sua luta político-religiosa se baseava na ideia da unificação do poder em um só soberano, da mesma maneira que o Deus cristão é soberano em todo universo.

No terceiro capítulo, analisaremos as narrativas de Eusébio de Cesaréia como recurso pedagógico, com destaque para o martírio de Orígenes.

4. EUSÉBIO DE CESARÉIA: A NARRATIVA SOBRE O MARTÍRIO COMO RECURSO PEDAGÓGICO

Observamos, no decorrer da nossa dissertação, que o mártir não temia a morte; pelo contrário, fazia dela a oportunidade de alcançar a vida eterna diante da comunidade, já que seria lembrado, essencialmente, pelas circunstâncias de sua morte.

Com o objetivo de demonstrar a fé em sua religião e eternizar seus nomes junto a outros mártires, os cristãos se propunham a dar testemunho da fé, entregando-se à morte, assim como fez o fundador do cristianismo, Jesus Cristo. Os mártires criam que deviam morrer pela vontade e pelo propósito de Deus para o fim glorioso de seu povo e de sua crença, o cristianismo.

Segundo Eusébio de Cesaréia (*História eclesiástica*), a força do mártir estava na convicção da presença de Cristo, pois ele acreditava que devia seguir o exemplo de Jesus, em virtude e determinação, a fim de perpetuar seu nome e herdar a eternidade. Na concepção cristã, Jesus veio ao mundo para cumprir a vontade de seu Pai: redimir a humanidade do pecado. Ou seja, o sangue permitiria dar a vida eterna àqueles que confessavam o amor por Cristo, independentemente do perigo de ser martirizados.

Como mostramos no primeiro capítulo, o Império estava passando por um verdadeiro caos político e sua queda era eminente. Entretanto, Eusébio de Cesaréia enxergou a possibilidade de reestruturar as forças do Império Romano com base no cristianismo. Sua estratégia pedagógica era fortalecê-lo por meio da história dos inúmeros mártires produzidos pelo Império, pois considerava que o mártir vivificava a esperança dos demais. Assim, o bispo de Cesaréia ressignificou a morte, produzindo narrativas sobre os mártires, apresentando-os como 'pessoas santificadas' e modelos de como sofrer e morrer em razão da fé cristã. Isso beneficiaria diretamente o cristianismo e, logo mais, o Império.

Na obra de Eusébio de Cesaréia (*História eclesiástica*), o martírio, defendido pela Igreja, representava um prolongamento da morte de Cristo, pois, seguindo o exemplo de Jesus, eles morriam por um ideal virtuoso. Nosso entendimento dessa obra é reforçado pela análise dos seguintes aspectos simbólicos: significado da morte, da vida, do sofrimento e da dor. Tais aspectos

fazem parte do ideal virtuoso que ajudaria significativamente na política do Império Romano.

Na narrativas de Eusébio de Cesaréia, observamos a interação e o diálogo entre diferentes identidades religiosas, como o cristianismo, o judaísmo e o paganismo, em sua constante relação com o poder político. Além de narrar os constantes embates que o Império Romano travava contra o cristianismo em suas políticas de governo, ele se refere positivamente, especialmente nos livros IX e X da *H.E.*, ao governo, quando comandado por uma pessoa que adquirira as virtudes do cristianismo, como foi o caso do imperador Constantino.

Em concordância com esse pensamento, Momigliano (2004, p. 196) aborda uma dualidade na *H. E.*: “[...] de um lado, a *História eclesiástica* era a história da nação cristã, agora emergindo como a classe dominante do Império Romano. Por outro lado, era a história da instituição divina não contaminada por problemas políticos”. Para Eusébio de Cesaréia, o genuíno cristão, exemplificado pelo mártir, não se corrompia, mas buscava a verdade, tinha sempre como preocupação a plena virtude. Ou seja, os cristãos não se deixavam levar pelos problemas que o governo lhes impunha, pois seu foco estava em ser exemplos.

Ao mesmo tempo em que evidenciava a antiguidade e a virtude do cristianismo, o autor defendia e revestia de honra o poder imperial. Em nosso entendimento, conciliar a religião com o governo romano era um ideal de Eusébio de Cesaréia para também autenticar o cristianismo. A ideia de unir o cristianismo ao governo, segundo Ramalho (2012), ganhou destaque no final da *H.E.*, quando o autor se refere às conquistas de Constantino, apresentando-o como um Imperador levantado por Deus para livrar os cristãos de seus opressores. Em nosso entendimento, essa ideia de unir cristianismo e governo ganhou força e se tornou uma possibilidade no final da obra, mas a compreensão do autor de que essa era uma forma de solucionar o problema da religião cristã e da perseguição era anterior.

O bispo de Cesaréia entendia que sua obra era necessária para a memória do cristianismo e de certa maneira para a vida nas comunidades. Segundo Almeida e Della (2015),

[...] o reconhecimento de uma memória coletiva era importante tanto para a vida dos fiéis como para a manutenção da coesão das comunidades, mas isso não significava que ela devesse ser expressa de acordo com um cânone literário tradicional ou mesmo que essa memória devesse ser exteriorizada para a sociedade em geral a fim de que qualquer pessoa pudesse aprendê-la [...] (ALMEIDA; DELLA, 2015, p. 14).

Os autores afirmam que o bispo tinha o objetivo de escrever a memória de uma religião triunfante, mas o poder imperial romano era indispensável para isso, especialmente o do Imperador Constantino.

Entendemos que a desestruturação político-institucional do Império, analisada no primeiro capítulo, demandava a unidade política-religiosa. Para o bispo de Cesaréia, o cristianismo poderia ser a estratégia que traria a unidade entre governo e religião, o que fica claro no livro X da *H.E.* Da mesma maneira que ele pensava na possibilidade de fortalecer o cristianismo na época, o Imperador Constantino queria fortalecer seu governo. Assim, ambos tinham ambições políticas e interesses próprios, como ficou evidenciado na unificação entre o cristianismo e o Império Romano.

4.1. O martírio na obra de Eusébio de Cesaréia

Diante das crises que colocavam em xeque a existência do cristianismo e, de certa maneira, o Império Romano, o autor da *H.E.* deu destaque aos relatos sobre o martírio, além dos discursos falados e escritos.

Entendemos que o registro do martírio, dos suplícios dos cristãos, pode ser considerado como uma estratégia evangelizadora para a comunidade do Império, uma maneira de ensinar. Para Champlin (2008), o mártir se tornava um testemunho fundamental para o crescimento do cristianismo, pois se diferenciava, por sua devoção e anseio pela purificação.

O primeiro aspecto que nos chama a atenção na obra *História eclesiástica* é que, em razão das perseguições, muitas pessoas passaram a ouvir sobre Cristo, o fundador do cristianismo por meio do martírio. Contraditoriamente, as perseguições não divulgaram apenas os suplícios, mas também a religião cristã, como relata Eusébio de Cesaréia no Livro VI, Capítulo

43, da *H.E.*: “[...] quando em todo canto do Império se espalharam notícias sobre o Cristo e seus seguidores”.

§1 Ao mover também Severo uma perseguição contra as Igrejas, brilhantes foram em toda a parte os testemunhos prestados pelos atletas da religião. Mas eles se multiplicaram especialmente em Alexandria, onde, qual em grande estádio, eram congregados, de todo o Egito e da Tebaida, os atletas de Deus e onde receberam de Deus a coroa, suportando com toda coragem diferentes suplícios e gêneros de morte (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica*, VI,1, § 1).

Eusébio de Cesaréia considerava que os atletas (cristãos que resistiam às perseguições) sempre davam testemunho de Jesus, fazendo com que o fundador da religião fosse conhecido. É importante mencionar que o termo atleta é muito pertinente, dado que as competições esportivas eram comuns na Antiguidade, sendo os atletas admirados, assistidos, seguidos e tidos como referência. De certa maneira, o mártir passava a ser admirado por cristãos e não cristãos. Como os martírios eram assistidos pelas pessoas, muitas passavam a seguir os exemplos de virtude e de coragem dos mártires, que, mesmo depois da morte, passavam a ser referência para todos os cristãos, ou seja, atletas em seu sentido.

O uso do termo ‘atleta’ para se referir aos mártires podia corresponder à intenção de separar o mártir de outros cristãos. Os mártires enfrentavam o martírio com mesma resiliência de um desportista, que enfrentava toda sorte de sacrifícios para elevar a condição humana além dos limites físicos e psicológicos conhecidos.

Além de contribuir para a divulgação do cristianismo e para o convencimento em massa, de certa maneira, o mártir mostrava o exemplo que foi seguido.

§19. Grande e evidente prova de sua unção incorpórea e divina encontra-se no fato de ser o único dentre os homens de outrora até os de hoje no mundo inteiro a se chamar Cristo e assim por todos é confessado e atestado; [...] ainda atualmente, seus discípulos na terra toda o respeitam como rei, admiram-no mais que a um profeta, glorificam-no qual verdadeiro e único sacerdote de Deus, e sobretudo, é adorado como Deus por ser o Verbo de Deus preexistente, subsistente antes de todos os séculos, e ter recebido do Pai augusta veneração.

§20. Mais extraordinário ainda é que nós, a ele consagrados, não o celebramos apenas por palavras e sons, mas por todas as atitudes de nossa alma, de tal sorte que preferimos à própria vida o testemunho que devemos lhe prestar (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica*, I, 3, § 19, 20).

Para o autor, não existe outro Cristo, em toda a terra só existe um filho de Deus ao qual deram o nome de Jesus. Todos os discípulos o honraram com a própria vida. Da mesma forma, todos os que decidissem viver e seguir os dogmas de Cristo deviam celebrar Jesus, se necessário, com a própria vida. Adorar sem estar disposto ao martírio não era uma opção. Morrer por Cristo era ter certeza da vida eterna.

O fato é que o bispo de Cesaréia propôs um ideal evangelizador, pautado na esperança de viver bem na eternidade. Como já reiteramos, a realidade do Império era catastrófica; assim, morrer para ter a felicidade eterna passou a ser uma opção.

Dessa maneira, o martírio se tornou fundamental para a divulgação de Cristo, uma estratégia de convencimento. Segundo Gibbon (2008), essa estratégia foi tão eficaz para a divulgação de uma nova religião que, no final do século III, o aumento de conversões ao cristianismo tornou inevitável a preocupação dos governantes.

O segundo aspecto que chamou nossa atenção na obra *H.E.* é a bravura dos mártires diante dos suplícios, sua postura de determinação e coragem diante das dores, seu silêncio ou as palavras com que mostravam em que acreditavam. É fundamental esclarecer que não se tratava de soldados treinados, mas de escravos, jovens, mulheres, anciãos, pessoas no meio do povo, cuja única arma era a esperança de vida eterna por meio do martírio.

§2 Seria ocioso levantar o catálogo dos nomes dos nossos, numerosos, porém de vós desconhecidos; cientificai-vos, contudo, de que homens e mulheres, jovens e velhos, moças e velhas, soldados e civis, de todas as camadas sociais e idades, uns pelos flagelos e o fogo, outros pela espada, vitoriosos nos combates, alcançaram as coroas (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica*, VII, 11, § 2).

O fato é que os cristãos acreditavam no martírio como uma purificação, ou seja, uma oportunidade de se aproximar de Deus. A esperança e a bravura

se fortaleciam com a possibilidade de vida eterna e, dessa maneira, o mártir era visto como um virtuoso cristão, cuja única arma era se manter forte diante das torturas.

1§ Outros, em grande número, em cidades e aldeias, foram esfaqueados pelos pagãos. Citarei um deles, para exemplificar. Irquirião era mercenário e administrava os bens de um dos magistrados. Seu empregador ordenou-lhe que sacrificasse; ele não obedeceu e foi insultado; persistiu e foi ultrajado; resistindo ainda, um grande bastão foi-lhe enterrado no ventre e nas entranhas, e ele morreu (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica*, VI, 42, § 1).

O autor descreve as torturas, destacando a coragem que os supliciados demonstravam diante delas e como as pessoas se impressionavam com tais atitudes. Oferece o exemplo de Irquirião, um homem que surpreendeu com sua determinação em não fazer sacrifícios aos deuses. Estar disposto a morrer por um ideal era sem dúvida uma situação a se pensar, tendo em vista que a justificativa de uma vida eterna era meramente pautada na esperança no espiritual. Dessa maneira, fazem parte da estratégia pedagógica para dar materialidade a esse ideal de vida eterna os elementos que compõem o martírio: a coragem, a bondade, o amor às coisas de Deus e ao próximo, pois ao morrer, o mártir ensinaria ao próximo o verdadeiro caminho e a relíquia do mártir direcionaria o homem para a eternidade. Essa era a função das virtudes que Eusébio de Cesaréia destacava nos mártires. Sua expectativa era de que as histórias dos martírios se tornassem fundamentais para direcionar o povo para a ideia da eternidade, para aproximar o mundo visível do invisível.

Por isso, descrevia a coragem que os supliciados demonstravam diante das torturas e como as pessoas se impressionavam com tais atitudes. Considerava ele que mostrar a coragem desses cristãos diante do martírio era fundamental para o convencimento de muitas pessoas, ou seja, os suplícios eram uma sentença comum, mas a demonstração de coragem e a determinação eram incomuns no decorrer do espetáculo. Como os mártires cristãos demonstravam coragem, fazendo a multidão ficar temerosa, eles passariam a ser lembrados pelas atitudes ousadas diante de todos.

Todo o ideal religioso foi construído com base no martírio de Jesus e de seus apóstolos. Segundo Fillion (2008), a virtude de Jesus diante das torturas é

memorável porque sua morte de cruz era o tipo de penalidade mais cruel, reservada aos escravos e aos piores criminosos.

Os terríveis sofrimentos causados pelos pregos aumentavam com o peso do corpo suspenso e pela imobilidade forçada do supliciado, pela intensa febre, pela forte sede produzida pela febre, pela convulsões e espasmos e também – circunstância a se levada em conta no oriente – pelas moscas que o sangue e as chagas atraíam às centenas. Contudo, se nenhum órgão vital estivesse ferido, o crucificado podia sobreviver um dia inteiro ou mais antes que a morte o libertasse do suplício (FILLION, 2008, p. 979).

Fillion afirma que o impacto que os apóstolos tiveram ao ver Jesus sendo crucificado foi fundamental para a propagação do cristianismo, especialmente por sua determinação diante das perseguições do governo. Depois da morte de Jesus, todos os cristãos davam testemunho e a multidão logo se lembrava do homem que foi crucificado por ser chamado filho de Deus.

8§ Ele era o Cristo, mas os primeiros dos nossos acusaram-no perante Pilatos, que o condenou à morte de cruz. Mas, os que o haviam amado anteriormente, não cessaram de amá-lo. Ao terceiro dia, porém, ele lhes apareceu, redivivo; os divinos profetas haviam predito estas e outras mil maravilhas a seu respeito. Ainda hoje, a raça dos cristãos, cujo nome dele deriva, não desapareceu (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica*, I, 11, § 8).

Eusébio de Cesaréia enfatiza que o martírio de Jesus foi fundamental para que a nova religião se difundisse. Assim como Jesus, seus discípulos sofreram suplício e seguiram seu exemplo diante dos ataques, ou seja, conforme os relatos da *H.E.*, essas atitudes de coragem e determinação não deixaram de ser seguidas.

O terceiro aspecto da constituição do discurso pedagógico sobre o martírio é a presença de espectadores durante o processo de punição. Esse caráter público foi essencial para os ideais políticos do bispo (união entre Igreja e Império Romano), pois o cristão demonstrava coragem, determinação e virtude diante de todos os espectadores, Ou seja, como o bispo tinha pretensões religiosas, utilizava a política para manter os cristãos a salvo.

Assim, no relato do martírio de Policarpo, ele descreveu a participação do povo, que se mobilizou para preparar uma fogueira.

26. A esta declaração do arauto, enfurecida, a multidão de pagãos e judeus, habitantes de Esmirna, clamou em altos brados: 'Eis o mestre da Ásia, o pai dos cristãos, o destrutor de nossos deuses; ensina a muitos a não sacrificar e a não adorar.

29. Fez-se isso mais rapidamente do que fora dito. A multidão trouxe, imediatamente, das oficinas e dos balneários lenha e gravetos; sobretudo os judeus, conforme seu costume, colaboravam (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica*, IV, 15, § 26,29).

Observamos, então, que o povo era movido pelo trágico, o que contribuiu significativamente para a divulgação do supliciado e para a construção da imagem do mártir que não negava a religião cristã. Segundo Oliveira (2012, p. 12), “[...] a população, ao mesmo tempo em que é sensibilizada pelo exemplo de destemor, de coragem do martirizado, revela um lado sombrio do ser humano: o gosto pelo trágico e o prazer que se sente em ver o trágico e de colaborar com ele”.

Na Bíblia, vemos diversos exemplos da tendência da humanidade para a tragédia. Na história da crucificação de Jesus, Pilatos tinha o poder de decidir pela vida do então ‘Filho de Deus’. Como de costume, uma vez por ano, ele soltava um dos prisioneiros que a multidão escolhesse, e o povo, tendendo ao trágico, se submetia a tal situação, como mencionado no evangelho de Marcos (Mc 15,6-15):

Ora, no dia da festa costumava soltar-lhes um preso qualquer que eles pedissem. E havia um chamado Barrabás, que, preso com outros amotinadores, tinha num motim cometido uma morte. E a multidão, dando gritos, começou a pedir que fizesse como sempre lhes tinham feito. E Pilatos lhes respondeu, dizendo: Quereis que vos solte o Rei dos judeus? [...] E Pilatos, respondendo, lhes disse outra vez: Que quereis, pois, que faça daquele a quem chamais Rei dos judeus? E eles tornaram aclamar: Crucifica-o. Então, Pilatos, querendo satisfazer a multidão, soltou-lhes Barrabás, e, açoitando Jesus, o entregou para que fosse crucificado.

Assim, a forte tendência para ver o flagelo dos condenados fica evidente no relato do martírio de Jesus. Segundo Champlin (2008), o povo foi tomado

pelo ódio e pela sensação de ver a condenação do Messias. No entanto, em outro momento, muitas pessoas que compartilhavam esse sentimento de ódio passaram a festejar a entrada triunfal de Cristo e a se alegrar diante de alguns milagres de Jesus.

Acreditamos que esse fato cooperou para o sucesso do princípio educativo que orientava a divulgação do martírio: ao ouvir sobre os suplícios, o povo se deparava com atitudes virtuosas. Tais virtudes, segundo Eusébio de Cesaréia, eram demonstradas por uma vida de bondade, de honestidade, que guarda a memória, e tradição, aquele que confia, sente e recorda.

O fato de o povo pender para o espetáculo da crueldade (no caso, contra os cristãos) deve ser considerado em nossa análise de como os mártires passaram a ser tão conhecidos. De certa maneira, conforme as narrativas da *H.E.*, o povo rapidamente colaborava para os martírios, como, por exemplo, ao providenciar os utensílios para as fogueiras; no entanto, logo depois, eram tomados de temor ao ver que os mártires resistiam aos flagelos. A tendência para o trágico levava o povo a assistir aos suplícios, o que fazia do martírio uma oportunidade educativa: as pessoas viam, sentiam, vivenciavam e, logo, compartilhavam umas com as outras.

Eusébio de Cesaréia (*História eclesiástica*) enfatizava que os espectadores ficavam surpresos e aterrorizados diante da entrega dos cristãos; em alguns momentos, gritavam porque os cristãos não reagiam aos golpes e, em outros, não faziam nenhum barulho: em completo silêncio, olhavam uns para os outros a fim de entender o que estava ocasionando aquela atitude inesperada.

A etapa seguinte é a da luta entre a tentação de se manter vivo, de abjurar a fé, e a esperança de vida eterna. Eusébio de Cesaréia (*História eclesiástica*, VI, 2, §1) relata que “[...] por não aceitarem prestar os sacrifícios aos deuses e ao imperador, lutaram em nome da glória de Deus, combatendo os soldados do mal com fé na piedade e no poder do Cristo todo poderoso e suportando a dor pela qual passavam com a força de um soldado do exército de Deus”.

É evidente que o ser humano teme a morte. Mesmo que se ouça e tenha esperança na religião, o pós-morte ainda é um caminho baseado em relatos de alguém, diferente de algo já vivenciado. O medo faz parte do cristão.

Delumeau (2009), na *História do medo no ocidente*, descreve a situação do Ocidente, tomado por medo de tudo e de todos. Ele afirma que o homem é tão imprevisível que qualquer novidade, aparecimento ou situação diferente cooperava para que se gerasse a cultura do medo. Com base nessa obra, traduzida por Maria Lucia Machado, compreendemos que o medo faz parte dos soldados, reis e pobres. De certa maneira, enquanto existir vida ele fará parte do humano, mesmo do cristão virtuoso.

Segundo Eusébio de Cesaréia, a esperança de vida eterna garantia a demonstração de virtude diante dos suplícios.

31§Logo em volta dele foram dispostos os materiais adequados para a fogueira. Como se preparavam para fixá-lo, pregando-o, disse: 'Deixai-me assim, pois aquele que me concedeu aguardar com firmeza o fogo, conceder-me-á ainda, sem a garantia de vossos pregos, ficar imóvel na fogueira. Por isso, não foi pregado, e sim amarrado.

32§Amarrado, com as mãos às costas, parecia um cordeiro escolhido, tirado de grande rebanho, para se tornar um holocausto agradável a Deus onipotente (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica*, 4, 15, § 31,32).

Nessa passagem da *H.E.*, o mártir é comparado ao cordeiro que se submete ao seu destino sem reclamar ou resistir. Oliveira (2012, p. 12) observa que “[...] o bom cristão não titubeia em sofrer calado, se esse sofrimento implica em defender a religião cristã e, principalmente, não negar a sua fé, ainda que essa posição conduza-o a morte”. Dessa maneira, o mártir enfrenta o medo, pois seu objetivo é permanecer firme para morrer como um virtuoso cristão.

3§ os mártires portadores de Cristo não sofreram uma vez só todas as penas e tormentos excogitados, mas alguns dentre eles pela segunda vez, e as ameaças que os guardas consideravam ponto de honra lhes dirigir, não exclusivamente por palavras, porém igualmente por atos; eles, contudo, não traíram seu propósito, porque **o perfeito amor lança fora o temor** (1Jo 4,18) (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica*, VIII, 10, § 3, grifo do autor).

Submetendo-se ao martírio, o cristão seria sempre lembrado e suas bravuras seriam contadas de pais para filhos, de sermões em sermões. Muitos

dos que sofreram suplícios almejavam que seus nomes fossem registrados como exemplos cristãos e isso, segundo Eusébio de Cesaréia, ocorreu.

O fato de uma pessoa se entregar ao martírio leva-nos a refletir sobre o suicídio porque, na verdade, os cristãos se entregavam à morte, negando-se a cumprir a lei romana de sacrificar aos deuses pagãos. Embora o cristão martirizado possa ser comparado ao suicida, precisamos considerar que, para Eusébio de Cesaréia, sua morte traria purificação ao mártir. Além disso, consideramos, com base em Durkheim (2000), que o suicídio pode ser uma condição social.

Na quinta etapa, destacamos que a flagelação dos mártires significava, para os fiéis, uma dádiva porque tal entrega era comparada com a morte de Jesus, que deu testemunho para glorificar o Pai, segundo o livro de Romano (14, 8-9). Para o cristão, o martírio era um batismo de sangue, por meio do qual ele não teria mais pecado e seria conduzido para perto de Deus, ao paraíso. O batismo é importante no projeto de Eusébio de Cesaréia porque simboliza uma entrega diante da comunidade, um ato consumação da fé.

Acerca do batismo, Champlin (2008, p. 457) faz a seguinte observação:

O batismo é a aplicação de água, mediante imersão, derramamento ou aspersão, com certa variedade de propósitos predeterminados, como um rito de iniciação, como um ato de purificação cerimonial, como sinal de identificação com a comunidade, como suposto elemento dos requisitos que levam ao perdão dos pecados, e, portanto, da salvação [...] ou como um símbolo de união com Cristo, no intuito de obedecer ao seu evangelho e aos seus mandamentos.

O batismo cerimonial, segundo Champlin, tem como objetivo simbólico regenerar o homem do pecado, levá-lo à salvação; era fundamental para identificar o novo cristão diante da comunidade. No entanto, existiam dois tipos de batismo: o batismo nas águas, que não deixa o homem imune ao pecado, é um símbolo diferente do batismo com sangue. O batismo nas águas representa um pacto com a religião que pode ser quebrado a qualquer momento. Embora os dois tipos de batismo, por água e por sangue, tenham o mesmo objetivo, purificar o homem do pecado, são muito diferentes, já que o batismo de sangue transforma o mártir em santo.

Na proposta educacional de Eusébio de Cesaréia, o batismo de sangue aponta para a existência do cristão ideal, lembrado e adorado como santo virtuoso.

Tertuliano dava esse nome ao martírio antes do batismo, bem como a morte dos mártires, de forma geral. Ele e outros pais da Igreja pensavam que o martírio tinha a eficácia de purificar o pecado. Por causa disso, o martírio era recomendado entre os cristãos, e alguns deles chegavam a procurá-lo propositalmente. Gregório Nazianzeno refere-se a um batismo de martírio e sangue, com o qual o próprio Cristo foi batizado (CHAMPLIN, 2008, p. 463)

Para Tertuliano, o martírio era capaz de produzir a purificação total dos pecados; dessa maneira, após o batismo de sangue, o cristão nunca mais pecaria. Para Eusébio de Cesaréia, seguindo os exemplos de Jesus no calvário, muitos se tornaram mártires em defesa da religião cristã e para desfrutar o paraíso.

Tratando da purificação por meio da morte, Champlin (2008, p. 363) afirma que, teologicamente, “[...] a redenção consiste em sermos libertos da materialidade mortal, recebendo em troca uma forma de vida superior, que não requer associação com a matéria pura”. Assim, os mártires, buscando ser limpos dos pecados e resgatados do mundo de tormento, entregam-se sem demonstrar nenhuma resistência.

13§ Os homens, com efeito, suportavam o fogo, o ferro, as crucificações, as bestas selvagens, os abismos do mar, a amputação e a queima dos membros, a rebentação e o arrancamento dos olhos, a mutilação do corpo inteiro, e além de tudo isso a fome, as minas e as prisões: em todas as coisas, eles mostravam sua paciência para dar testemunho da religião antes que transferissem aos ídolos a adoração devida a Deus (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica*, VIII, 14, § 13).

Na *H.E.* vemos que o mártir anseia pela purificação, mantendo-se firme em seu objetivo de conquistar a eternidade, de obter alívio e descanso diante de uma realidade cruel e desumana. O autor afirma em seus escritos que as atitudes advindas daqueles que foram purificados seriam exemplo não somente aos cristãos, mas a todo Império Romano.

A última etapa pedagógica do martírio é a da exaltação das virtudes dos cristãos e do culto às relíquias. Na mentalidade do povo, a demonstração das virtudes tornava o virtuoso um santo. Ao tratar dessas concepções populares do santo virtuoso, Eusébio de Cesaréia destaca a disputa pelas partes dos supliciados. Para Eusébio, expor as virtudes nas narrativas dos martírios era fundamental, pois isso mostrava as vantagens de seguir a religião cristã: mesmo supliciado, o virtuoso era glorificado.

Com tudo isso, certamente, o bispo de Cesaréia queria propor ao Império Romano a oportunidade de se fortalecer por meio da religião, oferecendo à sociedade a esperança de vida eterna.

O bem eterno, na perspectiva de Eusébio de Cesaréia, era o próprio Deus, que estava, portanto, distante dos homens. No entanto, estes, pela esperança, dentre outras coisas, poderiam se conduzir para Ele. Segundo Tomás de Aquino, a esperança é uma virtude da vontade, ou seja, uma ânsia pelo bem eterno, que é Deus e, portanto, está distante de nós. Mestre Tomás afirma, no Artigo 1 da Questão 17 da Segunda Parte, que é a espera por uma ajuda de Deus que torna a esperança uma virtude que pode transformar o ato humano em uma boa ação, cujo fim é conquistar a dádiva de ser feliz na eternidade. “A esperança faz com que o homem se ligue a Deus, enquanto ele é para nós princípio da bondade perfeita, enquanto pela esperança apoiamonos no auxílio divino para obter a bem-aventurança eterna” (TOMÁS DE AQUINO, *Suma teológica*, II, q. 17, a. 6, resp.).

Naquele contexto, devastado pelas invasões bárbaras, pela crise escravista, pela falta de abastecimento e pela instabilidade governamental, a ideia de se apegar a uma esperança de paz eterna crescia e, para tanto, os homens deveriam seguir o exemplo de amor, dedicação e devoção aos princípios cristãos. O bispo de Cesaréia, ao explicar a importância de Jesus, afirma:

7§ Efetivamente, este nome significa que o cristão, através do conhecimento e ensinamento de Cristo, se distingue por prudência, justiça, força de caráter e virtude, coragem e piedosa confissão de um só e único Deus supremo. Tudo isso, aqueles varões não buscaram com menor zelo do que nós (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica*, I, 4, § 7).

Nesse contexto, como afirma Eusébio, ser chamado de cristão era um privilégio, especialmente pelas virtudes que Jesus deixou a todos. Carregar o nome de Cristo significava desfrutar da plena virtude inerente à religião cristã.

Tratando das virtudes, Tomás de Aquino as classifica como hábitos, uma condição, uma maneira de agir, o que, no entanto, não se reduz a uma única ação. A virtude é uma disposição natural, que não é regrada pelo determinismo, mas depende sempre do indivíduo, da fidelidade da inteligência que deseja.

A virtude designa certa perfeição da potência. Mas a perfeição de uma coisa é considerada, principalmente, em ordem do seu fim. Ora, o fim da potência é o ato. Portanto, a potência será perfeita na medida em que é determinada por seu ato. As potências racionais próprias do homem não são determinadas a uma coisa só, antes se prestam, indeterminadamente, a muitas coisas. Ora, é pelos hábitos que elas se determinam aos atos. Por isso as virtudes humanas são hábitos (TOMÁS DE AQUINO, *Suma teológica*, I, q. 55, a.1, rep).

Para Tomás de Aquino, o hábito é uma qualidade adquirida que contribui para a ação humana, para seu livre desenvolvimento. O hábito é desenvolvido naquilo que queremos e, assim, “[...] a própria razão de hábito revela que ele é ordenado, sobretudo, à vontade” (TOMÁS DE AQUINO, *Suma teológica*, I, q. 50, a.5, rep).

Apoiando-nos em Tomás de Aquino, podemos entender que, na *H.E.*, os mártires se tornavam virtuosos quando demonstravam uma atitude (como a de Cristo) diante de todos, enfrentando os suplícios sem reclamar ou lutar contra os inimigos da religião cristã.

Ao propor uma pedagogia baseada nas virtudes voluntárias dos mártires cristãos, o bispo de Cesaréia tinha como objetivo construir um ideal cristão de esperança em uma sociedade melhor. Para ele, a resposta para o caos do Império Romano estava unicamente nos ideais da virtude cristã expressos em cada aspecto do martírio. Seu objetivo principal na *H.E.* era registrar a história do cristianismo; por isso, não é de estranhar que, nos dois últimos livros, ele narrasse as virtudes do Imperador Constantino. Foi nesse momento que a ideia de unir o cristianismo e o governo romano começou a entrar em evidência.

O autor reitera que os espectadores dos martírios, em algumas situações, ficavam assustados com as resistências ao suplícios e com as virtudes demonstradas. Reitera também que o impacto causado pelo martírio no público que assistia era significativo porque, testemunhando cada atitude do cristão durante o martírio, as pessoas contribuiriam para a divulgação do mártir. Rodrigues (1983) menciona que a presença dos espectadores durante os suplícios foi um fator fundamental para divulgação dos mártires.

Depois dos martírios, os cristãos passaram a considerar os mortos em nome de Cristo como santos dignos de culto e, logo, as partes do corpo do mártir passaram a ser buscadas e disputadas.

40§ O maligno, invejoso e ciumento, adversário dos justos, vendo a grandeza de seu martírio, a vida irrepreensível que levava desde o início, a coroa de incorruptibilidade que o ornara, o prêmio inegável que obtivera, cuidou de que nem mesmo o cadáver fosse recolhido por nós, apesar de muitos terem desejado possuí-lo e ter uma porção das relíquias.

43§ O centurião, ao verificar a animosidade dos judeus, colocou o corpo no meio, segundo o costume romano, e o queimou. Deste modo, mais tarde recolhemos seus ossos, mais preciosos que pedras de grande valor e mais valiosos que o ouro e depositamo-los em lugar adequado.

44§ Quando o Senhor nos permitir e for possível, ali nós nos reuniremos, com regozijo e alegria, a fim de celebrarmos o natalício de seu martírio, em memória dos que nos precederam na luta e em exercício e preparação dos que haverão de combater mais tarde (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica*, IV, 15, § 40,43,44).

Segundo Eusébio de Cesaréia, as relíquias (partes dos corpos dos mártires) começariam a representar a religião cristã e a possibilidade de sua presença simultânea em vários lugares. A crença no poder destas relíquias raras e preciosas para aproximar o homem da eternidade, rompendo a barreira de tempo e espaço, tornou-se importante na construção do mártir e de certa forma na estruturação do território cristão. Assim, as relíquias conseguiam, por meio da religiosidade popular, estabelecer relações de sentido entre o visível e o invisível.

As relíquias passaram a ter um valor memorável porque os religiosos não deixavam a bravura do mártir se perder com o tempo. A adoração ao santo mártir, representado por alguma parte de seu corpo, colaborou

significativamente para a construção do ideal virtuoso, pois muitas pessoas passaram a dar testemunhos deles e cultuá-los. Acerca disso, afirma Tomás de Aquino:

[...] é manifesto que devemos venerar os santos de Deus, como membros de Cristo, filhos e amigos de Deus e nossos intercessores, Por isso, devemos lhes venerar quais relíquias, com a honra devida, em memória deles; e sobretudo os seus corpos, que foram os templos e os órgãos do Espírito Santo; que neles habitou e operou, e hão de assemelhar-se ao corpo de Cristo pela glória da ressurreição. Por isso, o próprio Deus honra convenientemente essas relíquias, fazendo milagres na presença delas (TOMÁS DE AQUINO, *Suma teológica*, III, q. 25, a.6, solução).

A adoração às relíquias e os demais aspectos constituíam um esforço da religião cristã para atribuir significado ao martírio. Assim, os cristãos contemporâneos aos mártires se sentiam fortalecidos para continuar unidos, e os iletrados, encorajados com as histórias dos supliciados, que entregaram suas vidas com virtude.

Ao defender a existência do cristianismo e sua veracidade, Eusébio não restringia seu objetivo ao aspecto religioso. Como concluímos nos capítulos anteriores, o Império Romano necessitava de uma estratégia política, e o meio para isso foi apresentado pelo bispo de Cesaréia: um ideal de homem direcionado pela boa vontade e pelo amor a Deus. No livro IX e X da *H.E.*, ele narra que o Imperador Constantino favoreceu os cristãos ao derrotar o Imperador Maxêncio (278-312). A partir de então, apresentou o cristianismo como elemento fundamental para unificar o Império e fortalecer o governo de Constantino.

Segundo Gibbon (2008), em um momento de instabilidade político-institucional, Constantino almejava a consolidação, a ampliação de sua autoridade e de sua base de poder. De certa maneira, com a chegada de Constantino e a paz da Igreja cristã, a relação entre o Estado e a Igreja mudou significativamente.

Na *H.E.*, no décimo livro, os cristãos entregaram a Constantino a tarefa de conceder soluções, esperanças espirituais e temporais ao povo romano e o direcionador de tal iniciativa de composição teológica e política foi Eusébio de Cesaréia, que fez do reino de Deus um império-cristão. Constantino legitimaria

seu poder com base em um ideal divino-cristão e, assim, teria o poder absoluto. Ou seja, o monoteísmo passou a corresponder à monarquia, ou seja, à ideia do governo de um.

18§ [...] Como o ímpio chegou a obter resultado, com estas medidas, concebeu o projeto de excitar uma perseguição contra todos nós.

19§ Tal pensamento adquiriu força e nada o impediria de passar à ação, se Deus, o defensor das almas de seus servos, rapidamente não se antecipasse em oposição ao que ia suceder. Como, em trevas espessas e noite muito escura, brilha subitamente um grande astro, Deus para salvação geral, levou pela mão a esta região seu servo Constantino, de braço levantado (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica*, X, 8, § 18,19,).

No décimo livro da *H.E.*, Eusébio de Cesaréia narra como a paz foi delegada por Deus aos cristãos por meio da reconstituição das igrejas que foram perseguidas e da liberdade religiosa que Constantino, ao lado de Licínio, lhes concedeu. Conforme seu relato, a vitória de Constantino sobre seus inimigos estava vinculada às conquistas do cristianismo, ou seja, os feitos de Jesus Cristo, o filho de Deus, estavam vinculados aos de Constantino, exaltado por Eusébio por sua piedade e virtude, por ser amado, protegido e amigo de Deus, tornando-se responsável por salvar e ganhar os troféus da vitória sobre os malfeitores inimigos da Igreja.

Entendemos que os objetivos de Eusébio de Cesaréia ao utilizar os exemplos dos mártires como estratégia pedagógica eram trazer unidade ao Império, centralizar o poder e estabilizar o caos. Os aspectos já mencionados neste capítulo foram cruciais para o fortalecimento político, já que todos, tanto os iletrados quanto os letrados, passaram a saber dos suplícios e de seus virtuosos feitos.

Em meio à desestruturação do Império, ele entendia que a unidade era um elemento fundamental para que a sociedade se restabelecesse. Certamente, essa foi sua principal preocupação ao elaborar as narrativas sobre os mártires na *H.E.*

4.2. O martírio de Orígenes na narrativa de Eusébio de Cesaréia

Para oferecermos maiores detalhes da função exercida pelo martírio nas narrativas de Eusébio de Cesaréia, analisamos o suplício de Orígenes descrito no livro VI da *H.E.* O autor o apresentou como um erudito platônico que deixou fundamentais colaborações para sua estratégia pedagógica do martírio. No primeiro capítulo desse livro, ele se refere à grande perseguição comandada pelo imperador Septímio Severo (145-211), um africano que sucedeu os Antoninos⁴⁰ e empreendia grandes suplícios contra os cristãos.

Segundo Nunes (2018), Orígenes nasceu em 185, em Alexandria, sendo o primeiro egípcio entre os padres da Igreja. Tende recebido uma excelente educação intelectual e religiosa, ele se envolveu cedo nas responsabilidades eclesiásticas.

Em muitas ocasiões, Orígenes, ainda jovem, ansiava pelo martírio e ia ao encontro dos perigos ocasionados pela perseguição perpetrada pelo Imperador. Sua mãe, com medo de perder o filho pelas perseguições, suplicava-lhe com palavras, mas de nada adiantava: “[...] vendo-o ainda mais impetuosamente inclinado ao martírio, ao ter conhecimento da prisão e encarceramento do pai, e completamente tomado do desejo do martírio, escondeu todas as suas vestes, obrigando-o a ficar em casa” (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica*, VI, 2, § 5).

Eusébio de Cesaréia relata que Orígenes, mesmo jovem, tinha cada dia mais o desejo da sabedoria. Não podendo sair de casa, enviou ao pai, que estava preso, uma carta em que pedia: “Cuida de não mudar de opinião por nossa causa” (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica*, VI, 2, § 6).

Em razão do martírio do pai, Orígenes, com apenas dezessete anos, ficou sozinho com sua mãe e seis irmãos menores. Segundo Eusébio de Cesaréia, a fortuna do pai de Orígenes tinha sido confiscada pelos agentes do tesouro imperial, mas o cuidado de Deus fora ao encontro das necessidades de

⁴⁰A Dinastia Antonina era o nome dado aos imperadores Romanos: Nerva (30-98), Trajano (53-117), Adriano (76-138), Antônio Pio (86-161), Marco Aurélio (121-180), Lucio Vero (130-169) e Comodo (161-192). Esses imperadores governaram o Império Romano no momento de prosperidade (CHAMPLIN, 2008).

Orígenes, que foi acolhido por uma rica senhora⁴¹ que lhe provia de todas as coisas (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica*, VI, 2, §12-13).

Champlin (2008) afirma que, aos dezoito anos, Orígenes foi nomeado instrutor dos cristãos e que muitas pessoas se reuniam para ouvir suas eloquentes conferências. O autor informa também que Orígenes, no fervor da vida cristã, decidira se emascular para evitar as tentações de natureza sexual.

Eusébio de Cesaréia registra que Orígenes:

2§ Entendeu as palavras: E há eunucos que se fizeram eunucos por causa do reino dos céus(Mt 19,12), de modo simplista e juvenil, seja por julgar que assim cumpria a palavra do Senhor, seja porque, sendo jovem, pregava as coisas divinas, não somente a homens, mas ainda a mulheres, e querendo tirar aos infiéis todo pretexto de calúnia vergonhosa, foi impelido a cumprir realmente a palavra do Senhor [...] (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica.*, VI, 8, § 2).

Segundo a *H.E.*, Orígenes sempre foi focado nos estudos. Seu primeiro mestre foi o pai Leônides (x-202), que lhe ensinava sempre a importância do conhecimento. Leônidas incentivava o filho, acima de tudo, aos estudos sagrados, exigindo prestações de conta e recitações, o que Orígenes fazia com zelo excessivo. Para a *H.E.*, o estudo necessário para a época de Orígenes eram as disciplinas helênicas, entretanto, Leônidas sempre enfatizava a importância de se dedicar primeiro aos estudos sagrados e depois às outras disciplinas.

15§ Iniciado pelo pai nas disciplinas helênicas, após a morte deste último, ele se entregou com maior ardor e inteiramente ao exercício das letras, de sorte que veio a possuir pouco tempo após a morte do pai, uma preparação suficiente nos conhecimentos gramaticais e, consagrando-se a eles, acumulou, ao menos para sua idade, a base necessária (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica*, VI, 2, § 15).

Mesmo depois do martírio do pai, Orígenes continuou se dedicando intensamente ao saber. Segundo Eusébio de Cesaréia, ele não se contentava com o simples e o óbvio das Sagradas Escrituras; procurava sempre se

⁴¹«[...] uma senhora riquíssima de recursos materiais e muito ilustre, mas que tratava com grande consideração um homem famoso entre os hereges que então viviam em Alexandria [...] (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica.*, VI, 2, § 1).

aprofundar na busca do saber, explicitando que a única maneira de chegar a ele passava pela renúncia dos prazeres da carne e pela aproximação das coisas espirituais.

Segundo Nunes (2018), a fama de Orígenes foi se espalhando por todas as igrejas do Império Romano e ele se tornou conhecido tanto nas comunidades cristãs quanto nas pagãs. Consideramos que o destaque que é dado na *H.E.* deve-se ao fato de Orígenes ter sido um importante erudito, colaborador do conhecimento cristão e na construção do mártir. Eusébio Cesaréia afirma que “Tão importante era para Orígenes o estudo muito acurado da Palavra de Deus, que aprendeu também a língua hebraica e adquiriu a posse de originais das Escrituras conservados entre os judeus, em caracteres hebraicos” (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica*, VI, 16, §1).

Para Nunes (2018), a sociedade cristã começou a se desenvolver na época de Orígenes, ocasionando muitas rivalidades na busca do poder entre os clérigos e também em sua influência intelectual. Muito admirado, Orígenes era apresentado como exemplo de santo em todo o Oriente, apesar da oposição por parte de algumas autoridades da Igreja.

Nas reflexões de Orígenes estão contidas concepções acerca do cristão supliciado. Seus fundamentos teológicos são os da problemática platônica concernente ao dualismo entre alma e corpo: o suplício advém do exercício do pensar. Na concepção platônica, a única maneira de obter a sabedoria seria abandonando os prazeres do mundo e priorizando as coisas espirituais. Entretanto, para permanecer firme, é necessário estar focado nas coisas espirituais, mesmo nos suplícios.

Orígenes se apropria do conceito filosófico platônico para afirmar que o corpo é uma frustração e que o alívio para alma ocorreria quando esta superasse o desafio de se libertar do corpo. Podemos citar Platão (1972) que, no diálogo de Fédon, afirma que o corpo aprisiona a verdadeira sabedoria.

7§ E, sem dúvida alguma, ela raciocina melhor precisamente quando nenhum empenho lhe advém de alguma parte, nem do ouvido, nem da vista, nem dum sofrimento, nem sobretudo dum prazer – mas sim quando se isola o mais que pode em si mesma, abandonando o corpo à sua sorte [...] (PLATÃO, *Fédon*, II, 10, § 7).

Orígenes, que “[...] efetivamente, seguia em tudo Platão [...]” (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica*, VI,19, §8), afirmava que o filósofo que buscava conhecimento por amar, almejava alcançá-lo, declarando-se “[...] amante da verdade [...]” (ORÍGENES, *Contra Celso*, I, 37, § 2) .

Nas concepções de Orígenes, apresentadas na *H.E.*, podemos reconhecer o movimento de mudança de perspectiva do suplício para o martírio cristão: não se trata apenas de duas penalidades corporais aplicadas a alguém que desobedeceu a ordem imperial, mas a segunda se refere ao cristão que sofreu e morreu em nome de sua fé (cristianismo). Muitos suplícios aconteceram no decorrer da História Romana, mas o mártir cristão tomou conta do cenário Imperial.

O mártir assume um papel fundamental entre os vivos. Segundo Porter, o corpo padecido vivifica a fé e transforma a vida do outro. Dessa maneira, a religião cristã se apropriou da morte, produzindo mártires virtuosos que se tornaram exemplos de como morrer, o que angariou muitos membros para o cristianismo (PORTER *apud* BURKE).

Essa alteração, podemos dizer, foi estimulada pelas perseguições contra os cristãos: o corpo do mártir já não tem simplesmente as marcas das torturas, mas também expressa a confirmação de que ele foi testemunha de Cristo com a própria vida. Na *H.E.*, a vitória do mártir é considerada uma testemunha de Cristo, independentemente das penalidades, pois seria a consecução de seu objetivo: a vida eterna. Nessa ideia, o corpo do mártir assume dois estados: a queda do espírito do indivíduo e, concomitantemente, a queda como ato de compaixão experimentado pelo próprio martirizado.

Segundo Eusébio, nessa dialética acerca do corpo, Orígenes expressou um sentimento especial em relação ao suplício, já que, como bom detentor da filosofia platônica, por exemplo, não se importava com os prazeres da carne, procurava satisfazer a vontade de Deus e viver segundo os padrões para adquirir o conhecimento. Ele via o martírio como uma dádiva, que sempre almejou conquistar.

Para Orígenes, o corpo limitava a alma, a verdadeira sabedoria segundo Platão (1972); o corpo durante o suplício se aproximaria da verdadeira sabedoria e honraria a Deus com a pedagogia da virtude demonstrada no

decorrer da vida e principalmente durante o martírio. Assim, tornava-se um exemplo a ser seguido, por demonstrar bondade, fé, autocontrole e, por fim, ser sacrifício.

Para Orígenes, são as virtudes demonstradas que fazem com que o corpo do mártir se torne uma matéria sagrada. Em sua concepção, ao ser torturado, o corpo se inclina para Deus, assim como sua alma, que sabe o que deve ser feito. Certamente, na concepção platônica, o corpo sempre será retratado como o aprisionador da alma. Orígenes demonstra ser favorável a essa compreensão; entretanto, no martírio, os prazeres da carne são ignorados e a única coisa que ele pode proporcionar ao corpo cristão é o oposto do que a carne anseia. Nesse sentido, Orígenes entende que o corpo do mártir passa a ser tão importante quanto a alma, pois, diante das penalidades, o único desejo do cristão é se encontrar com a verdadeira sabedoria no além.

Nesse caso, o corpo do mártir não é considerado um aprisionamento da alma, pois o divino garantiria que o corpo se adaptasse ao suplício, de modo que cada momento do martírio representasse a história do cristão em sua purificação. Segundo Eusébio de Cesaréia, Orígenes permaneceu até o fim de sua vida se aprimorando e buscando o conhecimento.

Consideramos importante aprofundar um pouco a discussão sobre a concepção de Orígenes a respeito do conhecimento e, de certa forma, do martírio. Para isso, analisaremos um texto de Platão.

Platão (1972) afirma, no diálogo *Fédon*, que o indivíduo dedicado à busca do conhecimento pela filosofia deveria ser consciente de sua evidente morte e desfrutar com a alma a verdadeira sabedoria. Para o filósofo, quando o corpo anseia pelos prazeres carnis, tendendo vivenciá-los, a alma é aprisionada e impedida de desfrutar a verdade.

11§ [...] em verdade estão se exercitando para morrer todos aqueles que, no bom sentido da palavra, se dedicam à filosofia, e o próprio pensamento de estar morto é para eles, menos que para qualquer outra pessoa, um motivo de terrores! Eis como devemos julgá-los. Não seria o supra-sumo da contradição que eles, por uma parte sentindo-se de todos os modos misturados com o corpo, e por outra desejando que sua alma existisse em si mesma e por si mesma, se tomassem de pânico e de irritação quando sobreviesse a realização de seus desejos? Sim, não seria uma contradição se não se encaminhassem com alegria para o além onde, uma vez chegando, terão a

esperança de encontrar aquilo por que em toda a sua vida se mostraram apaixonados: a sabedoria, que era o seu amor; e não seria contraditória deixarem de sentir alegria ante a esperança de serem libertados da companhia daquilo que os molestava? [...] (PLATÃO, *Fédon*, II, 12, § 11).

Platão considera que o indivíduo que busca libertar a alma do cárcere corpóreo se alegra diante da morte, pois entende que está prestes a alcançar seu objetivo último: o encontro eterno com o *saber*. Ele desenvolve esse pensamento com base em Sócrates, que, estando nos últimos momentos da vida, afirmava que na situação em que se encontrava existia muito mais esperança no mundo invisível.

Para Platão existem dois mundos: o mundo visível (dos reflexos ou do sensível) e o mundo invisível, inteligível ou das ideias. Para o filósofo, essa concepção faz parte de seu sistema, cujo método é a dialética, segundo o qual o espírito se eleva do mundo sensível ao mundo verdadeiro, o mundo das ideias.

Essa reflexão a respeito do pensamento platônico e de sua apropriação por Orígenes nos leva novamente à *H.E.*, na qual o autor afirma que os mártires demonstravam resistência durante o suplício, não titubeando, mas se mantendo firmes, na esperança de conquistar o mundo invisível. Eles sabiam que, para isso, seria necessário libertar a 'alma do caixão' e, por meio do suplício, cujo objetivo era proporcionar a libertação do mundo dos prazeres, adentrar os portais da eternidade.

Segundo Champlin (2008), em 248 d.C., a perseguição contra os cristãos se intensificou, dando às declarações de Orígenes sobre o mártir uma dimensão real. Em muitas cidades e vilarejos, a busca pelo sagrado passou a ser evidenciada nas comunidades pagãs, causando ira nos sacerdotes pagãos e no imperador Décio (201-251).

Assim, ganha vigor a teoria de Platão (1972) de que o corpo aprisiona a alma, mas, por meio do sacrifício de sangue e das virtudes evidenciadas por Orígenes, torna-se um veículo para alma. Com base nessa ideia todo homem e toda mulher poderiam ter seus corpos purificados, a fim de experimentar a verdade no paraíso, desde que fossem cristãos.

Orígenes achava, entretanto, que o objetivo mais nobre colimado pelas escolas filosóficas são as virtudes morais. Era desses raros mestres, que, imitando Nosso Senhor Jesus Cristo, primeiro fazem e depois ensinam. Aplica-se a formação moral dos discípulos por meio dos sábios discursos, e por meio de atos pelos quais lhes orientava as tendências, fazendo-os examinar e considerar os impulsos e as paixões da alma, e fazia questão de frisar que a moral seria uma disciplina vã e inútil se a palavra ficasse separada dos atos, se a prudência não levasse a pessoa a fazer o que é preciso fazer, se não fizesse afastar-se daquilo que não se deve fazer, pois nesse caso a moral só proporcionaria o conhecimento teórico (NUNES, 2018, p. 166).

Na formulação de Nunes (2018), Orígenes teria como prioridade direcionar as virtudes morais, já que caberia ao mestre sempre examinar os impulsos e as paixões da alma. Somente com a prática das virtudes o corpo do cristão poderia ser enaltecido e santificado diante de todos.

Evidencia-se, assim, o caminho que o corpo corrupto poderia percorrer até sua santificação. O mártir teria seu corpo glorificado em sacrifício para Deus e, logo depois da consumação, seria purificado. Desse modo, Orígenes concebeu o corpo que seria aclamado nas narrativas históricas de Eusébio de Cesaréia.

Segundo Eusébio de Cesaréia, Orígenes experimentou amargamente as perseguições:

5 § Quais e quão grandes foram os sofrimentos de Orígenes durante a perseguição, como ele encontrou uma saída, enquanto o maligno demônio com todo o seu exército atacava-o à vontade e contra ele lutava empregando todo o seu poder e todos os seus artificios e investia particularmente contra ele de preferência a todos os que então eram combatidos; quais e quantos foram os suplícios que Orígenes suportou por causa da palavra de Cristo, cadeias e torturas corporais, suplícios pelo ferro, suplícios nas profundezas das prisões; como, durante numerosos dias, teve os pés nos cepos até o quarto buraco e foi ameaçado de ser lançado ao fogo; como corajosamente enfrentou tantas outras provas infligidas pelos inimigos, qual o resultado de tudo isso, pois o juiz se empenhava zelosa e absolutamente por não lhe tirar a vida; finalmente, quantas palavras deixou, repletas de idéias proveitosas para os necessitados de reconforto — tudo isso as inumeráveis cartas que escreveu abrangem de modo simultaneamente verídico e exato (EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História eclesiástica*, VI, 39, § 5).

O autor enfatizou as virtudes de Orígenes, procurando sempre destacar sua importância para a construção do mártir. Orígenes sofreu e não mudou sua concepção, pelo contrário até o fim de sua vida cuidou para dar testemunho de Cristo. Nunes (2018) menciona que, na perseguição de 249, Orígenes foi considerado a vítima mais ilustre. Ele foi preso e torturado, mas com a morte do imperador Décio em 251, recebeu sua liberdade. Mesmo bastante debilitado e com a saúde muito fragilizada, sobreviveu mais 3 anos, vindo a falecer em 254 com 69 anos de idade.

Concluimos este capítulo com a ideia de que nenhuma busca nesse mundo se compara com a busca da sabedoria: todas as buscas são ilusórias e passageiras, diferentemente da sabedoria, que não se limita ao tempo ou ao espaço, tão somente leva o homem a entender o mundo invisível ou o mundo das ideias. Como afirma Platão (1972), o que é verdadeiro e grandioso está no *Eidos*, é lá que a sabedoria pode ser encontrada. Assim, a verdadeira busca deve ser pela *Sophia*. Por ela vale a pena oferecer tudo, inclusive a vida:

17§ [...] talvez não seja em face da virtude um procedimento correto trocar assim prazeres por prazeres, sofrimento por sofrimento, um receio por receio, o maior pelo menor, tal como se se tratasse duma simples troca de moedas. Talvez, ao contrário, exista aqui apenas uma moeda de real valor e em troca da qual tudo o mais deva ser oferecido: a sabedoria! Sim, talvez seja esse o preço que valem e com que se compram e se vendem legitimamente todas essas coisas – coragem, temperança, justiça – a verdadeira virtude, em suma, acompanhada de sabedoria [...] (PLATÃO, *Fédon*, II, 13, §17).

Para o platonismo, a maior recompensa consiste em experimentar a sabedoria, o que torna todas as outras coisas irrelevantes. Da mesma maneira, o cristão supliciado reconhece essa dívida na vida eterna, aceita os suplícios com virtude, na expectativa de que após sua morte gloriosa, Deus lhe dará a recompensa de vida eterna. Assim, o cristão purificado experimentará a verdadeira sabedoria no mundo invisível.

5. CONCLUSÃO

Em nossa dissertação, analisamos as concepções de Eusébio de Cesaréia sobre o martírio, que o entendeu como recurso pedagógico para a construção do cristão ideal. Para alcançar nossos objetivos, utilizamos como fonte primária sua *História eclesiástica*, concentrando-nos nas narrativas sobre os mártires e, especialmente, sobre Orígenes (184-253). A análise foi organizada em três capítulos.

No primeiro, expusemos os resultados de uma pesquisa sobre a crise do Império Romano do final do século III ao início do IV. Enfatizamos a Anarquia Militar, as invasões bárbaras, as questões econômicas, escravistas e religiosas, especialmente o conflito entre cristianismo e paganismo. Depois de investigar a crise romana, analisamos o motivo pelo qual uma das maiores potências, que estava prestes a ruir, direcionava a culpa de seus problemas para o cristianismo, alegando que este não obedecia à ordem Imperial de adorar os deuses pagãos.

Vimos que o período da História Romana conhecido como da Anarquia Militar foi marcado pelas graves crises que se instalaram em todas as frentes do Império. Em meio a elas, destacamos o apoio do exército na escolha dos novos imperadores, o que ocasionou sucessões tão frequentes que, entre 235 e 284 d.C, somaram-se cinquenta soberanos.

Quanto aos militares, observamos a intensa pressão que os bárbaros exerciam com o objetivo de enfraquecer o poder imperial, o que provocou maiores exigências na manutenção dos destacamentos militares romanos.

Na economia, as dificuldades tomavam conta do cenário imperial: além do aumento no volume de recursos que deveriam ser enviados às tropas, o número de escravos havia decrescido. A situação romana se tornou mais difícil ainda quando um grave surto de pestes se instalou em várias províncias, ocasionando uma queda na produção agrícola.

Quanto aos aspectos religiosos, analisamos o embate entre o paganismo e o cristianismo e as violentas perseguições empreendidas contra o cristianismo, comandadas pelos imperadores Décio (201-251 d.C.), Valeriano (200-260 d.C.), e Diocleciano (244-311 d.C.). Estes, por meio de éditos,

empreenderam vários ataques aos cristãos, acreditando que somente por meio da valorização do *mos maiorum* nas práticas e nos rituais romanos é que se poderia restaurar a paz com os deuses.

No segundo capítulo, estudamos algumas concepções pagãs e cristãs a respeito dos martírios apresentadas na *H.E.* Depois de ter analisado essas concepções, abordamos o motivo das grandes perseguições ao cristianismo, mostrando que a construção religiosa estava enraizada tanto no paganismo quanto no cristianismo. Para os cristãos, o mártir era um santo de Deus, um exemplo de Cristo; para os pagãos, o mártir cristão era um herege traidor da pátria e, por isso, deveria ser penalizado.

Percebemos que, no decorrer dos embates religiosos, de um lado, a tradição pagã e, do outro, os preceitos cristãos por meio do martírio (da *H.E.*) deixaram as marcas da vida social, dos embates de um tempo e de suas transformações. Observamos que, simbolicamente, os grupos disputavam para autenticar universalmente seus ideais religiosos.

No último capítulo, refletimos sobre o martírio, analisando, especialmente, o martírio de Orígenes nas narrativas de Eusébio de Cesaréia. Compreendemos que o cristianismo, por meio das ações dos bispos e dos clérigos, efetuou uma ressimbolização das ações imperiais: aproximou os suplícios da paixão de Cristo, ou seja, criou uma situação em que os mártires poderiam experimentar as dores que Jesus sofreu. Dessa maneira, o cristianismo passou a exaltar os cristãos que não prestavam culto aos deuses pagãos e que, por tal ato, eram mortos. Para o cristianismo, nos termos de Eusébio de Cesaréia, o cristão ideal se tornou o mártir.

O martírio, para Eusébio de Cesaréia, era um modelo de fé, o corpo do mártir era um símbolo sagrado que fora purificado com sangue e, conforme a religião cristã, conduzido ao paraíso. Nessa concepção, embora o cristão sofresse torturas e ameaças, fosse imolado e morto, era favorecido pelo favor divino, que o revestia de misericórdia, santificando-o.

Ainda no terceiro capítulo, analisamos os aspectos inerentes ao martírio: a divulgação de Jesus, a bravura dos mártires, a presença dos espectadores durante o processo de punição, a luta contra a tentação de se manter vivo, a flagelação dos mártires que, para os fiéis, passava a significar uma dádiva e, como última etapa pedagógica do martírio, a exaltação das virtudes dos

cristãos e o culto às relíquias. Cada aspecto nos direciona para a construção do ideal cristão. Para o autor da *História eclesiástica*, o início da última perseguição estaria atrelado ao desregramento da conduta dos cristãos: Deus os estaria punindo para educá-los, isto é, para demonstrar que uma mudança comportamental era necessária.

Na *H.E.*, o 'ser ideal' sofrendo suplício sem titubear tornou-se uma estratégia de convencimento. Em sua pedagogia, Eusébio de Cesaréia demonstrou visualmente um cristão que tinha uma vida reta, que era exemplo de bondade para com o próximo, virtuoso em sua prática e que se entregou à morte para não negar seus ideais cristãos. O martírio se tornou, portanto, um símbolo educacional, por meio do qual se enaltecia o bom diante dos que precisavam ser purificados.

Para outros autores que analisamos, como Orígenes, o homem só adquiriria o melhor de si quando estivesse no mundo das ideias ou se aproximando delas; no caso, quando o cristão estivesse diante do martírio. Com base em Orígenes e Eusébio de Cesaréia, compreendemos que o cristão se aproxima da eternidade com suas atitudes virtuosas.

Cada momento do martírio revela aos espectadores uma anormalidade, pois parece que alguns homens desejavam estar naquela situação. Certamente, para o cristianismo, a morte é fundamental, pois, somente por meio dela é que o adepto pode receber sua recompensa eterna. Ou seja, tendo seu nome marcado entre os mártires, o cristão estaria livre das perseguições e poderia desfrutar a paz eterna.

Acreditamos que, com a justificativa de uma vida eterna, pautada na esperança espiritual, estar disposto a morrer por um ideal era sem dúvida uma situação a se pensar. Então, Eusébio de Cesaréia apresentava em suas narrativas os detalhes do martírio, fazendo com ele uma linha em direção ao ideal cristão: no trágico, na dor e na morte, ele via uma oportunidade para ensinar o amor, a bondade, a aproximação das coisas de Deus e a virtude em todas as coisas práticas da vida. Com o martírio, ele apresentava um bom homem, coberto por virtudes, mostrando que este, mesmo depois de sua morte, continuava a ensinar os cristãos, tornando-se uma relíquia. Ou seja, quando os cristãos se deparavam com partes do corpo de um mártir, as lembranças de sua virtude tomavam conta do ambiente.

Nossa pesquisa foi importante porque nos levou a um novo aprendizado, ou seja, proporcionou um novo conhecimento. Analisando as narrativas de Eusébio de Cesaréia, refletimos sobre as questões educacionais que permeiam seus relatos do martírio, demonstrando sua preocupação em transmitir a moral e a verdadeira conduta humana.

Nessa reflexão, proporcionada pela pesquisa sobre a questão do martírio em Eusébio de Cesaréia, fomos levados a pensar nos problemas da educação na contemporaneidade, pois consideramos que a Antiguidade nos ensina sobre os homens e as relações que eles estabelecem entre si e com a natureza (BLOCH, 2001). Por meio das narrativas do bispo de Cesaréia, tivemos a oportunidade de aprender sobre o ser humano e a sociedade e, de certa maneira, sobre a busca da moral e do conhecimento.

Ao mesmo tempo, a pesquisa sobre a educação e a virtude na *H.E.* conduziu-nos a uma outra problemática, a ser abordada em um possível projeto de doutoramento, qual seja, uma comparação entre o martírio cristão e o martírio islão. Nesse projeto, com base nas narrativas de Eusébio de Cesaréia, poderíamos tratar da importância da educação por meio do martírio para a religião islã de Maomé (571-632), segundo a qual, ao morrer pela religião, o fiel se transformava em mártir, ou seja, em herói religioso. Tal proposta seria possível porque, independentemente de povos ou de religião, existe a educação social e, assim, por meio da pesquisa, seria possível entenderas interações sociais e suas influências no martírio islão.

6. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. B.; DELLA R. M. A história eclesiástica de Eusébio de Cesaréia frente à tradição historiográfica clássica. *In*: TEIXEIRA, I. S.; BASSI, R. **A escrita da história na Idade Média**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 9-35.
- ALFÖLDY, G. **História social de Roma**. Lisboa: Presença, 1989.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Rio de Janeiro: CPAD, 2012.
- BLOCH, M. L. B. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BARBERO, A. **O dia dos Bárbaros 9 de agosto de 378**. São Paulo: Liberdade, 2010.
- BARNES, T. **Constantine and Eusebius**. London: Press Harvard University, 1992.
- BARNES, T. **Constantine and Eusebius**. Massachusetts: Harvard University, 1981.
- CHAMPLIN, R. N. **Enciclopédia de Bíblia teologia e filosofia**. São Paulo: Hagnos, 2008. v.1-5.
- CURTIS, A. K.; LANG, J. S.; PETERSEN, R. **Os 100 acontecimentos mais importantes da história do cristianismo**. São Paulo: Vida, 2003.
- DELUMEAU, J. **História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada**. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- DURKHEIM, E. **A evolução pedagógica**. Tradução Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- DURKHEIM, E. **O suicídio**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ERICKSON, M. J. **Dicionário popular de teologia**. São Paulo: Mundo Cristão, 2011
- EUSÉBIO DE CESARÉIA. **História eclesiástica**. São Paulo: Paulus, 2000.
- EUSÉBIO DE CESARÉIA. História eclesiástica. *In*: VELASCO, A.; DELGADO, O. P. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2001. p. 35-430.
- FILLION, L. C. **Enciclopédia da vida de Jesus**. Rio De Janeiro: Central Gospel, 2008.
- FRANGIOTTI, R. Comentários sobre obra e vida de Eusébio. *In*: EUSÉBIO DE CESARÉIA. **História eclesiástica**. São Paulo: Paulus, 2000. p. 15 -30.

GIBBON, E. **Declínio e queda do Império Romano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GIORDANI, P. P. A. **Roma: vida pública e vida privada**. São Paulo: Saraiva, 1994.

GONÇALVES, A. T. M. **Os Severos e a anarquia militar**. In: SILVA, G. V. MENDES, N. M. (org.). *Repensando o império romano*. Vitória: EDUFES, 2006. p. 175-191.

GUIZOT, F. **Formação do Terceiro Estado as comunas**: coletânea de textos de François Guizot, Augustin Thierry, Prosper de Barante. Tradução Terezinha Oliveira e Claudinei Magno Magre Mendes. Maringá: Eduem, 2005.

GURRUCHAGA, M. Introducción. In: EUSÉBIO DE CESARÉIA. **Vida de Constantino**. Madrid: Gredos, 1994. p. 7-71.

GUIZOT, F. **História da civilização na Europa**. Lisboa: Parceria João Antonio Maria, 1907.

GRIMAL, P. **O Império Romano**. Lisboa: Edições 70, 1993.

HAMMAN, A.G. *Le martyre dans l'antiquité chrétienne*. Paris: Diffusion Brépols, 1990.

IMPÉRIO romano. Disponível em:
<<https://www.coladaweb.com/historia/imperio-romano>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

JONES, P.; PENNICK, N. **História da Europa pagã**. Portugal: Europa-América, 1999.

LE GOFF, J. **Memória-história**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984.

LENZENWEGER, J. **História da Igreja católica**. São Paulo: Loyola, 2006.

MOMIGLIANO, A. As origens da historiografia eclesiástica. In: **MOMIGLIANO, A.; FLORENZANO, M. B. B. As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru: Edusc, 2004. p. 95-106.

NASCIMENTO, G. S. **Suplício, martírio e poder no baixo império romano**: as representações pagã e cristã sobre o corpo sentenciado. 2009. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

NUNES, R. A. C. **História da educação na antiguidade cristã**. Campinas: Kíron, 2018.

OLIVEIRA, M. A. M. **O Império romano e o reino dos céus**: a construção da imagem sagrada do imperador em *De laudibusConstantini*, de Eusébio de Cesaréia (séc. IV d.C.).2005. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Centro de Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

OLIVEIRA, T. Discurso e prática na educação cristã: Paulo de Tarso e Eusébio de Cesaréia. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DA REGIÃO SUL, 15., 2012, Maringá. **Anais** [...] Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2012. p.1-14. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1750/52>. Acesso em: 31 mar. 2018.

ORÍGENES DE ALEXANDRIA. **Contra Celso**. Tradução Orlando dos Reis. São Paulo: Paulus, 2004. (Patrística, 20).

PACKER, J. L.; TENNEY, M. C.; WHITE JR., W. **O mundo do novo testamento**. São Paulo: Editora Vida, 2006.

PEREIRA, A. C. **O afecto na relação entre Frontão e Marco Aurélio**. 2014. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Clássicos – Tradução das línguas Clássicas, Centro de Ciências Humanas, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

PORTER, R. História do corpo. In: BURKE, P. (Org.). *A escrita da história*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 291-326.

PLATÃO. **Fédon**. Tradução Jorge Paleikat e João Cruz Costa. São Paulo: Globo, 1972.

PORTER, R. História do corpo. In: BURKE, P. (Org.). **A escrita da história**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 291-326.

RAMALHO, J. O Eusébio de Constantino e o Constantino de Eusébio: o início das relações de poder entre a Igreja e o Estado. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

REZENDE, J. M. À sombra do plátano: crônicas de história da medicina. In: AS GRANDES epidemias da história. São Paulo: Editora Unifesp, 2009.p. 73-82. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 31 mar. 2018.

RODRIGUES, J. C. **Tabu do corpo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

ROSA, C. B. A religião na Urbs. In: SILVA, G. V.; MENDES, N. M. (ed.). **Repensando o Império Romano**: perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 137-159.

ROSTOVITZ, M. **História de Roma**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1961.

ROUX, P. **Império Romano**. São Paulo: LP&M, 2009.

SANT' ANNA, D. B. É possível realizar uma história do corpo? *In*: SOARES, C. (ed.). **Corpo e saúde**. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 03-24.

SILVA, G. V. A relação Estado/Igreja no Império Romano: século III e IV. *In*: SILVA, G. V.; MENDES, N. M. (ed.). **Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 241-266.

SILVA, G. V.; MENDES, N. M. (ed.). **Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

SÊNECA, L. A. **Sobre a brevidade da vida**. Tradução Lúcia Sá Rebello, Ellen Itanajara Neves Vranas e Gabriel Nocchi Macedo. Porto Alegre: L&PM, 2008.

TOMÁS, de Aquino de, Santo. **Suma Teológica**. Tradução de Pe. Gabriel C. Galache, SJ e Pe. Fidel García Rodríguez, SJ. São Paulo: Edições Loyola, 2004. v. V.

VEYNE, P. **O inventário das diferenças**. Lisboa: Gradiva, 1989.

VEYNE, P. **Quando o mundo se tornou cristão: 312-394**. Tradução de Marco de Castro. Rio de Janeiro: CPAD, 1982.

VEYNE, P. **A sociedade romana**. Lisboa: Edições 70, 1993.